

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

CLEVER MANOLO COIMBRA DE OLIVEIRA

**ATENÇÃO BÁSICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ENTRE MISÉRIA NECESSÁRIA, ARTES DE
GOVERNAR E REDES DE SOLIDARIEDADE**

VITÓRIA
2010

CLEVER MANOLO COIMBRA DE OLIVEIRA

**ATENÇÃO BÁSICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ENTRE MISÉRIA NECESSÁRIA, ARTES DE
GOVERNAR E REDES DE SOLIDARIEDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Coelho Heckert.

VITÓRIA
2010

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi forjada a muitas mãos, mãos que nos acompanharam, nos deram suporte, escreveram junto, nos empurraram quando paramos, nos puxaram de volta quando deslizamos. Ora davam carinho, ora eram enérgicas, mas sem dúvidas, foram fundamentais para que esse trabalho se realizasse.

Agradeço à Flávia, minha companheira, que esteve sempre presente comigo em cada linha, em cada verso, em cada trecho do caminho, suportando os momentos de dedicação ao trabalho, e me apoiando mesmo quando me apoiar significava me deixar “sozinho” escrevendo. Agradeço por dividir comigo a empreitada de levar a vida, e por tecer, corajosamente, junto comigo os sonhos que nos movem.

Agradeço também ao grupo Giraia-Laborde pelo companheirismo que fortalece, pelas apostas que nos permitem criar possíveis em um campo demasiado árido como o acadêmico. Não agradecerei citando o nome dos meus colegas, pois, os prefiro como grupo, pactuo com essa grupalidade que nos anima. E como grupo eles foram fundamentais em suas intervenções, em seu companheirismo e até mesmo em seus silêncios.

Não poderia me esquecer da minha orientadora Ana Lúcia, a única do grupo que sinto a necessidade de citar pelo nome. Foram muitos os momentos em que sentamos. E com seu jeito, ora carinhoso, ora enérgico, como um suave filete de água, ela construiu junto conosco o caminho entre as pedras duras, inclusive aquelas que estavam em nós. Muito obrigado pelo companheirismo, pela aposta improvável e pelo muito que me ensinou na vida.

Tenho que agradecer também aos professores, funcionária e colegas do Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional. Grande parte deles nem sabe o quanto ajudaram nesse trabalho, pois, como um antropófago levei comigo partes deles, sem os consultar. Agradeço a vocês, que desconhecem a força que me deram, por fazerem parte dessa história. A força que encontrei em vocês levarei comigo no corpo.

Aos meus pais, que sempre estiveram presentes na minha vida, mesmo quando sua continuidade parecia improvável. Por terem lutado e acreditado que eu era possível, sem nunca desistir. Vocês são uma parte boa que me faz querer viver sempre mais, essa é mais uma história que escrevemos juntos, muito obrigado.

À Soninha, Beth Barros e Marisa Rocha que tanto nos ajudaram neste trabalho, e mais que isso, tiveram a generosidade de compor uma banca intervenção e não burocrática. Mais do que avaliar o projeto de qualificação, compuseram conosco um caminho para a realização da pesquisa. Ao longo do trabalho, ficará mais claro o quanto vocês foram fundamentais para essa discussão. Obrigado.

Queridos e queridas do projeto de extensão Redes no Território, pelo muito que me ensinaram, eu agradeço. Algumas apostas na vida só se fazem possíveis com bons encontros, vocês são uma boa interferência que tem me permitido apostar na docência como um caminho possível. Obrigado pela paciência com meus afastamentos, e principalmente, por tecerem junto comigo o professor que um dia pretendo ser.

Aos meus ex-colegas e sempre amigos do CRAS de Campo Verde, agradeço pela generosidade com que sempre me receberam, pelas apostas que construímos juntos, pelos sorrisos que me acompanharam e ainda acompanham nessa jornada. Esta dissertação foi feita com vocês, mesmo que vocês não tenham percebido. Em cada momento dessa escrita vocês estiveram comigo, e por sorte, seguiremos juntos na vida. A todos e todas vocês muitíssimo obrigado.

À Secretaria Municipal de Assistência Social de Cariacica por permitir a realização dessa pesquisa, e à Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES) por apoiar este e outros projetos de pesquisa no estado do Espírito Santo, muito obrigado.

“Da cidade de Dorotéia, pode-se falar de duas maneiras: dizer que quatro torres de alumínio erguem-se de duas muralhas flanqueando sete portas com pontes levadiças que transpõem o fosso cuja água verde alimenta quatro canais que atravessam a cidade e a dividem em nove bairros, cada qual com trezentas casas e setecentas chaminés; e, levando-se em conta que as moças núbeis de um bairro se casam com jovens dos outros bairros e que suas famílias trocam as mercadorias exclusivas que possuem: bergamotas, ovas de esturjão, astrolábios, ametistas, fazer cálculos a partir desses dados até obter todas as informações a respeito da cidade no passado no presente no futuro; ou então dizer, como fez o camaleiro que me conduziu até ali: ‘cheguei aqui na minha juventude, uma manhã; muita gente caminhava rapidamente pelas ruas em direção ao mercado, as mulheres tinham lindos dentes e olhavam nos olhos, três soldados tocavam clarim num palco, em todos os lugares ali em torno rodas giravam e desfraldavam-se escritas coloridas. Antes disso, não conhecia nada além do deserto e das trilhas das caravanas. Aquela manhã em Dorotéia senti que não havia bem que não pudesse esperar da vida. Nos anos seguintes meus olhos voltaram a contemplar as extensões do deserto e as trilhas das caravanas; mas agora sei que esta é apenas uma das muitas estradas que naquela manhã se abriam para mim em Dorotéia” (CALVINO, 1990: p.13).

RESUMO

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) foram criados em 2004 com a proposta de serem a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os CRAS são o principal aparelho da atenção básica na Assistência Social, constituindo-se em um ponto de confluência de demandas e serviços ofertados às populações em situação de risco e vulnerabilidade social. Entretanto, o CRAS é efeito de uma série de condições políticas e sociais, de lutas coletivas, de artes de governar, etc. que com um certo arranjo no campo social ensejou a produção desse aparelho. Além desses fatores que apontamos, destacamos as práticas *psi* e de assistência como vetores de constituição do CRAS. É em meio a esse diagrama de forças, práticas, regimes de verdade que o CRAS emerge como um objeto/efeito do contemporâneo marcado pelo modo biopolítico de gestão da vida. Na produção desse objeto, bem como nas análises realizadas no CRAS de Campo Verde, os nossos principais referenciais teóricos foram Michel Foucault, Robert Castel e Jaques Donzelot, além de outros pesquisadores e estudiosos do campo social. Esta pesquisa pretendeu discutir a produção do CRAS como um efeito em meio aos fatores já citados tentando analisar como esse objeto tem se atualizado.

ABSTRACT

The Reference Centers of Social Assistance (CRAS) were created in 2004 with the proposal to be the gateway of the Unified Social Assistance System (SUAS). The CRAS are the main instrument of primary care of social assistance, constituting itself in a point of confluence of needs and services offered to the population at risk and in social vulnerability. However, the CRAS is an effect from a series of political and social conditions, collective struggles, arts of governing, etc. that with a certain arrangement in the social field, led to the production of this instrument. Besides these factors we pointed out, we emphasize psychological and assistance practices as vectors of the constitution of CRAS. It is amid this diagram of forces, practices, regimes of truth that emerges CRAS as an object/effect from the contemporary, marked by the biopolitical management mode of life. In the production of this object as well as the analysis performed in the CRAS of Campo Verde, our main theoretical references were Michel Foucault, Robert Castel and Jacques Donzelot, in addition to other researchers and scholars in the social field. This research intended to discuss the production of CRAS as an effect among the factors already mentioned trying to analyze how this object has been updating itself.

À Flávia e ao nosso pequeno grande sonho que cresce dentro dela: Alice

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DO MESTRE AO LENÇO: OS TERRITÓRIOS DE CARIJACICA.....	14
1.1 ALGUMAS NOTAS QUE COMPÕEM A HISTÓRIA DE CARIJACICA	17
1.2 COMPONDO ALGUMAS PAISAGENS.....	25
1.3 CONSIDERAÇÕES NO TERRITÓRIO	27
1.4 NOS CAMINHOS E DESCAMINHOS QUE PERCORREMOS	31
2 O CRAS COMO EFEITO.....	34
2.1 A PRODUÇÃO DO SOCIAL.....	34
2.2 PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA.....	49
2.3 OS CRAS E AS ARTES DE GOVERNAR.....	61
2.4 DAS CORTINAS DE CHUMBO À PRAÇA PÚBLICA.....	68
3 DO MESTRE AO LENÇO 2: OU O CAMPO EM NÓS.....	73
3.1 AS ENTRADAS.....	73
3.2 EM MEIO À FUMAÇA VOZES FABULAM MOVIMENTOS.....	76
3.3 CARIJACICA: CHEGADA DE BRANCO	88
3.4 GESTÃO E CRAS.....	98
3.5 UM CRAS, UM NÓ, UMA REDE.....	108
3.6 OS CRAS: GIRANDO O CALEIDOSCÓPIO: DINÂMICAS E HISTÓRIAS NO CRAS.....	113
3.7 HISTÓRIAS E VIDAS.....	121
4 COMO SE FOSSE POSSÍVEL CONCLUIR, OU, APENAS MEIO PÃO	126
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICES	136
A – LISTA DE SIGLAS	136
B – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA	138

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem sua gênese em inquietações que partilho com tantos outros. Por exemplo, Guattari e Rolnik (1986, p. 29) quando colocam questões sobre os trabalhadores sociais, incluindo-se aí jornalistas, assistentes sociais, psicólogos, educadores, etc. Os autores afirmam sobre o envolvimento desses profissionais nos processos de produção de subjetividade:

Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação (por exemplo, analítica) (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.29).

Esta dissertação objetivou apontar como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e aparelho estratégico da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – tem se constituído entre as artes de governar, que fazem a gestão do “povo miséria necessária”, práticas de solidariedade, práticas de assistência, práticas *psi*, entre outras. Analisando essas questões levando em conta os territórios que se atualizam no fazer cotidiano, bem como, os processos de gestão e de produção de subjetividade.

Inicialmente, a pesquisa tratava do trabalho dos psicólogos nos CRAS de Cariacica, entretanto, como o pesquisar se efetivou? Houve deslocamentos, principalmente no foco da pesquisa. Na banca de qualificação as práticas *psi* ganharam relevo no trabalho, provocando-nos a indagá-las em suas objetivações no CRAS. Além disso, a pesquisa, que seria realizada com os psicólogos de todos os CRAS de Cariacica, foi realizada em apenas um, a saber, no CRAS de Campo Verde, também chamado CRAS III. Não por acaso, mas, porque as práticas *psi* não são de propriedade dos psicólogos, mas atualizam-se no fazer cotidiano dos CRAS.

Foi também a banca de qualificação que apontou a necessidade de tomar o CRAS como um efeito e não um ponto de partida. Tal deslocamento reconfigurou nosso

campo problemático, produziu a necessidade de outros intercessores, e produziu também outras questões que se tornaram centrais para a dissertação. Pois, discutir o CRAS como efeito implica colocar em cena as práticas que produzem o campo de forças que objetiva o CRAS. Neste sentido, as práticas *psi* constituem-se como **um** dos vetores dessa objetivação, e são também objetivadas nesse processo.

As conversas, que seriam realizadas com todos os psicólogos dos CRAS de Cariacica, foram realizadas com todos os funcionários que ainda trabalhavam no CRAS de Campo Verde, e com alguns que ao longo do processo se tornaram ex-funcionários. Além disso, restringimos nossa circulação à região de Campo Verde, e ao CRAS dessa região, para a produção do diário de campo que também compôs os dados produzidos no processo de pesquisa.

Além dos deslocamentos provocados pela banca de qualificação, o projeto de extensão Redes no Território também atuou como um intercessor, à medida que as discussões sobre o CRAS na rede se desenhavam. E, por outro lado, as próprias intervenções foram se constituindo também em intervenções na pesquisa e no pesquisador ao mesmo tempo. Foi um processo que se constituiu entre o ex-trabalhador do CRAS de Campo Verde, o pesquisador deslocado pela banca de qualificação e o co-coordenador do projeto Redes no Território.

Na produção do CRAS como efeito Foucault, Castel e Donzelot também foram intercessores fundamentais para a discussão. Intercessores, aqui, são aqueles que

[...] podem produzir esse efeito de desestabilização. Os intercessores interessam-nos pelos movimentos que produzem, pelo que se dá “entre”, (o “entre pessoas”, “entre profissionais”, “entre disciplinas”, “entre conceitos”) pelo que está em curso. Um conceito como intercessor opera pelo entrecruzamento de diferentes domínios de saber, e só podem ser pensados na relação de interferência que produz entre esses domínios [...] (BARROS, 2006, p. 132).

O caminho que foi se desenhando – por várias mãos – foi, sem sombra de dúvidas, feito ao caminhar. As pedras que pisávamos modificavam nosso jeito de pisar, em um duplo efeito que constituía, ao mesmo tempo, o pesquisador e a pesquisa. Durante o processo de pesquisa, as conversas com os profissionais e o projeto de

extensão Redes no Território foram dando relevo ao que se constituiu como o foco de nossa dissertação, ou seja: o CRAS em meio às artes de governar e às práticas sociais que o objetivam.

Podemos dizer que o trajeto – imprevisível no começo do trabalho – só foi possível graças ao caminhar. Não foi um caminho sem rumo, não foi uma experimentação desnorteada, mas aberta às interferências como parceiras de viagem. O foco não foi, por assim dizer, escolhido, mas, se tornou maior do que nós, e nos tomou de forma a produzir uma dissertação que fugiu dela mesma, de seu foco inicial e de seu próprio campo problemático. Não dizemos isso com pesar, e nem com dúvidas sobre ter feito a coisa certa, fomos feitos, nós e a dissertação nesse processo.

A produção dos dados se efetuou por meio de conversas/intervenções com os profissionais que atuavam no CRAS de Campo Verde no ano de 2009 e com alguns ex-funcionários que saíram no mesmo ano, das experiências que teci como psicólogo do mesmo CRAS de janeiro de 2007 a agosto de 2008 e das intervenções efetuadas no projeto de extensão Redes no Território.

No que se refere às conversas com os profissionais, partimos de um roteiro aberto de questões que abarcavam a história daquele CRAS, o trabalho na equipe, as estratégias criadas, o funcionamento do CRAS em termos de acesso, serviços ofertados, modos de fazer, o território, entre outras que decorriam das questões supracitadas.

Foi com o material produzido no campo e as intervenções da banca de qualificação, que ganhou força a questão que move o trabalho: como o CRAS, porta de entrada do SUAS, tem se constituído? Em outras palavras, como tem se atualizado o campo de forças que dá ensejo ao surgimento do CRAS?

Como apontamos, a inquietação em relação aos trabalhadores sociais e à encruzilhada política em que nos encontramos foi um ponto de partida. Com Foucault (1995) aprendemos que empreender exercícios de liberdade implica

entendermos como nos tornamos o que somos. Para tanto, tentamos construir um plano de emergência do CRAS, tentamos analisar como ele se torna possível.

Entendemos que o movimento de inteligibilidade do CRAS é fundamental para nós trabalhadores sociais, na medida em que, permite-nos entender como nos tornamos profissionais da Assistência Social, que campo é esse que coloca em cena os efeitos da lógica capitalista e atua gerindo-os. Pensamos ser fundamental por que nos enseja a criação de modos de intervir criando ‘saídas para os processos de singularização’, e não apenas reproduzindo modelos hegemônicos que naturalizam a miséria e junto com ela a assistência.

Assim, nossa discussão não objetiva uma formatação dos modos de intervenção, de forma alguma é uma prática de receita. É, pensamos, uma discussão política que põe em cena o que temos feito de nós mesmos em termos de política de assistência, de atuação dos profissionais, de práticas *psi* e de assistência. Ao mesmo tempo em que tenta criar espaços para construções nesse campo heterogêneo chamado Assistência Social.

O primeiro capítulo, intitulado “Do Mestre ao Lenço”, apresenta e ao mesmo tempo discute a produção dos territórios da pesquisa. O segundo capítulo, chamado “O CRAS como efeito” apresenta o cerne das discussões teóricas que se constituíram fundamentais para a condução da dissertação. O terceiro capítulo nomeado “Do Mestre ao Lenço 2: ou o campo em nós” discute e analisa as produções do trabalho de campo: as conversas realizadas, as experiências da época de psicólogo do CRAS de Campo Verde e o projeto ‘Redes no Território’. Por fim, a conclusão intitulada “como se fosse possível concluir, ou, apenas meio pão”, retoma alguns dos efeitos e das análises da pesquisa, ao mesmo tempo, em que enuncia um modo de luta forjado no encontro com o território.

1 DO MESTRE AO LENÇO: OS TERRITÓRIOS DE CARIJACICA¹

No trajeto que costumeiramente fazemos para a realização desse trabalho de pesquisa, pelo Contorno de Vitória-ES, partindo de Serra até chegarmos a Cariacica, saltam da bela paisagem dois montes que, devido às suas proporções, serviram de referência aos navegantes e viajantes de outrora e aqui serão nossos aliados na produção dos territórios² que tentamos construir nessa viagem. As muitas linhas que os ligam nem sempre passam por Vitória, Capital do Espírito Santo, mas, muitas vezes por lugares indefinidos em seus contornos, por rotas mutantes de fluxos, de desejos³, de lutas, e também por linhas duras que produzem estratificações e segmentaridades. Há, contudo, um contorno, este bem delineado, que deixa a Serra sob a imponente do Mestre Álvaro, para defrontar-se logo ali com o inusitado do Moxuara.

Quando nos aventuramos por essa rodovia – a do Contorno de Vitória/BR101 – observamos, além dos montes, belos e modernos edifícios, dos quais aos poucos nos distanciamos; empresas com pátios lotados de automóveis importados, dos quais os moradores vizinhos estão muito distantes; entradas para alguns bairros; pessoas; animais; acidentes e outros elementos do percurso que conheceremos seguindo-o.

¹ Segundo palestra proferida no CRAS de Padre Gabriel, no município de Cariacica, no ano de 2007, período em que atuava profissionalmente como psicólogo no referido programa, o nome deriva de três outros nomes do tupi, *cari*: homem branco, *jaci*: lua que é relacionada à colheita, provisão, etc. e *caa*: que significa pequena clareira, lugar, etc. A região que mais tarde se tornaria o município começa a se desenvolver em torno de uma espécie de porto, onde havia celeiros para armazenar mantimentos e aportavam embarcações. Daí a relação da chegada do homem branco com os mantimentos e o nome do lugar. A maior parte das referências, contudo, diz apenas “chegada de branco” – por exemplo, Bezerra (1951).

² No decorrer do texto discutiremos melhor acerca deste tema.

³ A acepção de desejo que utilizaremos é a mesma que Gilles Deleuze e Felix Guattari compõem ao longo de sua trajetória juntos (a esse respeito ver DELEUZE; GUATTARI. **O antiédipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976; DELEUZE; PARNET. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998; DELEUZE; GUATTARI. **Mil Platôs I**. São Paulo: Editora 34, 1995). O desejo aqui não diz respeito a algo individual, ao sujeito. Ele, o desejo, compõe realidades, atua no sentido de produzir conexões, agenciamentos, que permitam às formas subjetividade devir, ou, tornarem-se outras delas mesmas, diferirem de si mesmas. Cabe ressaltar que ao desejo nada falta, ele é produção, desejo de mais conexões, de outros agenciamentos (NEVES, 2002).

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Serra⁴, os antigos moradores contam que o Mestre Álvaro recebeu este nome porque ali morava um mestre de carpintaria, ou professor, de nome Álvaro, e o maciço ficou conhecido como “Morro do Mestre Álvaro”. “Outros explicam que ele serve de orientação aos pescadores, que se sentem seguros de seguirem pelo mar até que mantenham ao alcance dos olhos o topo do mesmo, que chamam de Mestre Álvaro.”

O Moxuara, por sua vez, dentre outras hipóteses, ganhou seu nome devido à condensação de nuvens que se formavam entorno de seu cume. Segundo Bezerra (1951), uma das possíveis gêneses do nome deriva do francês: *lê mont de mouchoir*: o monte de lenço, fazendo referência às nuvens que cobriam seu topo algumas vezes e aos lenços comumente usados pelos trabalhadores da zona portuária. Mais tarde, com o uso da expressão, tornou-se monte Muchanara, e, por conseguinte, monte Moxuara (BEZERRA, 1951).

O percurso que leva de um a outro⁵ é marcado por histórias de produção de determinados lugares estrategicamente afastados do centro. Por exemplo, pela passagem do tráfego pesado (de caminhões notadamente), pelas empresas, seus barulhos e seus maus cheiros, por lixões, entre tantas outras produções que são deslocadas espacialmente, colocadas entre nuvens, como um lenço que suavemente tira sua visibilidade⁶. As nuvens são usadas como metáfora, pois tal como as nuvens podem encobrir, mas não apagar, essas produções não deixam de existir pelo fato de estarem afastadas.

⁴ Disponível em :

www.serra.es.gov.br/portal_pms/site.do?evento=x&lang=&idConteudo=5638&chPlc=5638&pg=5001&taxp=0&lang=pt_BR

⁵ Quando nos referirmos a percurso, trajeto, etc. nesse trecho do texto, falamos da Rodovia do Contorno da cidade de Vitória, a BR 101. Vale lembrar que não é o único trajeto possível de ligação entre as duas cidades.

⁶ Nossa sociedade, gestada nas malhas do capital, elege ideais e produz segregações. Nesse sentido as localidades e as pessoas que nelas sobrevivem com escassos recursos são, muitas vezes, destacadas pelos números da violência ou por essa “falta” de recursos. O que há nessas comunidades, além do que é veiculado pela imprensa, raramente aparece. E entendemos que essa não é uma característica que se dá espontaneamente, mas são também produções. Chamamos de “lenços” as muitas formas através das quais estas produções ocorrem. Por isso, usamos o termo invisibilização, por apostarmos que há muito mais que “violência” e “pobreza” em quaisquer dessas comunidades. A respeito dos regimes de visibilidade ver FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

Nessa mesma rodovia do contorno uma obra de duplicação está em andamento. Foi prevista a construção de 11 passarelas ao longo da rodovia. A obra que vem se arrastando desde o ano 2000 teve, durante nossa pesquisa, um período de aceleração que concluiu o trecho que liga o município de Serra ao condomínio Alphaville, porém, nenhuma passarela foi construída, apesar das várias e contínuas manifestações realizadas pelos moradores, e de a rodovia manter uma média de 48 acidentes por mês⁷, muitos desses acidentes sendo atropelamentos com mortes.

Entendemos que essa rodovia é fundamental na constituição deste trabalho. Pois, esses lugares não são naturais– espaços físicos, ou não – e podem ser naturalizados de tal forma que os embates de forças e relações de poder que os constituíram não sejam questionados.

Esses lugares dos quais falamos são de certa forma invisibilizados, entretanto, são pontos de tensão nessa rede de poder que produz belos prédios, miséria, lixo, etc. Os lixões, os maus cheiros, as rodovias sem semáforo, faixa de pedestres, ou coisa que o valha, são produções/efeitos dessa rede, bem como os tênues lenços que operam no sentido de sua invisibilização. Neste trabalho esses lugares têm nomes, e vamos situar nossas intervenções na região de Campo Verde, mas assim como Campo Verde existem tantos outros lugares produzidos na mesma lógica.

Os lenços que se insinuam nessas produções não as apagam, exteriorizam ou enfraquecem; pois, como dissemos, esses lugares são pontos de tensão, pontos vivos nos quais se afirmam relações de poder e de resistência⁸. São produções sociais que insistem em sua afirmação. Como em um texto de Kafka:

⁷ Disponível em:

<http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/2009/08/525675rodovia+do+contorno+quase+50+acidentes+por+mes+em+2009.html>

⁸ A concepção de resistência que faremos uso durante nosso percurso neste trabalho é aquela trazida por Michel Foucault ao longo de sua obra (sugerimos particularmente FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 1. e FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In Dreyfuss, H. ; Rabinow, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 240-249). A resistência é analisada pelo autor no diagrama das relações de poder. Ele desenvolve um estudo sobre o poder imbricado na produção de sujeitos, afirmando que estes são efeitos dessas chamadas relações de poder. Outrossim, o poder se exerce nas relações nas quais existe a possibilidade de escapar à sujeição, à dominação, essa é a sua condição. É sobre a possibilidade de não ser aprisionado, de afirmar a liberdade – como exercício de pensar como nos tornamos sujeitos – que os exercícios de poder exercem sua força. Ou seja, a resistência como afirmação de uma potência de liberdade não se opõe às relações de poder, mas é antes sua condição, uma vez que, as resistências se

Somos cinco amigos, certa vez saímos um atrás do outro de uma casa, logo de início saiu o primeiro e se pôs ao lado do portão da rua, depois saiu o segundo, ou melhor: deslizou leve como uma bolinha de mercúrio, pela porta, e se colocou não muito distante do primeiro, depois o terceiro, em seguida o quarto, depois o quinto. No fim estávamos todos formando uma fila, em pé. As pessoas voltaram a atenção para nós, apontaram-nos e disseram: “os cinco acabam de sair daquela casa”. Desde então vivemos juntos; seria uma vida pacífica se um sexto não se imiscuísse sempre. Ele não nos faz nada, mas nos aborrece, e isso basta: por que é que ele se intromete à força onde não querem saber dele? Não o conhecemos e não queremos acolhê-lo. Nós cinco também não nos conhecíamos antes e, se quiserem, ainda agora não nos conhecemos um ao outro; mas o que entre nós cinco é possível e tolerado não é com o sexto. Além do mais somos cinco e não queremos ser seis. E se é que esse estar junto constantemente tem algum sentido, para nós cinco não tem, mas agora já estamos reunidos e vamos ficar assim; não queremos, porém, uma nova união justamente com base nas nossas experiências. Mas como é possível tornar tudo isso claro ao sexto? Longas explicações significariam, em nosso círculo, quase uma acolhida, por isso preferimos não explicar nada e não o acolhemos. Por mais que ele torça os lábios, nós o repelimos com o cotovelo, no entanto, por mais que o afastemos, ele volta sempre (KAFKA, 2002 p.112-113).

Neste trabalho queremos ouvir as vozes que são acotoveladas, as muitas vozes impessoais que o capitalismo silencia na sua lógica segmentar, as vozes que não ganham visibilidade na lógica de mercado. Não para dar-lhes “grandes explicações”, ou mesmo para acolhê-las – mesmo porque para nós elas são tão presentes e potentes quanto as outras – mas, por entendermos que em sua insistência elas desestabilizam as formas supostamente estáveis. Elas produzem desassossegos que nos fazem sairmos de nós mesmos para que práticas que não as silenciem possam emergir como modo de cuidar, práticas que não intimizem as questões políticas que atravessam seu cotidiano.

1.1 ALGUMAS NOTAS QUE COMPÕEM A HISTÓRIA DE CARIACICA

Apenas a guisa de dados históricos, registramos que este município foi criado como tantos outros no Brasil. Seus habitantes eram índios e, segundo Bezerra (1951), “de tribos não há notícias, sendo prováveis de Goitacazes, Tupiniquins e Aimorés.” Os primeiros “imigrantes” trazidos para o município eram pomeranos e vieram com a

dão justamente como as forças que escapam às tentativas de dominação das relações de poder, que afirmam a todo tempo que a vida não pode ser dominada totalmente (HECKERT, 2004).

finalidade de realizar uma limpeza (derrubada de mata) a qual mais tarde foi aproveitada na construção da estrada de ferro Vitória-Minas – apesar de se saber que negros já haviam adentrado nas terras de Cariacica. Mais tarde, a imigração que se efetuou foi, predominantemente, alemã e havia também algumas famílias holandesas (BEZERRA, 1951).

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Cariacica (PMC)⁹, o município foi criado na época em que o governador do estado era Constante Sodré, em 30 de dezembro de 1890, desmembrando-se definitivamente de Vitória.

O primeiro centro comercial do município ficava localizado em Porto de Cariacica e era um elo entre a região costeira e o interior. Localizados em um planalto, a 36 metros do nível do mar, Porto de Cariacica¹⁰ e Bubú – região próxima ao CRAS de Campo Verde – foram ocupados por espaçosos engenhos e fazendas para criação de gado.

Em 1911, data da aquisição de uma máquina tipográfica pela prefeitura, foi lançado o primeiro jornal de Cariacica que se chamava Novo Horizonte. Em 1927, o transporte de passageiros foi substituído por ônibus abertos chamados de jardineiras, até então o transporte era feito em caminhões.

As atividades estritamente agrícolas foram aos poucos sendo substituídas por atividades de apoio à comercialização e ao transporte de mercadorias, incentivados pela construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Na década de 40, com a inauguração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a população urbana do município aumentou mais que o dobro. Atualmente, é predominantemente urbana.

A ocupação territorial desse município se deu, em grande parte, em função da instalação de grandes empresas no Estado do Espírito Santo. À época da instalação dessas empresas – Companhia Vale do Rio Doce fundada em 1942, hoje conhecida como Vale; e a antiga Companhia Siderúrgica Tubarão fundada em 1983, hoje

⁹ Disponível em: <http://www.cariacica.es.gov.br/> Acesso em 12/07/2010.

¹⁰ O nome da localidade não é mais Porto de Cariacica, entretanto, até os dias atuais o nome é referência para os motoristas de ônibus.

Arcelor Mittal – houve uma grande confluência de pessoas de várias partes do Brasil para o Espírito Santo. Durante o processo de instalação, essas empresas absorveram um contingente considerável de trabalhadores, sem necessidade de especialização. A continuação das atividades, entretanto, exigiu mão-de-obra especializada e, como fica claro nesse breve panorama, grande parte das pessoas que participaram da instalação não teriam lugar nas empresas depois.

A combinação da grande confluência de pessoas com a falta de políticas públicas adequadas e suficientes nas áreas de habitação, saúde, assistência social, dentre outras, produziu grandes “bolsões de miséria” – necessário ressaltar que não só de miséria, mas de tantas outras lutas cotidianas comuns a tantos brasileiros. A população, que aumentou abruptamente, foi relegada a buscar formas alternativas de sobreviver. A falta de moradia adequada, de escola, de saúde, além do fim das obras de construção das grandes empresas compunham o panorama sócio-político dessa parcela da população, que já não tinha mais como retornar para seus municípios de origem.

Como exemplo, podemos citar a região atendida pelo CRAS de Padre Gabriel. Nessa região, mesmo decorrido tanto tempo desde o processo de implantação dessas grandes empresas, encontramos em um levantamento realizado pelos técnicos¹¹ do CRAS de Padre Gabriel, que tomou como base os cadastros das famílias atendidas nesta unidade, a informação de que 32,63% dos responsáveis¹² são procedentes de várias localidades do Brasil, notadamente de Minas Gerais e Bahia.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹³ de 2007, o Estado do Espírito Santo (ES) possui 78 municípios com uma população de aproximadamente 3.408.365 habitantes. O município de Cariacica está situado na

¹¹ São chamados corriqueiramente técnicos os profissionais que têm formação acadêmica: assistentes sociais e psicólogos. Entretanto, as equipes também contam com auxiliares de serviços gerais, vigias, recepcionistas e, em alguns casos, auxiliares de serviços educacionais, também chamados “brinquedistas”; além dos que não compõem o quadro fixo, como os professores de informática, de teatro, etc.

¹² Estamos chamando de responsáveis os titulares dos cadastros familiares.

¹³

Disponível

www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_18.pdf. Acesso em 13/07/2010.

em:

Acesso em

Região Metropolitana da Grande Vitória (ES) com uma população de 365.859 habitantes (dados estimativos em 2009), sendo que 96% da população vive na área urbana e 3,5% na área rural. A área da unidade territorial do município é de 280 Km², correspondente a 0,60% do território estadual (SIQUEIRA, 2008).

Cariacica é um município no qual encontramos muito mais do que o Lenço que cobre, de vez em quando, o Moxuara. Por exemplo, na Avenida José Sete, parte do acesso ao famoso Monte, passamos por um presídio feminino, um hospital psiquiátrico, um manicômio judiciário, uma unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei e uma unidade de atendimento especializado a deficientes. Além, é claro, de casas, comércio, escolas, dentre tantas outras produções cidadinas.

Cariacica também é um município caracterizado por lutas intensas, não só aquelas que se constituem como movimentos cotidianos não catalogados, que não se destacam como movimentos sociais, mas também por movimentos organizados por moradia, saúde, educação, etc. A região de Padre Gabriel, já citada, assim como a região de Nova Rosa da Penha, muito conhecida na Grande Vitória – quase sempre pelas notícias da miséria, do grande número de habitantes e da violência – constituíram-se sobre um substrato de lutas por moradia e condições melhores de vida. Lutas que seguem produzindo mundos.

A título de exemplo, podemos citar o assassinato do Padre francês Gabriel Maire ocorrido em 23 de dezembro de 1989. O bairro de Padre Gabriel, já citado neste trabalho, hoje leva este nome em homenagem póstuma a um aliado das famílias que ali se assentaram. A região era conhecida como Barbados e este Padre participava de movimentos que pleiteavam, junto ao poder executivo municipal, a doação legal dos lotes para as famílias assentadas. Assentamento ocorrido após muitas lutas do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

Barbados, no entanto, era considerado o loteamento mais valorizado da região, tanto que, DE FORMA ILEGAL, os ambiciosos especuladores imobiliários conseguiram mudar a natureza e a destinação do terreno, classificando a terra como propriedade urbana, conseguindo de imediato uma supervalorização da área (Jornal *O Rebate*, 25/05/2007).

À época, o crime foi apurado de forma questionável e dois suspeitos foram indiciados por latrocínio. Um terceiro participante foi assassinado. Foram sete pessoas assassinadas entre testemunhas e executores envolvidos direta ou indiretamente no crime. Porém, quase dezoito anos depois, em maio de 2007, após lutas constantes, o processo foi reaberto, dessa vez considerando a possibilidade de crime de mando e possível indiciamento dos prováveis envolvidos.

Destacamos isso justamente porque esses territórios não são compostos apenas de miséria, criminalidade, etc. como em muitas situações os noticiários fazem parecer. Há lutas que afirmam a vida, processos de resistência atravessando toda a constituição desses territórios que escapam em sua potência às categorias designadas inclusão/exclusão. Ou seja, há produção de lugares sociais, estéticos, políticos, etc. diferenciados, múltiplos, que precisam ser analisados em seu processo de constituição.

Na produção do diário de campo dessa pesquisa descobrimos que o próprio loteamento que deu origem ao bairro Campo Verde foi construído sobre um substrato¹⁴ de lutas coletivas por moradia. Na região havia uma fazenda chamada fazenda modelo, inclusive existe ainda um bairro próximo a Campo Verde que conserva esse nome. A luta se configurava no sentido de construir um loteamento, porém as autoridades governamentais argumentavam a inviabilidade do projeto pelo fato de haver um brejo em grande parte do terreno pleiteado para o loteamento.

Os cidadãos que lutavam pela construção do loteamento cavaram então uma vala para o escoamento da água demonstrando não só que era possível a construção do loteamento, mas também que não seriam necessárias grandes intervenções na área destinada a esse fim. Afirmavam também, pelo menos entendemos assim, que não é somente pela vontade e intervenção do governo que uma comunidade realiza uma

¹⁴ O termo substrato tem vários significados diferentes entre si. Neste trabalho substrato é usado metaforicamente e tem o sentido de um meio produzido para uma cultura qualquer. Por exemplo, é possível produzir um substrato para a cultura de alface hidropônica. Optamos pelo uso do termo substrato por entendermos que as condições de emergência das produções sociais são também produzidas, e não são quaisquer entrecruzamentos de vetores que ensejam o surgimento de determinadas formas sociais. Entretanto, o substrato por si só não determina o surgimento de nada, ele funciona como um meio propício.

ocupação organizada de um território. É, muitas vezes, com lutas acerbadas e propostas coletivizadoras que se consegue construir um bairro, um loteamento, etc.

As ruas do loteamento que mais tarde se tornou bairro receberam os nomes de seus moradores mais antigos, como é o caso da Rua Ernesto Silva. Outras, como as Ruas Almir Laranja, Obed Emerick, Teólogo Gomes Barbosa e Inácio Gobi foram homenagens aos familiares dos antigos donos da Fazenda Modelo.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Maria Guilhermina de Castro foi outra luta constituída coletivamente pelos moradores da região de Campo Verde. Para estudar, as crianças precisavam sair de Campo Verde e andar até o Porto de Cariacica, onde já existiam escolas. Dependendo da região onde a criança morava em Campo verde, essa caminhada poderia durar de 40 minutos a uma hora. Houve então uma mobilização da comunidade e a escola foi construída na região de Campo Verde, na Rua Santa Leopoldina, onde passava a antiga estrada de ferro.

Assim como as escolas, a linha de ônibus passava distante da região de Campo Verde, e os moradores tinham que andar até o porto de Cariacica para acessar o serviço de transporte coletivo. A existência do bairro não garantia uma série de coisas, como a presença de uma escola ou linhas de ônibus que trafegassem pelo bairro. Mais uma vez foi necessária a mobilização da comunidade para que os ônibus – que ainda circulam precariamente – pudessem atendê-la.

As lutas para constituição do bairro e também para o acesso aos serviços de que a comunidade necessita não pararam. Atualmente, muitas são as reivindicações, dentre elas destacamos um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), pois não há, nem em Campo nem nas adjacências nenhum CMEI onde as famílias possam matricular seus filhos. Além do CMEI, uma praça e uma quadra poliesportiva são, segundo os moradores, sonhos que não passaram de promessas de campanha política. É nesse lugar – onde um CMEI, uma quadra e uma praça são sonhos pelos quais a comunidade luta – que desenvolvemos nossa pesquisa.

Achamos pertinente trazer um pouco do panorama histórico da política do município de Cariacica – falamos aqui da representatividade política em sentido mais estrito, pois muitas das práticas políticas, tanto no nível do poder executivo quanto do poder legislativo, configuraram-se durante muitos anos em uma perspectiva de troca de favores. Dentre os muitos efeitos políticos que poderíamos destacar, observamos que em sua deriva a secretaria de Assistência Social tornou-se fundamental no que tange às campanhas eleitorais.

A secretaria era tomada como mais um “cabo eleitoral”. Durante a produção de nosso diário de campo descobrimos que durante alguns governos – nas épocas de eleição – o caráter de socorro ineficaz ficava ainda mais claro com a distribuição em grande escala de cestas básicas. Fato que denota, ou denuncia, certa produção da máquina de estado atrelada aos fins das campanhas eleitorais; sendo a assistência social marcada como um dos meios através do qual isso ocorre.

Estas práticas chamadas corriqueiramente assistencialistas¹⁵ ganhavam mais destaque na época do Natal, apesar de serem uma marca na construção da assistência em Cariacica, e no Brasil. Contudo, práticas diferenciadas se davam concomitantemente. Por exemplo, a luta para garantir direitos assegurados na constituição brasileira, assunto de que trataremos no capítulo “O CRAS como efeito” que trata, entre outros assuntos, das práticas de Assistência. Essas práticas atuavam e atuam desmanchando esses contornos muitas vezes hegemônicos que a Assistência Social produziu. Apesar dessas formas de atuação se diferenciarem do assistencialismo, esses tempos não se foram por completo no trato com a população¹⁶.

¹⁵ O termo assistencialista é utilizado em diversos sentidos diferentes entre si. Neste trabalho ele será utilizado com o sentido das práticas presentes na assistência social, entre outras áreas do poder público, que auxiliam temporariamente, mas não produzem autonomia. A emergência deste termo será discutida mais à frente neste trabalho.

¹⁶ Pudemos observar esse fato na época em que eu ainda atuava como psicólogo no CRAS de Campo Verde. Havia um projeto chamado Cesta Cidadã que previa a entrega de cestas básicas e o acompanhamento das famílias atendidas. Ao final do ano de 2007 as pessoas se destinavam à secretaria com o objetivo de receber o “cestão de natal”, fato que nós mais novos de lida na assistência estranhámos, mas que fala do passado recente da assistência social em Cariacica particularmente. Segundo depoimentos, as práticas de fim de ano, algumas vezes, se configuravam como campanhas. Houve vezes em que os (as) profissionais abordavam motoristas nos semáforos a guisa de pedágio para obter dinheiro que era revertido em compra de cobertores e agasalhos. Algumas vezes os empresários realizavam doações para as citadas campanhas e o fruto das arrecadações era doado também, fossem agasalhos, colchões, brinquedos, etc.

Certamente, as relações políticas não se resumiam e não se resumem a isso. Mas, vale ressaltar parte da história e das relações políticas com a Assistência Social, a qual em breve será objeto de maior atenção de nossa parte.

Há, a nosso ver, um campo de embates, produções políticas e atravessamentos da lógica do capital na composição desses “lugares” que os produzem dessa forma e não de outra. Sendo assim, os CRAS podem se configurar como pontos – nessa malha de poder – onde esses embates podem ganhar forma, voz e produzir formas de atenção capazes de ouvir o que foi acotovelado juntamente com as vozes que são empurradas para as margens.

Até este momento de nosso trabalho, tentamos trazer algumas nuances do relevo sócio-histórico-político de Cariacica. Nessa caminhada não temos, é bom dizer, pretensões de produzir uma imagem fidedigna do território de Cariacica, por entendermos que não existe uma imagem em si desse território, mas produção cotidiana de imagens. As imagens que queremos trazer para este trabalho não são apenas as dos noticiários, mas também aquelas que, invisibilizadas pelos “lenços” e pelas “nuvens”, aparecem como um cenário de lutas potentes.

Além disso, apostamos que o território de que falamos, não é aquele que se possa apreender em uma acepção iluminista de verdade, não há também território em si, mas produção cotidiana de territórios.

Nossa proposta de pesquisa começa focalizando as práticas *psi*¹⁷ nos CRAS de Cariacica. Entendemos que essas práticas não se restringem a produzir realidades no que tange ao trabalho dos psicólogos apenas, mas como fumaça se espraiam nesse cotidiano e produzem efeitos nos psicólogos, nos outros profissionais que

¹⁷ De forma simplificada podemos dizer que: práticas são o “que fazem as pessoas” (COIMBRA, 1995, P. xii). As práticas *psi* são aquelas forjadas pelos saberes *psi* (psicologia, psiquiatria, psicanálise, psicopedagogia, etc.), mas que não se restringem, como tentaremos demonstrar ao longo do trabalho a campos de saber-poder delimitados. Os discursos (ou as práticas discursivas) sobre o sujeito, o recalque, a família desestruturada, são exemplos cotidianos de que essas práticas e os regimes de verdade que lhes dão suporte não são de domínio dos *psis*, bem como, os efeitos produzidos por essas práticas.

compõem a equipe, nos usuários, no território, etc. Essa questão inclusive foi levantada pela banca de qualificação, bem como, a forma de abordar o CRAS.

Este último questionamento, que parecia secundário, tornou-se fundamental para pensarmos todo o resto do trabalho. Além disso, desdobrou-se em outros questionamentos que nos levaram a discutir assuntos que não pensávamos pertinentes, tais como, artes de governar, práticas de assistência e gestão.

Nossa pesquisa foi realizada em Cariacica, esse lugar tem cheiros, intensidades, mobilidades, sensações, que o produzem. E podemos acrescentar: “De fato, cada momento da ação social inclui a terra e os homens sobre os quais tal ação se realiza. E essa ação seria outra se outros fossem o território e o seu uso” (SANTOS, 2000, p.22).

Assim, práticas psi, práticas de assistência, exercícios gestionários, o CRAS em meio às artes de governar, se corporificam e são co-engendrados no seu fazer cotidiano. São produzidas nos atravessamentos desse campo de forças que o território atualiza. As produções políticas, sociais, culturais, econômicas, artísticas, entre outras compõem os territórios, seus usos, e aqueles que dele se utilizam.

1.2 COMPONDO ALGUMAS PAISAGENS

Hoje a Grande Vitória cresce em seu potencial construtivo, o mercado imobiliário está em franca expansão e a cidade de Vitória, em seus limites geográficos, não comporta mais tantas construções como o mercado exige. O que tem acontecido é um crescimento em número de construções nos municípios adjacentes: Serra, Vila Velha e Cariacica. A região do Contorno, que abrange os municípios de Serra e Cariacica, não escapa a esse “crescimento”. Um grande condomínio de casas está sendo estruturado logo na saída da parte urbana de Serra e, a exemplo de muitos outros no Brasil, promete isolamento, tranquilidade, segurança vinte e quatro horas...

Mas, por que falarmos disso quando nossa proposta de trabalho está vinculada a um CRAS em Cariacica? Entendemos que essas produções nos ajudam a compreender como as vidas que habitam esse território são produzidas, nos ajuda a compor a paisagem que acompanha a nossa produção nesta dissertação. O que chamamos aqui de paisagem não diz respeito ao que está ao fundo, mas às forças, às formas e às virtualidades que atravessam as produções de vida no nosso campo problemático. Os lugares de que falamos, onde habitam as vozes acotoveladas, estão espalhados, disseminados em toda parte. Porém, eles não aparecem nas fotografias que vão para as vitrines¹⁸ - dos stands de venda das construtoras e incorporadoras, das propagandas do governo do estado, das empresas que se intitulam “responsáveis socialmente”, dentre outros recursos que produzem idealizações.

Atualmente são produzidas inclusive “ilhas artificiais” nesses espaços, grandes condomínios de luxo incrustados nas localidades cercados por bairros pobres. Se por um lado linhas de segmentação erigem os muros separando o que a lógica capitalista elegeu como ideal daquilo que sobra, por outro, o entorno é a afirmação constante da instabilidade desses mesmos muros. Como a denunciar que os muros de **isolamento, tranquilidade e segurança** podem até ser sólidos, mas, são “dentro e fora”¹⁹ ao mesmo tempo. Benevides e Passos (2004, s.p.), quando discutem as estratégias do capitalismo contemporâneo, apontam:

[...] compreendemos que as lutas se travam, agora, não mais nesse campo geopolítico em que as forças se equacionam a partir de fronteiras que separam o interior e o exterior dos sistemas em confronto. É porque se trata de uma forma intensiva da exploração capitalista que a noção de dentro e fora ganham um outro sentido. O capitalismo intensivo realiza um efeito de dominação gerando no lugar o fora e o dentro (BENEVIDES; PASSOS, 2004, s.p.).

¹⁸ Estamos tomando o termo vitrines como um recurso metafórico, apenas para sinalizar que existem produções que ganham visibilidade enquanto outras não. Situamos esta produção como um dos efeitos da lógica capitalista de mercado.

¹⁹ Como produções dessa malha de poder, os muros tentam afastar, exteriorizar, tirar da visão, o que está do outro lado. Entretanto, “dentro”, “fora” e “muro” são efeitos da mesma rede de relações. Importante afirmar que não pretendemos dicotomizar “dentro” e “fora”, muito pelo contrário, queremos ressaltar a imbricação e os atravessamentos que perpassam as produções sociais. Acerca dos conceitos de “dentro” e “fora” ver: Guattari, F.; Rolnik, S. Subjetividade e História. In: **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 25-126. Notadamente as discussões sobre o Capital Mundial Integrado (CMI).

Essas são produções de um contemporâneo complexo, ou seja, que “impede a redução da modernidade a qualquer traço simples característico” (KASTRUP, 2007, p.33). Utilizaremos neste trabalho essa noção de complexidade pelo fato de apostarmos na multiplicidade como saída para as lógicas reducionistas e binaristas de análise. A multiplicidade a que nos referimos é a que nos permite escapar da lógica do “isso ou aquilo”, mas afirma que as produções da vida são múltiplas: “isso, aquilo e ainda aquilo outro”. Não remete à idéia de estratificação, sim de multiplicidade na unidade; nos termos de Deleuze e Guattari (1995): um “monismo-pluralismo”.

Por isso, nossa insistência em não encaixar esses “territórios” em categorias. Esses territórios que chamamos complexos são compostos e “marginalizados” em uma complexa malha de poder e resistência. Eles são efeitos de lutas por dominação, assim como de lutas pela vida. Eles funcionam nas margens, mas essas mesmas margens são efeitos dessas relações de poder. O fato de estarem nas margens faz deles ao mesmo tempo contorno e ameaça de desorganização.

A marginalização desses territórios não destrói os movimentos que se atualizam neles, enfim, não destroem a vida. Só existem relações de poder e tentativas de dominação porque há resistência ativa. É justamente por isso que eles **insistem** em nos chamar – muitas vezes, em alto e bom tom – a atenção para o que temos produzido. Essas muitas vozes impessoais ressoam por entre as nuvens e rasgam as pálidas cortinas que compusemos.

1.3 CONSIDERAÇÕES NO TERRITÓRIO

De início, faz-se razoável realizar uma consideração acerca do território, que na Geografia tem o sentido de espaço – físico – pensado no seu uso. Segundo Milton Santos (2001, p.22), “O território em si, para mim, não é um conceito. Ele se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu

uso, a partir do momento em quem que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”.

Em um encontro²⁰ realizado no grupo de pesquisa **As lutas por escola pública: processos instituídos e instituintes** tivemos como um dos temas discutidos a cartografia. Este modo de produção de mapas ou, nos dizeres da Prof^a. Gisele Girardi, de **apresentar** – e não de representar – os espaços, foi tomado de assalto por Gilles Deleuze, Felix Guattari e por muitos outros, como um modo de produção de conhecimento²¹. Lembrando apenas que a cartografia se afirma também como postura ético-política, como forma de se produzir e de produzir o mundo. Esse modo de fazer, pensar, viver, etc. se afirma em consonância com os conceitos de subjetividade e de desejo que Deleuze e Guattari discutem ao longo de seus trabalhos.

A subjetividade proposta por Deleuze e Guattari não é individual, não é de um grupo, ou mesmo submetida a fronteiras de países, ela se constitui como um “*modus operandi*” no mundo e com o mundo. Subjetividade e mundo não se separam em seu fazer, são co-engendrados, efeitos dos embates de forças imanentes produzindo a um só tempo mundo e sujeito. Já o desejo, como nos referimos anteriormente, também não é de ordem individual, mas produção constante que atualiza mundos e modos de vida.

Além do desejo e da subjetividade, nos interessam nesse trecho as formas-subjetividade²². Essas formas são produzidas nos embates de forças ou, como diria Michel Foucault (1995), são efeitos das relações de poder e resistência. Essa produção é incessante, bifurcante e difere de si mesma. O tempo, nessa

²⁰ Nesse encontro fez-se necessária uma distinção entre os conceitos de território na geografia e na psicologia. Desse encontro participaram a Professora Dra. Gisele Girardi do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o grupo de pesquisa **As lutas por escola pública: processos instituídos e instituintes** e a coordenadora deste grupo de pesquisa Professora Dra. Ana Lúcia Coelho Heckert do Departamento de Psicologia da UFES. O encontro produziu como um de seus efeitos uma instrumentalização mais refinada em relação ao território.

²¹ . A esse respeito ver: Deleuze, G. Guattari, F. Mil Platôs Vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo, Editora 34, 1995.

²² As formas subjetividade são produtos e produtoras nos processos de produção de subjetividade. Ao ressaltarmos sua instabilidade, percebemos serem formas que ganham novos contornos nessa produção cotidiana.

perspectiva, é criador. Acompanhar a produção e o desmanchar dessas formas não é apenas da ordem da repetição, até porque as formas não estão prontas, os processos estão em andamento e o nascimento de outras formas é condição inexorável (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Retomando a temática do território, Deleuze e Guattari também se apropriam dessa noção²³, entretanto, dão ao território um novo uso: o território existencial. Aqui comentaremos algumas diferenciações que entendemos necessárias. Os territórios existenciais são os diversos fazeres, as diversas formas de conjugar os verbos da vida. Por exemplo, temos os territórios trabalho, família, amigos, etc. que se atualizam de formas as mais variadas, porém, são sempre gestados no espaço político. São atualizações de formas de existência singulares: nas palavras de Deleuze e Guattari (1995), um monismo pluralismo. Esses territórios são as formas de estar no mundo e ao mesmo tempo a força de serem outros, justamente porque o campo de forças que os produz está neles, os atravessa, os desfaz e refaz. Neste campo de forças mundos são produzidos, desfeitos e outros emergem.

Dessa forma, notamos que não são somente os usos e os espaços (ou no nosso caso as formas) que compõem os territórios existenciais, mas também o campo de embates do qual as formas são efeitos e produtoras simultaneamente. Em que pese não se equivalerem - território existencial e território para a geografia - nós compreendemos que o território “geográfico” compõe esse campo/substrato no qual emergem as formas subjetividade. Logo, ele nos será útil, não como guia de navegação, mas como campo onde os embates de forças atualizam formas sempre provisórias. Distinções feitas podemos avançar.

Traremos o território como aliado por entendermos que em Cariacica, como em outros lugares quaisquer, ele fala de produções desse contemporâneo complexo, sendo mesmo um vetor: produto e produtor de realidades, de formas subjetividade. Este território é produzido na mesma malha de relações que produz outros tantos territórios, mas como já dissemos anteriormente essas produções que emergem dessa rede de relações são, ao mesmo tempo, múltiplas e singulares. Sendo assim,

²³ A esse respeito ler Deleuze, G. ; Guattari, F. **Mil Platôs I** (1995), notadamente, a parte 3: 10.000 a.C. – A Geologia da Moral. (Quem a Terra Pensa que É?) pp. 53-91.

quando falarmos desse território que chamamos geográfico, ou seja, o espaço pensado juntamente com os atores que o produzem, estamos falando, de certa forma, do mundo.

Milton Santos afirma:

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 1996, s.p.).

Com esses dizeres, ele afirma que há distinções entre metrópoles e cidades menores – e certamente há. Entretanto, afirmamos que ambos os espaços são constituídos em uma rede complexa. Complexidade no campo múltiplo onde emergem os territórios: formas de atualização da política, das trocas, de inserção comercial, da educação, enfim, do fazer cotidiano. De tal forma que o fato de os lugares se mundializarem leva o próprio autor a enunciar: o mundo, ou melhor, os mundos no “lugar”. Olhando ainda mais de perto as cidades, encontraremos certamente traços metropolitanos nas pequenas cidades e traços “interioranos”²⁴ nas metrópoles. Como essa produção é múltipla, entendemos que nela não existe pureza, bem como em todas as outras produções do contemporâneo.

Entretanto, cabe considerar que essas produções assumem, vez ou outra, formas que fortalecem processos de segmentarização. Os muros dos condomínios de luxo, por exemplo, tendem, ou pretendem destacar do espaço comum um segmento da sociedade que a eles não pode ter acesso. Além de tentar separar, tiram do alcance dos olhos as produções – efeitos da mesma malha – que incomodam, desestabilizam, assustam. Os muros, contudo, são “fora” e “dentro” ao mesmo

²⁴ Com o termo ‘interioranos’ não queremos afirmar nenhuma idéia de interior ou exterior, estamos apenas utilizando um termo do senso comum para falar das cidades que não trazem da mesma forma as tecnologias das metrópoles.

tempo. Sua emergência e seu desmanchar são efeitos desse campo de forças que o atravessa.

Outras separações que são locais e mundiais, ao mesmo tempo, cederam frente a essa multiplicidade, ou a esse hibridismo que caracteriza o contemporâneo. É o exemplo das classificações de primeiro, segundo e terceiro mundo: o primeiro está no terceiro, bem como o terceiro no segundo, etc. – como podemos observar no texto de Ângela Prysthon (2003, p.44):

As zonas de contato entre “Primeiro” e “Terceiro” Mundos, pois, vão se multiplicando nas duas regiões e, como seria de se esperar, no destacadado “Segundo”. A existência de bolsões de “Terceiro Mundo” no “Primeiro Mundo” e seu contrário, o “Primeiro Mundo” no “Terceiro Mundo”, são não apenas a confirmação da idéia do Espaço Híbrido, como também uma condição sine qua non do capitalismo transnacional e o sinal de que um “mundo” somente está cada vez mais parecido na sua diversidade. Justamente no espaço intersticial, no fluido território intermediário, nessa zona de negociação entre “mundos”, é que está localizado o arcabouço cultural que serve de objeto para a teoria pós-colonial e o instrumental teórico para analisá-lo.

1.4 NOS CAMINHOS E DESCAMINHOS QUE PERCORREMOS

Como dissemos anteriormente em nossa viagem, os montes nos ajudariam a produzir nosso território. Como morador de Vitória, para chegar ao trabalho fazia em todos os “dias de batente” uma viagem de aproximadamente uma hora. Saía de Vitória, tomava o ônibus em Serra, e aportava as terras férteis de Cariacica. O Mestre Álvaro, que avistei e visitei durante minha infância e juventude – e que ainda avisto da minha janela – me acompanhava durante meu trajeto diário e fazia-se visível de Campo Verde onde trabalhava. Lá, onde antes havia uma grande “baixada” verde e hoje há uma grande concentração populacional, aos pés do Moxuara, consegui meu primeiro trabalho como psicólogo, descobri a Assistência Social e continuei minha formação profissional.

Esta história-trajetória segue do Mestre ao Lenço e do Lenço ao Mestre várias vezes e compõe o profissional que busca traçar novas linhas entre os dois Gigantes de

Pedra. Levando como na adaptação da lenda indígena do Pássaro de Fogo, mensagens de luta pela afirmação dos movimentos da vida. Entretanto, sobra-me a certeza de que não sou o único, tampouco mágico. Buscamos ser – eu e as muitas vozes que ecoam em mim e em outros – aliados da vida.

O pássaro de fogo

Em tempos bem antigos, na época em que a mitologia se confundia com a história, conta-se que dois jovens de tribos rivais se conheceram e antes que soubessem de suas origens e da rivalidade que existia em suas tribos, nasceu entre eles um amor tão forte e belo como o Sol.

Ela, uma lindíssima princesa indígena, filha do poderoso cacique que ocupava uma imensa terra, onde hoje encontramos o atual município de Cariacica. Ele, um forte guerreiro de uma tribo que ocupava as terras hoje conhecida como município da Serra.

Quando esse amor chegou ao conhecimento das tribos, aumentou a rivalidade e a fúria dos caciques contra esse amor, que era incontornável. O cacique indígena, pai da princesa, jamais aceitaria o enlace da sua querida filha, com o inimigo de seu povo, mesmo sabendo quanto era valioso o dote do noivo e da sinceridade da jura de seu amor. Em consequência criou-se uma barreira intransponível entre as terras das duas tribos e os jovens não podiam de maneira alguma chegar próximo dessa divisa.

Mas o amor, quando sincero e forte, é algo que ultrapassa qualquer barreira e sempre encontra um aliado. Foi o que aconteceu. Os apaixonados conseguiram a ajuda de uma ave misteriosa, que em horas determinadas, levava o casal a pequenos montes em pontos de fronteira de suas tribos, onde ambos se viam. Então a índia cantava juras de amor ao seu escolhido e ele retribuía da mesma maneira com cantigas que tocavam seus corações.

Continuaram assim, nesse amor poético e passando o tempo, combinaram uma fuga. Quando chegou ao conhecimento do cacique indígena a fuga romântica de sua filha foi o bastante para reunirem todos os sábios conselheiros da tribo e um feiticeiro, que transformou os apaixonados em pedra nos referidos locais onde se avistavam. Estes se elevaram e constituíram dois belos e lendários montes, muito importantes no litoral capixaba, que conhecemos como: MOXUARA, a princesa, em Cariacica, e o MESTRE ÁLVARO, o príncipe, na Serra. Porém, uma fada compadecida de um destino tão cruel, concedeu uma trégua aos enamorados, na rigidez de suas posições.

Uma vez ao ano, na passagem de São João, os jovens recuperam de forma invisível, sua forma humana e primitiva, ocasião em que fazem juras de fidelidade e presenteiam-se com ricas jóias e outros mimos, sempre com a ajuda da ave amiga, que transformada em bola de fogo é a mensageira entre os apaixonados. Levando de um para o outro as juras de amor e os presentes, que atestam a sinceridade infinita [...]²⁵

Nos nossos últimos passos, falamos algo da minha trajetória profissional, que tem sua gênese no curso de graduação em psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo. Desde aquela época, já me inquietavam algumas questões relativas às práticas psi . No fazer deste trabalho, outras questões ganharam forma, por exemplo, os modos de ocupação do território, as práticas de assistência e as artes

²⁵ Disponível em: <http://www.valedomoxuara.com.br/oVale.asp>

de governar. Nossa proposta neste trecho do percurso é discutir as práticas que atuam como vetores de produção dos CRAS.

2 O CRAS COMO EFEITO

“... não se trata de mostrar – o que de todo modo é uma tarefa inútil – que ele teria sido necessário, tampouco que é um possível, um dos possíveis num campo determinado de possíveis. Digamos que o que permite tornar inteligível o real é mostrar simplesmente que ele foi possível. Que o real é possível: é isso a sua inteligibilização” (FOUCAULT, 2008a, p. 47).

O campo social, que em muitas situações é tomado como um *a priori*, algo de que se parte para analisar determinados fenômenos, é pensado por Donzelot (1986) como algo que emerge de um hibridismo e não de uma linhagem pura. O social não é em si um dado natural, um campo que foi descoberto em certo momento, mas uma produção que se dá no entrecruzamento de outras linhagens.

Deleuze, prefaciando a obra de Donzelot (1986), aponta o judiciário, o econômico, a educação, o público, o privado, como algumas das linhagens que irão compor e ao mesmo tempo serão produzidas por esse social. A emergência do social inclui também todo um pessoal qualificado, aos quais Guattari e Rolnik (1986, p.29) chamaram trabalhadores sociais: assistentes sociais, psicólogos, jornalistas, educadores, etc. Dentre esses trabalhadores, e esses campos demarcados (ainda que precariamente) interessa-nos analisar neste trecho do trabalho a assistência social²⁶, que tem sua gênese atrelada à produção do próprio “social”, como tentaremos expor a seguir.

2.1 A PRODUÇÃO DO SOCIAL

Donzelot (1986, p. 49) destaca que “no antigo regime a família era, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de governo.” Sujeito na medida em que havia uma distribuição “interna de poderes²⁷”: os membros devem obrigação ao chefe de

²⁶ Aqui nos referimos à Assistência Social como campo de conhecimento, domínio do saber e conjunto de práticas. Quando nos referirmos às diversas formas de assistência ao denominado campo social, usaremos letras minúsculas.

²⁷ Cabe ressaltar que essa proposição fixa, de alguma forma, o poder em determinados lugares, e o que vimos abordando até então propõe que o poder circula, é da ordem da relação e não da propriedade, conforme apontou Foucault (1995). Entretanto, a forma utilizada por Donzelot nos serve para analisarmos certas configurações de família que nos serão úteis no desenvolver desse estudo.

família. Ao mesmo tempo, objeto, pois o chefe de família está em relação de dependência com a comunidade, o estado, a organização social, etc. “Em relação aos aparelhos centrais, o chefe de família *responde* por seus membros” (ibid., p. 50). Constituindo a família, segundo o autor, a menor unidade política possível, destacam-se ainda suas relações de dependência indissociavelmente públicas e privadas.

Aqueles que, por outro lado, não pertencem a uma família, ou seja, não têm um responsável sócio-político, colocam um problema para a ordem pública.

“É o nível das pessoas sem fé, sem eira, nem beira, mendigos e vagabundos que, por não estarem em nada ligados ao aparelho social, desempenham um papel de perturbadores nesse sistema de proteções e obrigações” (DONZELOT, 1986, p.50).

A atual configuração da sociedade estende esses perigos, pois, já não os situa mais nos espaços extra-familiares, o risco e a vulnerabilidade social, se colocam como questões centrais para a assistência social, seja nas famílias, ou fora delas. Termos como “família desestruturada” povoam os textos e o cotidiano de trabalho dos profissionais da assistência. O que denota que o governo através das famílias como se dava no antigo regime já não se coloca da mesma forma, porém, observamos que as políticas de assistência ainda têm a família como uma referência primordial.

As pessoas ou as famílias que vivem em situações de precariedade financeira, educacional, habitacional, etc. são elegíveis para participar de programas sócio-assistenciais. Programas que, não raro, têm o cunho de prevenir situações de risco e vulnerabilidade social. A questão do risco produz muitos sentidos para as vidas dessas pessoas. É o risco de não manter a vida? É o risco de tornar-se uma ameaça para a sociedade? É o risco de tornar-se desfilhado, ou excluído para usar um termo mais familiar à assistência social? Risco de quê? Pra quem?

Entendemos que a noção de risco está associada à de periculosidade, a qual representa uma ameaça virtual constante. De forma que muitos fatores como a

miséria, a precariedade do vínculo familiar, a “família desestruturada”²⁸, tornam-se como que justificativas para as ações em conflito com a lei, e mesmo para ações “preventivas” em relação aos possíveis infratores.

No Brasil, esses movimentos preventivos estiveram associados ao higienismo, aos ideais eugênicos e à teoria da degenerescência de Morel (COIMBRA ; NASCIMENTO, 2005). Trabalhos foram realizados no intuito de distinguir os pobres “dignos” dos “viciosos”, utilizando para isso uma escala de moralidade²⁹.

Aos “pobres dignos”, aqueles que trabalham, que mantêm a “família unida” e “observam os costumes religiosos”, é necessário o fortalecimento dos valores morais, pois pertencem a uma classe “mais vulnerável aos vícios e às doenças”. Seus filhos devem ser afastados dos ambientes perniciosos, como as ruas.

Os pobres considerados “viciosos”, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho –uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo– e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios. Representam um “perigo social” que deve ser erradicado. Daí a necessidade de medidas coercitivas principalmente para essa parcela da população, pois são criminosos em potencial. Assim, embora a parcela dos “ociosos” seja a mais visada por seu “potencial destruidor e contaminador”, a periculosidade também está presente entre os “pobres dignos”, pois por sua natureza –a pobreza– também correm os riscos das doenças (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 343)

Podemos então compreender que essa noção risco social está fundada em grande parte em referenciais que naturalizam a condição de miséria de grande parte da população, bem como, tomam essa mesma condição como ponto de partida para a construção de políticas voltadas para essas populações. Entretanto, a lógica capitalista que produz miséria em massa, não é colocada em questão, não é contra ela que se luta, mas contra seus efeitos tomando-os como um *a priori* histórico, político e social. Nem sempre a vulnerabilidade, o risco e a periculosidade foram analisados como fenômenos de massa, de categoria, de grupos sociais.

²⁸ Estamos aqui tomando um termo usado correntemente no senso comum e também nos meios acadêmicos para justificar o desenvolvimento insatisfatório, o comportamento reprovável, e muitas outras situações presentes no cotidiano. Entendemos que esse termo parte do pressuposto que o único caminho para a adaptação social é a manutenção de um certo modelo familiar mononuclear, de pais heterossexuais, enfim, o modelo familiar burguês. Discordamos veementemente dessa postura reacionária e improfícua que silencia os movimentos de diferenciação que se atualizam de formas infinitamente diversas.

²⁹ A esse respeito ver: RIZZINI, I., **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**, Santa Úrsula/Amais, Rio de Janeiro, 1997.

Castel (2008, p. 219-220) destaca que é a partir do fim do século XVIII – pelo menos na França – que a vulnerabilidade de massa torna-se um fenômeno do qual os governantes se ocuparão, já que até então, a pobreza de massa é que era conhecida dos administradores. Sigamos o raciocínio de Castel:

O caráter inaceitável da miséria e os riscos de dissociação social nela contidos deixam então de atingir essencialmente esses elementos, em resumo marginais, que são os assistidos e os desfiliaados. Tornam-se um risco que afeta a condição laboriosa enquanto tal, isto é, a maioria do povo da cidade e do campo. A questão social vai se tornar a questão criada pela situação de uma parte do povo enquanto tal e não apenas por suas franjas mais estigmatizadas.

Como temos observado a partir de então e encontrado em práticas³⁰ discursivas e não discursivas de assistência, como, por exemplo, o atual Programa Bolsa Família, há uma preocupação mesmo com aqueles que trabalham, mas não atingem uma certa faixa de renda, fixada em ¼ de salário mínimo per capita. Esse programa, aliás, congrega outras características interessantes no que tange às suas condicionalidades, tais como: frequência dos filhos em idade escolar nas instituições de ensino, pesagem das crianças e residir no município que lhe concede o benefício. A questão da residência, não apenas no município, mas em lugar identificável também é uma característica que data de antes da constituição da Assistência Social como campo do saber. Os benefícios eram concedidos, mesmo pelas igrejas, e associações filantrópicas, àqueles que possuíam residência fixa atestada por pessoas idôneas da sociedade. Os que não a possuíam não eram contemplados, e também apresentavam um quê de periculosidade: o perigo do estrangeiro, daqueles que não possuíam os costumes e não pertenciam a essa ou àquela localidade. (CASTEL, 2008)

A periculosidade atribuída aos “vagabundos” data da alta idade média (CASTEL, 2008). À época, as regiões menos povoadas – e o imaginário coletivo – eram dominadas pelos cavaleiros errantes, eremitas, salteadores, etc. Essas pessoas com modos de vida desvinculados da estabilidade das comunidades domesticadas – que vivem em *domus* ou casas – essas pessoas sem referência – domiciliar ou familiar –

³⁰ As práticas serão analisadas usando as contribuições de Michel Foucault e serão objeto de maior discussão mais à frente no trabalho.

eram consideradas ameaçadoras, perigosas. E aqueles que mais tarde habitarão as cidades, porém, sem trabalho, ou mesmo domicílio fixo, herdarão daqueles de outrora a periculosidade.

O vagabundo é portador de uma dessemelhança que o situa não só em relação ao seu *status*, mas também historicamente, pois, o vagabundo presume a existência de uma filiação anterior a um certo modo de organização social, diferentemente daqueles que pululavam nos bosques, nas florestas, nas charnecas na alta idade média. Os vagabundos são, nos termos de Castel (2008), **desfiliados**.

Este termo é uma tentativa de expressar as situações das pessoas que vivem a miséria, o desemprego, a falta de acesso a serviços básicos, etc. O termo mais comumente utilizado é “excluído”, porém, o termo “excluído” traz consigo um duplo perigo: de produzirmos uma lógica dualista, binária, de exclusão/inclusão, quando o que temos percebido é que as características atuais do capitalismo atuam incluindo, englobando, capturando, o tempo todo, e o que nos importa indagar é onde e como estamos sendo incluídos; e além disso, o termo justifica formas de enfrentamento das questões sociais que tutelam, enfraquecem, despotencializam os sujeitos. Como se, por estar desempregado, subempregado, em situação de fragilidade financeira, seja como for, as pessoas não lutassem, e não criassem estratégias de vida no mesmo jogo de forças que produz o termo excluído, e não fora dele. O termo excluído presume um fora onde se estaria, e um dentro, onde se deveria ser incluído. Optaremos então por usar o termo desfiliado, cunhado por Robert Castel, quando necessário.

Esse contingente de pessoas “sem referência” torna-se, a partir do século XVII (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2006), alvo de atenção da administração pública que os “retém em Hospitais Gerais ou os interna sem outro objetivo senão colocá-los fora³¹ do jogo social, de pôr fim ao escândalo constituído pelo espetáculo e o comportamento desses elementos sem controle” (DONZELOT, 1986, p.50). A família torna-se, até certo ponto, um referente em relação ao qual a sociedade faz a

³¹ O termo “fora” utilizado pelo autor, em nossa opinião, não caracteriza uma exterioridade dessas pessoas em relação ao jogo social, muito pelo contrário. Este termo enuncia práticas de segregação que operam objetivações e invisibilizações nesses atores e no próprio social.

manutenção do estado de coisas³², havendo, contudo, sempre algo que escapa e faz mover-se em seus contornos a configuração social e a atenção a esse mesmo social.

Aqui não nos referimos a um momento em especial, ou mesmo a um instante, mas a um espaço de tempo em que práticas, por exemplo, asilares – hospital geral, asilo, orfanato, etc. – passam a compor a forma de governo de algumas sociedades e começa a se esboçar uma primeira configuração do campo social, na qual os “disfuncionamentos” da sociedade não são mais regulados informalmente nas relações sociais. Segundo Silva (2005, p. 18), “podemos dizer que a invenção do social implica um modo de intervenção que se distingue das relações informais entre os membros da sociedade em questão.” A primeira configuração do social tem sua gênese em torno da problemática formulada no campo assistencial, e uma série de espaços institucionais são criados para assistir a segmentos da população cujas necessidades não eram supridas nas relações informais da sociedade (SILVA, 2005).

A família, sujeito e objeto de governo que se pronunciava no antigo regime, terá também papel fundamental na produção de uma segunda configuração do social. Não tanto como foco ou pivô das mudanças, mas, por seu papel central na forma de governar, será atingida em cheio pelas linhas de desconstrução que ensejarão a emergência da segunda configuração do social.

Ao longo do século XVIII essa forma de governo através das famílias começa a se tornar inadequada para a manutenção da ordem vigente. Por um lado as famílias não contém seus membros facilmente, ao tempo em que a separação entre os “pobres envergonhados” que não recorriam ao auxílio da administração pública e os mendigos suplicantes tende a desaparecer, e o final do século XVIII é palco de um aumento considerável do número de pobres que pedem auxílio. Concomitantemente os mendigos se transformam “em vagabundos perigosos que erram pelos campos e

³² Estado de coisas diz respeito às formas que se constituíram, ou antes, às formas que se **atualizaram**, o que estamos em vias de deixar de ser, mas são essas formas que ganham visibilidade no jogo social. Vale lembrar que o **atual**, segundo Deleuze (1988), é habitado por nuvens de virtualidades, ou seja, por incontáveis possibilidades de atualização.

recolhem um tributo competitivo com o Estado, metade por piedade, metade por chantagem (ameaça de incêndio, etc)” (DONZELOT, 1986, p.50).

Por outro lado, a autoridade familiar e a prática das *lettres de cachet*³³ foram rigorosamente questionadas – vale lembrar que ao tempo os chefes de família podiam dispor dos membros de seu clã como bem lhes conviesse. Os hospitais gerais eram uma contrapartida do estado para garantir aos chefes de família a capacidade coercitiva sobre seus afiliados. Não tardou para que os administradores percebessem nesses hospitais, muito mais uma forma das famílias se livrarem de suas bocas inúteis do que um instrumento de correção dos indomados da ordem social (DONZELOT, 1986).

Na França:

“[...] essas duas linhas de desconstrução do governo das famílias convergem na tomada da Bastilha. Conduzida pelo baixo povo e pelos indigentes de Paris, em outras palavras por aqueles que as manobras sócio-familiares não mais contêm” (ibid., p.52).

Essa fuga da forma de governo das famílias convoca o Estado a se responsabilizar pelos cidadãos, a tornar-se responsável por suprir suas necessidades, até então co-responsabilidade com o chefe de família. Ao tempo em que faz ruir o arbítrio familiar.

O problema da família foi colocado classicamente dessa forma: uma oposição entre aqueles que defendiam o estado como instância que deveria suprir os cidadãos, o que poderia redundar em um totalitarismo estatal, e aqueles que defendiam um estado liberal no qual a sociedade se organizaria em torno da família e da propriedade privada. Contudo, o autor aponta que a questão é um tanto mais complexa do que uma simples oposição entre a manutenção da ordem vigente e uma revolução de modo de organização familiar no estado. A questão que se coloca é: por que e como a família funciona numa economia liberal de estado? E defende

³³ *Lettres de Cachet* eram literalmente cartas de aprisionamento endereçadas às autoridades administrativas da época pedindo a prisão de alguém por algum motivo. Segundo Donzelot (1986) a Bastilha era ocupada notadamente por pessoas que foram alvos das *lettres de cachet*.

que as duas ameaças anteriormente citadas: o pauperismo da população e o desfazer-se dos modos de vida e dos costumes, faziam urgente uma resposta por parte da sociedade a essa questão (DONZELOT, 1986).

A resposta produzida foi a filantropia, que não pode ser concebida como “uma fórmula ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente despolitizante” (Donzelot, 1986, p. 55), situada estrategicamente entre a iniciativa privada e o estado. O autor destaca a função do pólo assistencial que através do Estado terá um meio formal de divulgar conselhos e preceitos que seriam capazes de diminuir as demandas de auxílio ao Estado, é o caso da poupança, por exemplo. Essa estratégia, como vimos anteriormente, tende a transformar uma questão de direito político em uma questão de moralidade econômica, pois, se ainda precisam de auxílio, é porque não teriam seguido devidamente os conselhos prestados.

Um outro pólo que o autor destaca é o médico-higienista, que visa utilizar o estado como instrumento direto para “conjurar os riscos de destruição da sociedade através do enfraquecimento físico e moral da população, do surgimento de lutas, de conflitos” (Donzelot, 1986, p. 55) que ameaçariam destruir o que o estado tem a missão de garantir. Além disso, a tendência médica é necessária ao aumento da industrialização, haja vista, a influência que esta exerceu sobre a salubridade das populações manufatureiras. O saber médico ganha maior relevância com a multiplicação das causas de insalubridade geradas pela indústria.

Se o discurso sobre a moralidade da poupança pôde funcionar não foi sobretudo porque se obrigou os operários a depositarem uma parte de suas magras poupanças em caixas econômicas (mesmo se foi o caso em certas empresas paternalistas), mas sim porque elas lhes permitiam, através dessa poupança, obter maior *autonomia da família* em relação aos blocos de dependência ou redes de solidariedade que bem ou mal subsistiam. Se as *normas higienistas* em relação à criação, ao trabalho e à educação das crianças surtiam efeito é porque elas ofereciam a estas e, correlativamente às mulheres a possibilidade de uma autonomia maior contra a *autoridade patriarcal* no interior da família (DONZELOT, 1986, p. 55-56).

Esses dois pólos convergem então para revalorização e liberalização das famílias, não como triunfo da modernidade, mas resultado da acoplagem dessas duas táticas

filantrópicas. A filantropia emerge como resposta para a funcionalidade da família na sociedade liberal.

Porém, é a partir da segunda metade do século XIX que podemos falar em uma questão social propriamente dita. Essa questão está ligada ao próprio fato democrático e, por conseguinte, ao projeto republicano como tal. É a partir da revolução de 1848³⁴ que ganha visibilidade a ameaça que dará novos contornos ao social. A ameaça de tornar evidente a incompatibilidade entre os princípios que sustentavam o ideal republicano, a saber, “um princípio que concede uma soberania igual a todos, e um princípio que estimula uma liberalização do mercado” (SILVA, 2005, p.20).

Esses dois princípios não parecem incompatíveis à primeira vista, entretanto, a noção de direito defendida na revolução francesa em 1789, que mais tarde será um vetor na composição do social, produz entre eles um impasse. É o direito, mais especificamente o **direito ao trabalho** que ira constituir o substrato das lutas que irão eclodir na Europa em 1848. A noção de direito do cidadão constitui um dos fundamentos da soberania dos indivíduos, e um dos direitos defendidos é justamente o direito ao trabalho. Essa ordem política presume uma relação de reciprocidade entre cidadãos livres e iguais, e um estado que garantirá o cumprimento de tais princípios. Justamente dessa proposição de estado surge um impasse, pois, diante da reivindicação dos cidadãos o estado – para garantir o direito ao trabalho – poderia se tornar o principal empregador, porém isso conduziria a uma situação mais próxima do comunismo, situação que em nada interessava aos liberais; ou o estado poderia regular as relações de produção, por exemplo, no que diz respeito a preços e salários, o que ameaçaria a ordem liberal do mercado baseada na livre competição (SILVA, 2005, p. 21-22).

³⁴ A revolução de fevereiro de 1848 na França marcou o fim da monarquia de Luis Felipe D’Orleans e o início da segunda república na França. Marca também a ascensão de Napoleão III que governaria a república até 1852, e depois como imperador até 1870. Essa revolução teria sido ensejada por uma série de acontecimentos: perda em guerra de importantes territórios franceses como a Cracóvia e a Polônia e conseqüente empobrecimento de vários setores da população; praga da batata e más colheitas de 1845 e 1846; a carestia de 1847 fez instalar conflitos sangrentos não só na França mas no resto do continente. Nessa revolução, segundo Silva (2005) as palavras de ordem pelo direito ao trabalho eram brados de guerra, lembremos aqui que essa revolução é posterior à grande revolução francesa (1789) e também à Declaração dos Direitos Humanos do Homem e do Cidadão (1789) cujo lema era Igualdade, Liberdade e Fraternidade. A respeito desse período ver : Marx, K. **As lutas de classes em França em 1848 a 1850.** 1895. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/index.htm

O direito ao trabalho no estado democrático torna-se então um brado de guerra no alvorecer da sociedade industrial. E a população pauperizada já não se configurava da mesma forma. Não se tratava mais da “pobreza envergonhada” e da mendicância, mas da lógica de funcionamento capitalista que produz um aumento de riqueza proporcional a um aumento de miséria. É então nos primórdios da revolução industrial que a nova configuração do social começa a se esboçar atravessada por uma nova relação entre trabalho e pobreza.

Nessa segunda configuração, a problematização do social resulta de uma fratura entre uma ordem jurídico-política fundada sobre a igual soberania de todos, e uma ordem econômica que acarreta um aumento da miséria. É essa fratura que permite marcar o lugar do social como um problema indissociável de uma questão subjacente ao conjunto da sociedade capitalista, a saber, a questão do pauperismo (SILVA, 2005, p. 23).

Dessa fratura desencadeada pelos paradoxos inerentes às novas normas da sociedade industrial começa a se erigir um quadro de lutas que marcará de forma significativa a produção do social, trata-se do fenômeno das massas, ou das multidões. Sem dúvida, tais fenômenos não são uma novidade do século XIX, mas, nesse momento as multidões se tornam objeto tanto de um estudo específico como de intervenções específicas, em função da ameaça que representavam para os equilíbrios sociais.

Esses fenômenos de massa que ganham forma no século XIX têm sua gênese associada a uma série de fatores dos quais destacaremos alguns. Por exemplo, podemos citar o crescimento das populações ditas urbanas, e o próprio processo de urbanização, percebidos na França desde o século XIII. Além disso, podemos também destacar a revolução industrial na Grã-Bretanha (década de 1780) que fez da cidade um espaço ainda mais privilegiado de produção e circulação de capital. Importante também ressaltar o modo de produção capitalista-liberal que incide sobre a organização social e ao mesmo tempo sobre os sujeitos, produzindo controle indiscriminado dos corpos e expressões plurais, impessoais, agrupamentos enfim, não necessariamente com ideais comuns, mas que viviam, de certa forma, um mesmo processo e seus efeitos. (BENEVIDES, 2007)

Vale ressaltar que a preocupação com relação às massas estava muito ligada à força que a reunião de várias pessoas possui, tornando-as perigosas em potencial. Atualmente, a preocupação com as massas ainda persiste, mas não como antigamente. Hoje em dia as preocupações não giram tanto em torno dos agrupamentos, mas, de fatores que servem de parâmetro para o estabelecimento de riscos para a sociedade. Por exemplo, temos no Brasil uma parcela da população que vive em condições precárias de moradia, crianças que não estão matriculadas no ensino regular, famílias que vivem com menos de um salário mínimo, adolescentes grávidas, etc. Esses fatores criam massas de risco social espalhadas por todo o território nacional. Essas massas esparsas são produzidas através do cruzamento de dados censitários, do Ministério da Saúde (MDS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, etc.

Como vemos, não são mais os aglomerados de pessoas que interessam, mas sua condição em todos os seus detalhes. É um refino do controle sobre a massa que já não está agrupada, é uma espécie de controle, ou governo das populações, uma biopolítica nos dizeres de Michel Foucault (2008a). Ao longo deste trabalho discutiremos melhor a idéia do bio-poder e da biopolítica.

No complexo panorama político do século XIX, já não é simplesmente o pauperismo que faz emergir as reivindicações de massa, mas a condição produzida pela lógica capitalista de produção de riqueza e miséria. É junto dessa lógica, que fica mais clara com o despontar da revolução industrial, que também encontraremos novos marcos das lutas coletivas, como as empreendidas na revolução francesa de 1789. A partir de então, o fenômeno das massas torna-se objeto de ocupação dos homens das ciências. Podemos agora demarcar, de certa forma, algumas diferenças entre a primeira e a segunda configuração do social.

Podemos dizer que o que marca a diferença entre a primeira e a segunda configuração do social é precisamente o novo estatuto do social nesta última. O social não se caracterizará apenas por um conjunto de práticas que buscam regular os disfuncionamentos da sociedade. Essa característica, que já marcava a primeira configuração do social, permanecerá na segunda, embora seja atualizada diferentemente em função dos problemas que atingem, desta vez, a dinâmica da sociedade industrial. O importante é que agora, nesta segunda configuração, o social se torna, além de tudo, um objeto de conhecimento. Aí reside a principal

diferença com relação à primeira configuração: **a objetivação do social enquanto um novo domínio de saber** (SILVA, 2005, p. 26). Grifos nossos

Essa característica da segunda configuração do social nos é fundamental para realizar algumas das análises que nos propusemos nesse trabalho. Afinal, se o que vimos afirmando até aqui – que o social não é um dado natural, e nem diz respeito à sociabilidade – entender como o social torna-se um ‘domínio de saber’ é fundamental para entendermos como este mesmo social foi objetivado.

Na primeira configuração o social funciona caracterizado como “social-assistencial”, voltado para os disfuncionamentos da sociedade. O trabalho assumia um lugar diferente do que vai assumir na segunda configuração, conforme aponta Silva (2005). Na primeira, o trabalho é condicionante da assistência, ou seja, se a pessoa não tem condições para trabalhar, ela pode, desde que tenha residência fixa há um certo tempo e um atestado de idoneidade conferido por pessoas da sociedade, receber um auxílio. Na segunda, é uma desregulação na organização do trabalho – e não os disfuncionamentos da sociedade – que marcarão a produção desse social. Pois essa desregulação do trabalho passará a compor o modo de funcionamento da sociedade capitalista.

Além disso, essa desregulação na organização do trabalho colocará em cheque o ideal democrático, apoiado no liberalismo econômico e no livre acesso ao trabalho. As relações de trabalho e de comércio até então viviam sob um regime de proteções que garantiam a alguns o direito de trabalhar em tal ou qual ofício e de comercializar mercadorias. Como é o caso das corporações de ofício³⁵. Na nova democracia a proposta é de que haja livre acesso ao trabalho, à venda de mercadorias, aos bens de consumo, além da livre regulação das relações de trabalho, fato que ensejou muitas revoltas mais tarde, pois a disparidade de forças entre patrões e empregados permitia aos patrões oferecer trabalho pagando o quanto quisessem: o acesso ao trabalho era livre, mas às condições mínimas de subsistência pelo trabalho não.

³⁵ As corporações de ofício detinham o direito de produzir e comercializar determinados tipos de bens de consumo como vestuário, calçados, etc. Eram organizadas em torno dos mestres artesãos e reguladas por decretos das autoridades locais. Por exemplo, uma pessoa que não pertencesse a uma localidade e tentasse concertar sapatos era passível de prisão, uma vez que havia regulação para o tempo de aprendizagem do ofício que poderia levar de 3 a 11 anos, havia um fornecedor oficial que vendia pelo mesmo preço a todos, os mestres não podiam comercializar matéria-prima entre si, etc. Somente aqueles que estivessem submetidos às mesmas normas poderiam trabalhar e vender seus produtos (CASTEL, 2008).

Essa condição foi se produzindo pela liberalização das relações de trabalho, vulnerabilizando mesmo aqueles que trabalhavam. Para entendermos um pouco melhor como essa liberalização foi se constituindo, devemos remontar ao século XVII. A preocupação com as condições de vida dos cidadãos já era patente nessa época, a ponto de Trudeine, o intendente da Generalidade de Lyon, descrever da seguinte forma a situação em 1693:

Existem na cidade de Lyon e arredores, 20.000 operários que vivem do que ganham em cada dia; se se deixar de fazê-los trabalhar durante 8 dias, a cidade será inundada de pobres que, não encontrando mais como ganhar sua vida, poderão se lançar aos mais violentos extremos (Citado por CASTEL, 2008, p. 220).

Porém, assim como em outros momentos históricos, lutas grandiosas foram travadas. Se não existiam as corporações, também não foram apenas as franjas mais estigmatizadas que se mobilizaram em torno dessas lutas, era uma condição que atingia a sociedade, como vimos em Castel. As multidões eclodem como força ameaçadora da ordem e empurram para outros domínios de saber/poder³⁶ a questão do social. O social-assistencial ganha outros contornos atravessado pela questão do direito que emerge nessa nova forma da democracia.

Como dissemos, o social não é descoberto, mas, produzido. Produzido como relações que se constituem em conjuntos de práticas e também em regimes de verdade. As relações de saber/poder que se instituem produzem esse social como um campo de conhecimento; não, como podemos inferir, como uma evolução do conhecimento científico a esse respeito, mas como efeito das relações de poder que se estabelecem nos embates. Foucault afirma:

Para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não para de questionar, de nos questionar; não para

³⁶ Segundo Michel Foucault (2006) toda forma de saber é também uma forma de poder. Segundo o autor, há uma constante produção de verdades na sociedade mundial, e essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder que as tornam possíveis, pois que essas produções de verdades têm, elas mesmas, efeitos de poder.

de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos de produzir verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para produzir riquezas (FOCAULT, 2005, P. 29).

Há também, como nos indica Silva (2005), uma terceira configuração do social, esta que nos seria contemporânea. Importante ressaltar que não se trata aqui de uma perspectiva evolucionista, ou mesmo que as três configurações que apresentamos sejam sobreposições umas às outras. Como vimos construindo em nossa análise, não se trata de formas estanques que deixam para trás as outras, mas um certo arranjo que as forças assumem no campo social produzindo-o ora de uma forma ora de outra. “Cada configuração, neste caso, deve ser tomada como uma *superfície de inscrição* de um determinado conjunto de práticas e, ao mesmo tempo, como uma *zona de intensidades* (platô) que continua reverberando no presente” (SILVA, 2005, p. 110-111. Grifos da Autora). Assim, não podemos dizer que as problemáticas que atravessam respectivamente o campo assistencial (primeira configuração) e o campo das relações entre trabalho e capital (segunda configuração) tenham deixado de existir. Elas simplesmente perdem seu impacto como “princípio organizador” de um certo arranjo do campo social devido a outros elementos que passam a habitar este campo, produzindo novas questões que engendram uma outra configuração do social.

A terceira configuração do social se caracteriza por uma revolução tecnológica e cibernética que produz um novo arranjo do tecido social consoante ao advento de novas tecnologias e dos avanços da informática. Aliada a essa produção de novas tecnologias, a concentração de capital financeiro internacional dá ensejo ao surgimento de um megamercado planetário conhecido como globalização (SILVA 2005, p. 111).

Nesse mercado globalizado, a tensão trabalho-capital característica da segunda configuração esvazia-se e a terceirização, bem como, o implemento de uma economia ao mesmo tempo informal e virtual, são privilegiadas. Entretanto, a globalização não prescinde dos estados, não existe estado universal: “a única homogeneização que o capitalismo produz concerne precisamente a um sistemático

assujeitamento da experiência subjetiva em escala planetária e a uma precariedade cada vez maior dos modos de existência” (SILVA 2005, p. 112).

Segundo Castel (1987), essa terceira configuração do social, marcada por uma lógica chamada neoliberalismo³⁷, redefiniria o campo da ação sanitária e social e os “papéis”³⁸ de três tipos de interlocutores, a saber: o estado, o setor privado e os profissionais. Quanto ao estado, suas funções foram ao mesmo tempo reforçadas e circunscritas, tratando-se menos de criar, executar e financiar diretamente, do que centralizar e planificar os dados, racionalizar a implantação dos serviços fixando normas estritas de funcionamento e controlando os resultados.

Frente ao desafio de enfrentar a questão social, a descentralização permitiu o desenvolvimento de formas inovadoras e criativas na sua implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação. No entanto, a compreensão de que a gestão democrática vai muito além de inovação gerencial ou de novas tecnologias é bastante limitada neste país. A centralização ainda é uma marca a ser superada (PNAS, 2004, p. 5).

Ao mesmo tempo – no que tange ao setor privado – um poder centralizador que reforça e racionaliza suas forças tradicionais de controle é acompanhado de um encorajamento dado à iniciativa privada, ao associacionismo e à benevolência. Características que delineiam um quadro favorável a uma co-gestão, a uma co-responsabilização entre estado e sociedade civil. Esse tipo de configuração não é, em si, boa ou má, porém, se o estado diminui sua atuação – proposta, aliás, que caracteriza o neoliberalismo – podemos caminhar para uma des-responsabilização cada vez maior por parte do estado. Mas, podemos também caminhar para uma administração cada vez mais participativa, o problema é vermos isso como uma solução. É antes, em nossa opinião, algo a ser acompanhado, discutido, tensionado.

A forma de gestão no sistema descentralizado e participativo proposto pela LOAS, em seu capítulo III, artigo 6º, implica na participação popular, na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidades e no co-financiamento entre as esferas de governo e a sociedade civil (PNAS, 2004, p. 6).

³⁷ Esse ponto será melhor discutido ao longo do trabalho.

³⁸ Não entendemos papéis como formas fixas de atuação, mas, utilizando-nos dos termos do autor, entendemos por papéis as configurações hegemônicas dessas produções sociais.

E por fim, quanto aos profissionais, o autor aponta que eles tendem a intervir como especialistas dotados de saber e competência próprios, que alugam seus serviços em um mercado de trabalho como qualquer outro. Por outro lado, há mais características que também produzem o trabalho desses sujeitos, como expressa a própria PNAS:

Como consequência da concepção de Estado mínimo e de política pública restritiva de direitos deu-se a precarização do trabalho e a falta de renovação de quadros técnicos, criando enorme defasagem de profissionais qualificados; com um enorme contingente de pessoal na condição de prestadores de serviços, sem estabilidade de emprego, sem direitos trabalhistas e sem possibilidade de continuidade das atividades. Essa é uma realidade geral, encontrada tanto em nível nacional, estadual e municipal (PNAS, 2004, p. 6).

2.2 PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA

O que hoje denominamos com certa naturalidade Assistência Social constitui-se em um campo de saber/poder engendrado em meio a vários veios históricos distintos. Não pretendemos dar, de forma alguma, a justa medida do que seja esse campo de práticas e regimes de verdades que constituem um campo de produção de conhecimento, mas, tentar esboçar um estudo que nos permita dar inteligibilidade aos processos que se dão nesse campo de saber e, principalmente, como essa linha mista de composição atua na emergência dos CRAS.

Como citamos anteriormente em Castel (2008, p.47) a vertente chamada “social assistencial é a menos tributária de uma história específica”, e, além disso, encontraremos equivalentes formais em outras sociedades. Isso, porque em quase todas as sociedades de que temos registros, vamos encontrar práticas de assistência, no sentido que o termo assume no dicionário o sentido de: “ação de ajudar, de vir em auxílio”. Entretanto, será necessário, pelo menos para nós, entender um pouco melhor de que auxílio, ou de que assistência se está falando, a quem essa assistência é prestada e o que objetiva essa assistência.

Começamos então. Como vimos anteriormente, antes da primeira configuração do social, ou seja, antes do século XVII, os disfuncionamentos das sociedades eram regulados por relações sociais informais. Não havia um campo chamado social, ou seja, o social como campo objetivo – e objetivado – por práticas de assistência, ainda não tinha se constituído, aqueles que necessitavam de algum tipo de ajuda na sociedade, buscavam-na em relações de solidariedade e não por meios formais instituídos. As relações de assistência não eram formalizadas, não ganhavam corpo nas medidas governamentais vigentes, não eram práticas que objetivavam o modo de ação governamental tal como conhecemos. Atualmente temos um Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), algo impensável naquela configuração social.

Essa assistência informal dava-se através das esmolas, da beneficência, enfim, do auxílio aos necessitados. Auxílios momentâneos ou duradouros que visavam principalmente dar condições à continuação da existência daqueles que eram seus beneficiários: comida, roupas, dinheiro, etc.

Nessa época (século XVII) muito do que se vive hoje em termos de assistência não era sequer aventado pelos governantes, porém, havia práticas de assistência. A partir do século XVII começa a se instituir uma forma de assistir ligada aos governos e, por conseguinte, às artes de governar. Um governo que, segundo Donzelot (1986), se dava através das famílias.

Nesse modo de governar, os hospitais gerais eram o principal meio através do qual os disfuncionamentos da sociedade eram “regulados” (SILVA, 2005). Eles – os hospitais gerais – funcionavam como uma contra-partida do governo para com as famílias para que essas pudessem conter os seus membros. Assistir, nessa passagem histórica das práticas assistenciais, era conduzir aos hospitais gerais que mais se assemelhavam, por sua lógica de funcionamento, a prisões. Porém, não eram os ditos criminosos que habitavam esses espaços, mas os que eram considerados inconvenientes sociais: os mendigos, os loucos, os inúteis para o trabalho, etc.

O século XVIII (DONZELOT, 1986), porém, será o palco histórico onde se perceberá uma mudança significativa no modo de operar tanto da população pauperizada como dos governos. Na França, desde o século XIII observou-se um crescimento da população urbana, assim como do processo de urbanização. No século XVIII a população urbana empobrecida já havia crescido de forma considerável. Em meio a esse crescimento, a revolução francesa (1789) que data do mesmo século, enunciava direitos universais do homem e do cidadão. A retenção nos hospitais gerais já não seria mais a forma hegemônica de assistir, a filantropia, estratégia despolitizante situada entre o público e o privado seria a resposta às necessidades de uma atenção diferenciada. Começa a instaurar-se uma forma de assistência que privilegiava os “bons conselhos ao invés da caridade humilhante” e a “norma que preserva ao invés da repressão que destrói”. Nesse caso, assistir seria aconselhar e normatizar para que os necessitados deixassem de sê-lo. Aqueles que, supostamente, sabiam como conduzir a vida de forma a não se tornarem necessitados aconselhavam e normatizavam a vida daqueles que eram necessitados. Se não funcionava, era porque, provavelmente, os necessitados não seguiram adequadamente os bons conselhos. Aconselhar é assistir.

Durante o século XIX entra em cena outro fator que até então não norteava as ações de assistência por parte do governo: o direito. O direito como garantia social de acesso, ou seja, o direito à alimentação, à saúde, à segurança, ao trabalho, etc. Anteriormente falamos sobre a revolução de 1848 na França. Essa já foi uma revolução com o cunho da luta por direitos.

No século XVIII, a revolução francesa instituiu direitos que se pretendiam garantias sociais. Esta revolução, segundo (COIMBRA et. al., 2002) nasce da luta da burguesia européia contra o absolutismo, e está desde seu início marcada pela individualidade e pela universalidade. Entretanto, não pretendemos neste trecho do trabalho discutir os objetivos da grande revolução de 1789, mas, destacar algo que marca uma ruptura na forma de estruturar as lutas coletivas: **a questão do direito**. Pois, como dissemos, é na segunda configuração do social que o fenômeno das

massas torna-se objeto de estudo e preocupação por parte dos governantes. Essas massas constituirão suas lutas sobre bases que de certa forma lhes perpassam.

Observaremos isso na revolução de 1848 cujas lutas pretendiam fazer valer direitos já instituídos. Os direitos tornam-se substrato de lutas para aqueles que necessitam acessá-los, muito diferentemente da ‘pobreza envergonhada’ e da ‘mendicância’ que pediam auxílio para suas necessidades, o campo de lutas que se estabeleceu ensejou aos cidadãos do século XIX revolucionarem-se contra a falta de acesso aos seus direitos.

A questão dos direitos também estará presente na terceira configuração do social, esta que nos é contemporânea. E marcará de forma consistente as práticas de assistência. A assistência social, campo de produção de saber e práticas sociais, tem atualmente como uma de suas principais bandeiras a defesa dos direitos humanos e sociais. No Brasil, esses direitos têm sua expressão máxima na constituição brasileira.

Para entender como foram consolidados os direitos sobre os quais a Assistência Social no Brasil assenta hoje as suas bases será necessário retornar ao período ditatorial – o que faremos mais tarde quando falarmos das artes de governar. Entretanto, é possível afirmar que os direitos consolidam um substrato de lutas, uma espécie de garantia³⁹ de que as lutas não serão de alguns, mas, de uma coletividade contra possíveis e atuais cerceamentos impostos. Essas lutas também atualizam a Assistência Social.

Não dizemos isso como se fosse o certo a fazer, como se finalmente a assistência social tivesse atingido um ponto ótimo, ou evoluído para a melhor forma. A assistência, como dissemos, tem sua constituição atravessada pela produção do próprio social, cujas características lhe acompanham. Ou seja, não foi a assistência que produziu a luta por direitos como modo de atuação, os direitos é que passaram a ocupar um lugar central no social, a partir de sua segunda configuração. Sendo assim, a luta por garantir direitos não é uma forma melhor, é para onde o social, e

³⁹ Não pensamos essas garantias como algo definitivo, algo que supostamente seria indefinidamente respeitado, mas, argumentos que sustentam lutas.

junto com ele a assistência, derivaram. Assistir, do ponto de vista das práticas de assistência, é também lutar por direitos.

Porém, não somente essas lutas atualizam a assistência social. Nas malhas do biopoder a assistência atualiza também formas de controle da vida, disciplinarização, etc. Afinal, a assistência social constitui-se em meio a práticas de governo, atravessada por estratégias que se valem da máquina de estado. Assistir, muitas vezes, é normatizar a vida, os corpos, é tentar consertar os desvios.

Essas práticas de assistência, grosso modo, não se colocam no tempo e no espaço de forma exclusiva. Como dissemos anteriormente, as práticas de auxílio momentâneo ainda persistem como forma de assistir, bem como, os bons conselhos. Ainda que cada vez mais a Assistência Social caminhe para uma tentativa de garantir dos chamados direitos sociais, as práticas ditas assistencialistas, e também as de aconselhamento e normatização da vida, perduram como formas de assistir. Não há unidade em termos de práticas na Assistência Social, e são diversas entre si as práticas que a caracterizam.

Os chamados direitos sociais têm sido fundamentais para que se tenha acesso à alimentação, educação, saúde, etc. no Brasil. Entretanto, é fundamental questionarmos como esses direitos têm sido disponibilizados. Se esses direitos são realmente garantias que dão sustentabilidade à vida, ou, apenas um modo de gestão precarizado da franjas mais empobrecidas da sociedade.

Essas práticas de assistência se dão em meio a artes de governar bem diversas, das quais já falamos um pouco mais detidamente, mas devemos ressaltar que elas também são práticas que estão submetidas a certos regimes de verdades. As artes de governar não são artes de governar qualquer coisa. São modos de operar que não podem ser destacados dos modos de subjetivação hegemônicos, dos regimes de verdade, e das práticas vizinhas. Paul Veyne (1998, p. 243) diz o seguinte:

Em vez de acreditar que existe uma coisa chamada “os governados” relativamente à qual os governados se comportam, consideremos que os “governantes” podem ser tratados seguindo práticas tão diferentes, de

acordo com as épocas, que os ditos governados não têm senão o nome em comum.

Quando trata da gladiatura e da condução do povo romano, Paul Veyne coloca:

Se, em vez de carneiros, nos tivessem confiado crianças, se nossa prática tivesse objetivado um povo-criança e nos tivesse objetivado, nós próprios, como reis paternais, nosso comportamento teria sido inteiramente outro: teríamos levado em consideração esse pobre povo e dado razão à medrosa recusa de gladiatura; teríamos sido indulgentes com o seu terror de ver o assassinato imerecido instalar-se no seio da paz pública (VEYNE, 1998, p. 246).

Carneiros e crianças seriam modos hegemônicos de operar no mundo, modos hegemônicos de sermos conduzidos. Os termos paternalista, populista, liberal, são objetivações de época que fazem referência a modos de governar distintos, objetivados por artes de governar distintas. Mas dizem respeito a práticas datadas, e a regimes de verdades que lhes dão suporte. E na arte neoliberal de governar, quais são as práticas que objetivam governantes e governados? Recorrendo mais uma vez a Foucault (2008a), destacamos a biopolítica como modo de conduzir a vida.

Essa forma de conduzir a vida que já não situa no indivíduo, sobre seu corpo, o controle, mas sobre a própria vida da espécie humana, aponta para formas de controle muito diversas daquelas presentes nas sociedades ditas disciplinares. Antes de distinguirmos sociedades disciplinares e de controle, é importante ressaltar que esses modos de controle e difusão do poder não são exclusivos, e muitas vezes, convivem e se atualizam no mesmo espaço.

No caso do Brasil a situação torna-se mais complexa, pois não podemos dizer que estamos vivendo numa sociedade tipicamente de controle. Somos atravessados e convivemos com vários regimes de poder, o que configura para nós trabalhadores sociais um desafio na tarefa, dentre outras, de pensarmos/intervirmos neste campo híbrido.

Dependendo do equipamento social (escola, empresa, posto de saúde...,) a que estejamos ligados e sua proximidade com o Estado, podemos perceber um funcionamento típico da sociedade de controle ou da sociedade disciplinar, sendo então fundamental que cartografemos, a cada situação, que regras estão em funcionamento (NEVES, 1997, p. 90).

Entretanto, uma distinção entre os modos de difusão do poder nessas sociedades faz-se necessária. Nas sociedades disciplinares os espaços fechados são privilegiadamente os espaços de controle e capilarização do poder disciplinar,

enquanto nas sociedades de controle o poder vai prescindir dos espaços fechados para sua difusão e modulação das formas de vida. “O novo regime de controle em espaço liso e aberto se exerce através de sistemas de comunicação, redes de informação, atividades de enquadramento, e é como que interiorizado e reativado pelos próprios sujeitos” (PELBART, 2003, p. 81-82).

Os CRAS, aparelhos estratégicos da PNAS são, preferencialmente, situados em territórios considerados de maior risco e vulnerabilidade social. Isso facilita o acesso dos usuários ao CRAS, porém, o acompanhamento de suas vidas ganha outras tonalidades ante essas práticas biopolíticas que se colocam nas sociedades atuais. Vale lembrar que, assim como as práticas de assistência não são excludentes entre si, as sociedades de controle e disciplinar também não são. Não vivemos em uma sociedade puramente de controle, mas algumas características dessas sociedades se apresentam hoje no modo de operar da Política Nacional de Assistência Social, notadamente nos CRAS.

Os chamados usuários são cadastrados, participam de atividades, ou recebem algum tipo de benefício, são visitados, têm seu cadastro registrado no CADÚNICO⁴⁰, são “acompanhados” a céu aberto. Os serviços e os usuários são objetivados por esse modo biopolítico de operar. Os usuários em termos de massa difusa a ser controlada, e os serviços em termos de sistemas de controle.

A conjunção da lógica da biopolítica do “fazer viver e deixar morrer”; da arte liberal de governar, que implica em necessárias diferenças para a regulação do mercado – elevado a lugar de veridicação; de uma sociedade cujo modo de controle se dá a céu aberto; e do modo indivíduo que sacraliza o individual como instância responsável por fracassos e sucessos instituindo uma meritocracia, tem objetivado misérias admitidas como necessárias. Misérias que servem de combustível para o atual modo do Capitalismo Mundial Integrado (CMI), misérias como modos de vida instituídos.

⁴⁰ O CadÚnico - Cadastro Único dos Programas Sociais, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é um instrumento de coleta de dados e informações que identifica e caracteriza famílias de baixa renda existentes no país. A base de dados são famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, identificadas em cada município do país.

Os CRAS, bem como a Assistência Social, não têm o objetivo de intervir nesse modo de operar do capital, eles fazem com que as “misérias modos de vida” vivam, pois, nessa lógica, é necessário que haja miséria viva, inquestionável.

Talvez, da assistência social tenha se subtraído justamente a possibilidade de atuar na lógica de produção desses lugares. Pois, se observarmos bem, os direitos que foram constituídos com muitas lutas nos cenários políticos nacional e mundial não mudam e não têm por finalidade mudar a produção de misérias como formas de vida, eles garantem a possibilidade de lutar por acesso a condições mínimas de viver. Em condições mínimas vive-se atualizando a miséria produzida pela lógica capitalista.

Cabe ressaltar que a vida a que nos referimos é tomada em sentido muito mais amplo que a biológica, ela tem a ver com as liberdades, com as rebeldias, as criações, os afetos, etc. Logo, a produção de miséria como modo de vida instituído não diz respeito somente à falta de recursos para a manutenção da vida, mas também a uma espécie de miséria subjetiva, modos de produção de subjetividade cada vez mais capturadores, cada vez mais cerceadores. Talvez resida justamente aí uma abertura para produções no campo da Assistência Social que afirmem possibilidades de mais autonomia, pois se há um assujeitamento como modo hegemônico, há também o que lhe escapa como força produtora de realidades. É necessário olhar para as fissuras por onde escapam as centelhas de vida.

Talvez devêssemos, ainda que numa prática de tateio, tentar acompanhar as vozes acotoveladas pela lógica do capital, pois, continuar a silenciá-las representa apenas a manutenção da miséria como um modo aceitável de vida.

Seguindo nesse raciocínio, as atuais práticas de Assistência objetivam um “povo miséria necessária” e profissionais “manutenção do mínimo necessário à sobrevivência da miséria”. Não escrevo isso como alguém que paira acima do bem e do mal, mas, como indignado que talvez agora consiga compreender um pouco mais a produção de angústia que acompanhava as minhas idas e vindas do mestre ao lenço. E lembrando também que por práticas de Assistência não entendemos o que

fazem os (as) Assistentes Sociais, mas as práticas coletivas que objetivam inclusive esses profissionais, bem como os outros profissionais da Assistência, os usuários, os governantes, as pessoas, etc.

Quando trabalhava em Campo Verde, eu tomava o mesmo ônibus que uma colega Assistente Social, e no caminho pensávamos, entre outras coisas, sobre o nosso fazer. Uma das coisas que sempre questionávamos era se o que estávamos fazendo produzia o que pretendíamos, e a conclusão era **não**. Porque nós queríamos muito mais do que auxiliar e garantir direitos, o que, sem dúvida, é necessário. Mas, nós queríamos que a situação mudasse. Queríamos mais possíveis além do modo miséria necessária.

É demasiado angustiante estar junto dessas pessoas com histórias de vidas tão potentes, tão fortes, e pensar que o que se faz é tentar não deixar escapar o fiapo de condição necessária para que elas continuem existindo – miseravelmente. O curioso é que ‘fazê-las viver’ para a lógica biopolítica não diz respeito à sustentação da vida, como nos diria Deleuze (1997), “uma vida...”. Mas ao que interessa fazer viver, e o que interessa deixar morrer. Suas vidas são necessárias ao modo capitalista de fazer

Michel Foucault (1991) em suas análises sobre as sociedades disciplinares apontava para uma forma de atuação do poder que se “materializava” através da passagem de um aparelho disciplinar a outro, tais como a família, a escola, a fábrica, etc. Nesses espaços os corpos eram objeto sistemático de controle e de disciplinarização. Na fábrica, por exemplo, essas estratégias eram notadamente visíveis, através da concentração, distribuição no espaço, ordenação no tempo... Nas sociedades predominantemente marcadas por estratégias do poder disciplinar os corpos eram objeto de controle individual, ao mesmo tempo em que eram massificados no “corpo” das instituições.

Entretanto, segundo Deleuze (1992), o próprio Foucault já sabia estar analisando aquilo que estávamos deixando de ser. O poder disseminado a tal ponto que pudesse prescindir dos espaços clássicos de disciplinarização nos conduziria a uma

sociedade dita de controle. Deleuze, em um texto póstumo (DELEUZE, 1992), caracteriza de certo modo essa sociedade, que emerge com mais força após a segunda guerra mundial. Instaura-se uma crise nos meios de confinamento anunciando uma perda, ou antes, uma mudança em sua relevância nas estratégias de disseminação do poder. Os “interiores” entram em crise: família, hospital, fábrica, escola.

O hospital, por exemplo, de um meio de confinamento passa à setorização, hospitais-dia, atendimento em domicílio, e no Brasil, destacamos as atuais estratégias do Programa de Saúde da Família (PSF), que visam abranger o território de atuação através de Agentes Comunitários de Saúde que realizam visitas periódicas nas casas dos moradores da região. Se por um lado as pessoas não estão mais confinadas, e nem tem a necessidade obrigatória de ir até o serviço, por outro lado, o controle sobre a normatização das vidas é muito mais eficaz e não está diretamente relacionado ao adoecimento, mas talvez a um bio-controle, um bio-poder.

Um modo de atuação que denota uma forma de funcionamento muito diversa das presentes nas sociedades de soberania, nas quais ao soberano cabia “deixar viver e fazer morrer”. As estratégias do bio-poder enunciam um “fazer viver e deixar morrer”. Já não são as palavras do monarca que determinam a vida ou a morte do cidadão, mas disseminação dessas formas de poder que fazem com que alguns vivam e outros não.

Castel (1987) destaca que as novas estratégias de gestão das populações, as estratégias médico-psicológicas e sociais se pretendem, sobretudo, preventivas, sendo que esta prevenção se quer, antes de tudo, rastreadora dos riscos. Os riscos, porém, não resultam da presença de um perigo preciso, uma ameaça declarada, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais, ou fatores de riscos, que tornariam mais ou menos prováveis o aparecimento de comportamentos indesejáveis.

Pode haver aí uma associação de riscos, quer dizer, correlações de fatores independentes: ter nascido, por exemplo, de mãe solteira que é também

empregada doméstica (ou sem profissão, estrangeira, estudante, assalariada agrícola...), menor de dezessete anos (ou mais de quarenta), tendo tido um número de gravidezes superior às médias segundo a idade, etc. A presença de tais fatores basta para desencadear um assinalamento automático, em virtude do axioma de que uma “mãe de riscos” engendra ou cria filhos de riscos (CASTEL, 1987, p.125).

Retomando a terceira configuração do social, as sociedades de controle e as estratégias do bio-poder, podemos afirmar que os CRAS emergem também como uma via de controle e gestão dos riscos. O controle já não se dá através dos aparelhos disciplinares, mas circula a céu aberto; a precarização dos modos de vida e dos vínculos de emprego produzem uma premência de controle sobre aqueles cujas condições são demasiado precárias. O acompanhamento preventivo aponta para uma forma de controle sobre a vida, e já não mais sobre os indivíduos. As massas do século XIX na França – não como aglomerações, mas como “estratos sociais”, conforme discutido anteriormente – são cuidadosamente geridas no Brasil de hoje.

Temos então os CRAS como um efeito que condensa em sua emergência: o modo biopolítico de gestão das populações; a produção de um social caracterizado pela revolução informática, terceirização da mão-de-obra, economia informal e virtual além de um mercado globalizado; o modo neoliberal como arte de governar; a Assistência Social constituída como campo de saber e de práticas sociais; e as práticas *psi*.

Afirmamos, porém, que o CRAS não é o resultado de uma equação envolvendo os fatores acima descritos. São, como vimos afirmando, efeito desse arranjo de forças que eclodem como **uma** resposta para questões atuais. Não se trata da versão moderna dos hospitais gerais, ou mesmo uma resposta para a questão da assistência adequada à sociedade de controle. Ele é **um** efeito, entre tantos atuais e tantos outros possíveis desse arranjo das relações de poder em meio às quais vivemos hoje. Se não se trata do resultado de uma equação, como então pensamos esse arranjo das relações de poder? Entendemos o arranjo das linhas de composição dos CRAS como as condições que ensejam sua produção, e ao mesmo sua inteligibilidade (FOUCAULT, 2008a).

Como tentamos delinear até aqui, o que chamamos social não diz respeito à sociabilidade, ou a convivência em sociedade, mas a um campo produzido historicamente no modo como nos produzimos como sociedade. E a assistência social nem sempre se configurou, como vimos até aqui, como um domínio de saber, mas, até certo momento, como um modo de intervir nos disfuncionamentos da sociedade.

Das duas vertentes da questão social, cujas transformações vão ser acompanhadas o social-assistencial é a menos tributária de uma história específica. Organiza-se em torno de características formais de que se encontrará, sem dúvida, o equivalente em todas as sociedades históricas. “Assistir” abrange um conjunto extraordinariamente diversificado de práticas que se inscrevem, entretanto, numa estrutura comum determinada pela existência de certas categorias de populações carentes e pela necessidade de atendê-las (CASTEL, 2008, p. 47).

As ações de assistência ao social destacaram-se durante certo período de tempo como práticas de auxílio aos necessitados – empobrecidos – produzindo formas de funcionamento denominadas assistencialistas. O que hoje denominamos o campo da Assistência Social é efeito de práticas diversas, inclusive de artes de governar diversas entre si. A partir do fim do século XVIII, as pessoas que contavam com escassos recursos materiais passaram a ser alvo de políticas de **assistência**. O povo, notadamente a parte empobrecida do povo, passaria então a receber uma atenção diferenciada por parte do estado.

Não por acaso, as práticas denominadas **assistencialistas** têm o cunho de uma ajuda momentânea que não atua no sentido da autonomia dos que recebem: a nomenclatura é herdeira de práticas que objetivaram o que hoje denominamos assistência social, entre elas podemos citar a filantropia, a esmola, as instituições de “caridade”, etc. Entretanto, cabe ressaltar que o que chamamos de assistência social não é em si uma entidade com existência própria, mas sim efeito de práticas diversas e mais ou menos datadas que convergiram para uma produção social que recebeu essa denominação. O que faz do termo assistencialista efeito de efeito, classificação de práticas que não têm identidade ou mesmo unidade. É um termo que toma um efeito por um universal: a assistência social como unidade não existe, existem práticas que objetivam o que chamamos de assistência social. E é nesse

domínio de poder/saber e de práticas que lhe dão sustentação que os CRAS emergem.

2.3 OS CRAS E AS ARTES DE GOVERNAR

Como dissemos anteriormente, algo que devemos incluir em nossa discussão a respeito da emergência dos CRAS são as artes de governar. Segundo Michel Foucault (2008a) as artes de governar não seriam propriamente a forma como os governantes atuaram no decorrer da história, mas uma certa “racionalização da prática governamental no exercício da soberania política” (ibid., p. 4). As artes de governar seriam, então, o modo de governar o melhor possível, e ao mesmo tempo, a reflexão sobre o melhor modo de governar.

No que seriam relevantes para analisarmos a emergência dos CRAS as ditas artes de governar? Poderíamos dizer que os CRAS são aparelhos estratégicos da PNAS, e que, portanto, deveriam ser analisados no contexto governamental em que foram forjados. Porém, nosso interesse nas artes de governar é um tanto diferente desse, pois, não entendemos que o contexto governamental seja capaz de explicar, ou mesmo justificar a existência dos CRAS. Porém, tal como Foucault (2008a), procuraremos analisar as condições que tornaram possível a existência dos CRAS.

Os CRAS são unidades públicas da PNAS, de base municipal, integrantes do SUAS, localizados em áreas com maiores índices de **vulnerabilidade** e **risco** social, destinados à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social⁴¹.

Os CRAS foram criados em 2004 através da PNAS (2004). A divisão em atenção social básica e especial de média e alta complexidade levou à necessidade de criar espaços para a efetivação desse modo de funcionamento. Os CRAS são unidades

⁴¹ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica>

de referência que congregam serviços da atenção social básica como: Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza, centros de convivência para idosos, serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças, serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (PNAS, 2004).

Nesses dois parágrafos com informações retiradas do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da própria PNAS, já é possível notar, com base no que vimos afirmando até aqui, alguns aspectos da emergência dos CRAS. Eles são instalados, ao menos essa é a proposta, em áreas de maior vulnerabilidade e risco social como aparelhos com a função de acompanhar as famílias nessas condições.

No modo de atuação desses Centros de Referência estão previstos serviços que visam **prevenir** situações de risco e vulnerabilidade social, além da produção de autonomia junto a esses atores. Ações voltadas para a garantia de direitos sociais assim dispostos na carta de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Como veremos mais à frente neste trabalho, o fato de esses direitos estarem inscritos na Constituição brasileira não é uma coincidência e tão pouco uma generosidade, mas um dos resultados das muitas lutas empreendidas em torno da questão dos direitos sociais.

Como dissemos, com a ajuda de Jaques Donzelot (1986), no antigo regime o governo se dava através de uma espécie de pacto que envolvia diretamente a participação de uma certa organização familiar. As famílias respondiam por seus membros e o governo dava a contrapartida para garantir que o chefe de família

exercesse seu governo de forma satisfatória. Nessa época as práticas de assistência configuravam-se ora como relações informais entre os membros da sociedade, ora como práticas de contenção (DONZELOT, 1986; CASTEL, 2008). Os hospitais-gerais retinham os mendigos, os aleijados, os loucos, etc. alocando-os em espaços outros que não as vias públicas. A esse tempo o governo, que se dava através das famílias, também operava, de certa forma, contendo. A família era um ponto de apoio administrativo que deveria funcionar no sentido de garantir um estado de coisas, uma manutenção da organização social.

Como vimos, não tardou muito para que essa forma de governo fosse suscitada a produzir novas respostas para as inequações sociais que eram propostas pelo rearranjo do jogo de forças em conflito no século XVIII. É importante ressaltar que esse rearranjo não surge de forma aleatória, ou como uma iluminação súbita por parte dos homens da economia, do direito, das ciências, etc. são efeitos de embates que se forjam no cotidiano produzindo outras relações. Por exemplo, o pauperismo que começa a aumentar e desfazer as diferenciações entre pobres envergonhados e mendigos relegados à ajuda alheia. A população pauperizada não só começa a se tornar uma massa indistinta, como também produz insurreições e movimentos reivindicatórios que produzem a necessidade de se construir outra forma de lidar com as massas.

A filantropia passa então a ser uma resposta positiva para as questões levantadas nesse século, e muito mais que uma nova forma apolítica de assistência – em que pese ser uma prática de assistência – a filantropia é uma estratégia deliberadamente despolitizante (DONZELOT, 1986). Essa prática filantrópica responde a uma questão fundamental para a racionalidade governamental da época: Como a família poderia funcionar numa economia liberal de estado? Essa racionalidade liberal não funcionava – como no antigo regime – com práticas simplesmente repressivas. Não se tratava mais disso, mas com os eixos assistencial e médico-higienista anteriormente citados, a caridade humilhante é substituída pelo “conselho eficaz”, e a norma preservadora substitui a repressão destruidora.

Como podemos perceber, é uma forma diferente de governo dos homens, uma forma que depende da circulação das pessoas, dos bens e serviços para se estabelecer como verdadeira, como uma solução para os antigos problemas enfrentados pelas populações mais carentes. Afinal, nessa nova forma de governar, a soberania do indivíduo, a liberdade, o livre acesso ao trabalho anunciavam dias de menor carestia para as populações. Será? O decorrer dos anos e a implementação bem sucedida⁴² do liberalismo econômico nos mostraram que não era bem assim.

Mas poderíamos indagar ainda: seria o liberalismo uma forma de governar? Não seria mais uma questão de relações de mercado que de governo dos homens? Pois bem, o liberalismo econômico envolve, segundo Foucault (2008a), governar segundo uma fórmula – racionalidade governamental – que oscila entre o **demais e o pouco demais**. Ele situa no século XVIII a emergência dessa racionalidade governamental que substituirá a sabedoria do príncipe:

O princípio do máximo/mínimo na arte de governar substitui aquela noção do equilíbrio equitativo, da “justiça equitativa” que ordenava outrora a sabedoria do príncipe. Pois bem, é isso, a meu ver, na questão da autolimitação pelo princípio da verdade, é essa a formidável cunha que a economia política introduziu na presunção indefinida do estado de polícia. Momento evidentemente capital já que se estabelece em seus lineamentos mais importantes, não, é claro, o reinado da verdade na política, mas certo regime de verdade que é característico precisamente do que poderíamos chamar de era da política, cujo dispositivo básico continua, em suma, sendo o mesmo ainda hoje (FOUCAULT, 2008a, p. 24-25).

Foucault professava este curso sobre o nascimento da biopolítica em 1979, porém, os termos estado mínimo, neoliberalismo, dentre outros que o autor se utiliza no decorrer do curso, são ainda bem presentes no nosso cotidiano. Essa racionalidade governamental do máximo/mínimo ainda se apresenta, mesmo que se atualize de outras formas. Na aula de 10 de janeiro de 1979, ele cita a frase do marquês D'argenson: “deixai-nos fazer” (ibid., p.28) como o princípio que regula essa nova arte de governar, deixar fazer e intervir o mínimo possível para que o **mercado** – elevado ao status de lugar de verificação – e não a sabedoria, ou qualquer outra coisa que parta dos governantes venha a regular as relações entre os homens.

⁴² O fato de dizermos que foi bem sucedida não quer dizer que seja uma forma boa ou mesmo adequada às necessidades, quer dizer que por um tempo ela vigorou e se manteve, não sem tensionamentos ou crises. Estas, aliás, caracterizam o modo de funcionar capitalista.

Mais recentemente em nossa história, para ser mais preciso no século XX, observamos o surgimento de uma arte de governar que se sustenta ainda nos dias atuais, a saber, o neoliberalismo. O que seria o neoliberalismo? Seria o liberalismo do século XVIII adaptado aos modos atuais, ao mercado global, à velocidade de informação e circulação de valores monetários? Não segundo Foucault (2008a). O neoliberalismo tem uma característica peculiar em relação ao liberalismo do século XVIII, que seria exatamente arregimentar os governos de forma muito mais intensa que anteriormente. Como? Nessa nova arte de governar o mercado continua tendo lugar de destaque, porém, mais que um lugar de verificação, ou um “fiel da balança” em relação aos preços e à verificabilidade governamental, ele se torna algo como um objetivo a ser melhorado.

O mercado não é natural, e não é naturalmente que ele funciona. É justamente aí que a fórmula dessa nova arte de governar difere um tanto da fórmula liberal. Para que o mercado atinja um “ótimo” de produtividade são necessárias condições que devem ser providas pelo governo. Condições tais que a lógica concorrencial seja mantida, pois, segundo Foucault (2008a), é a concorrência, e não propriamente a troca, o que essa nova arte visa. O mercado é sim o termômetro, mas é também um objetivo pelo qual se deve governar. O objetivo é construir uma “moldura” (Ibid., p.192) para que o mercado concorrencial se desenvolva.

O mercado. Esse se torna o lugar de verdade que vai dizer quais práticas governamentais são corretas e erradas. Ele dirá o quanto se deve intervir para que se consiga e não se perca o status de um bom governo. Durante a realização dessa pesquisa de mestrado, por exemplo, vivenciamos uma crise mundial cujo estopim foi a derrocada do mercado imobiliário norte-americano⁴³. O governo brasileiro reduziu os impostos sobre produtos consumidos, principalmente pelas pessoas da chamada classe média: carros 1.0, eletroeletrônicos da linha branca, etc. de forma que o mercado não se desaquecesse totalmente. Além disso, criou um sistema de subsídio

⁴³ O fato de o mercado imobiliário norte-americano desencadear uma crise de proporções mundiais é algo que corrobora com a definição da terceira configuração do social. O mercado já não é setorizado, é globalizado, de forma que um setor em crise em um país, dependendo da posição estratégica desse país, pode desencadear uma crise de proporções inimagináveis.

habitacional para famílias com baixa renda⁴⁴ – até três salários mínimos – já que o mercado imobiliário é um dos que mais movimenta empregos e capital no Brasil. Com esse exemplo, não queremos desqualificar, tampouco elogiar as iniciativas do atual governo. Porém, há que se destacar a lógica do máximo/mínimo de intervenção por parte do governo. Afinal, antes dessa crise, não se comentava nenhuma redução nas taxas de impostos sobre esse tipo de produto.

Atentemos para o fato de o governo intervir nas condições e não no mercado diretamente. O governo não estipulou preços e não interveio nas demissões, criou condições para ensejar a movimentação do mercado. Ou seja, quando o mercado por si mesmo não está em condições de funcionar a contento, faz-se o **necessário** – e espera-se que não mais que isso – para que ele funcione e a “roda da economia não pare de girar”, parafraseando uma propaganda do governo exibida em rede nacional durante o período de crise econômica.

Essa racionalidade governamental, que oscila entre o **demais e o pouco demais** de acordo com as circunstâncias, difere em alguns aspectos daquela que funcionava predominantemente por proteções, intervenções e regulações, práticas predominantes no antigo regime. Nesse sentido, formas diferentes de intervir no plano social serão configuradas nas diferentes artes de governar. Na primeira, que era uma forma mais marcada pelas contenções, pudemos observar o surgimento de diversas instituições de reclusão, dentre as quais destacamos os hospitais gerais – já citados neste trabalho – que funcionavam invisibilizando e segregando os “indesejados” da sociedade, tais como, loucos, mendigos, filhos “inúteis”, idosos, etc.

Entretanto, mais ou menos na mesma época em que Foucault situa a emergência do **liberalismo** como arte de governar na Europa – século XVIII – pudemos observar, conforme dissemos anteriormente, a emergência de lutas que se concentravam em torno dos **direitos**. O direito que emerge no século XVIII como uma espécie de garantia social característica da democracia, permanece na terceira configuração do social, esta que nos é contemporânea, como meio de luta por parte das populações. No Brasil, por exemplo, isso pode ser observado e é no campo dos direitos que

⁴⁴ Programa Nossa Casa Nossa Vida. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/popup/home/popup_home_9.asp.

observaremos, aqui nas terras tupiniquins, uma mudança significativa. Essa arte de governar que gera necessidades de mercado, intervenções somente na medida necessária e direitos sociais legitimados, enseja um campo de construção que pode, por exemplo, resultar em uma mudança na forma de gestão da loucura, da pobreza, etc.

Obviamente, isso não se dá de forma natural, não é uma necessidade, mas nos tempos da “sabedoria do príncipe” seria muito difícil pensar em uma lei, de iniciativa popular, que propusesse o fim da internação dos loucos, caso isso estivesse instituído⁴⁵. Formas de cuidado diferenciadas tornaram-se possíveis graças às lutas de muitos, e também à constituição de uma arte de governar – que também não foi construída sem que houvesse outras tantas lutas – que criasse um campo propício, ou, um campo possível para a emergência dessas formas de cuidar.

Acreditamos que o que dissemos até aqui nos possibilite compreender como as artes de governar ensejam a produção de determinadas práticas sociais. Inclusive, é claro, pois é o que nos interessa, na Assistência Social. Mas é necessário dizer que as artes de governar não são produzidas nas alcovas e, tampouco, pelo brilhantismo de alguns poucos, elas também são efeitos das relações de poder que mudam com os embates de forças na história.

Dissemos que a Assistência Social nos interessa particularmente, e é nesse campo de práticas que propomos adentrar agora tentando articulá-lo com as artes de governar. Dissemos e exemplificamos também que as lutas forjam novas configurações sociais, é dos embates que elas – as novas configurações – emergem. Pois bem, teremos que ajustar a nossa temporalidade retornando um pouco no tempo para compreender de que lutas estamos falando, e como se forjou o campo propício ao surgimento de uma Política de Assistência Social cuja configuração ensejou a criação dos Centros de Referência da Assistência Social.

⁴⁵ Cabe ressaltar que o hospital geral no antigo regime não pretendia ter, e não tinha, função terapêutica, era um espaço de reclusão/punição como ainda existem tantos.

2.4 DAS CORTINAS DE CHUMBO⁴⁶ À PRAÇA PÚBLICA.

Como certamente não é desconhecido do leitor, o Brasil viveu anos de uma severa ditadura militar. Dentre outras tantas possibilidades de caminho para compreendermos a forma atualmente proposta para atuação da política social no Brasil, nos remetemos a essa época por compreendermos que a atual Constituição Brasileira é efeito das lutas de muitos – dos quais somos tributários inclusive – que durante os anos da ditadura se atreveram a viver e afirmar a possibilidade de construir coletivamente um conjunto de regulamentações. Além disso, como vimos anteriormente, a questão do direito torna-se ponto central em diversas lutas que serão empreendidas.

Apenas a título de ilustração, para tentarmos entender um pouco mais a lógica que se colocava naquele momento no Brasil, citaremos aqueles que eram preferencialmente caçados pelos militares na época do regime militar:

No estudo dos 263 processos reunidos para a pesquisa do projeto BNM, que não focalizavam organizações partidárias clandestinas, foi possível constatar que, em 179 ações penais, os réus podiam ser classificados como pertencentes a seis setores sociais claramente identificados: militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. Em certa medida, isso traz uma fotografia dos alvos prediletos do Regime Militar no exercício de sua ação punitiva e indica quais áreas sociais estiveram empenhadas na oposição ao autoritarismo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 117).

O que essas pessoas afirmavam? O que elas ofereciam de ameaça para o regime? O que era combatido, não era o fato de serem grupos, mas a potência afirmativa e desestabilizadora desses agrupamentos. Eles eram uma ameaça real de desestabilização do sistema, já que afirmavam propostas coletivas e revolucionárias. A perseguição brutal que se dava durante o regime militar tinha seu foco na possibilidade de o país se tornar menos injusto, mais transparente, menos corrupto, mais solidário, enfim uma perseguição contra a possibilidade de o Brasil vir a ser um país menos dependente do capitalismo internacional, um país com menos

⁴⁶ Os anos de chumbo no Brasil, que foram os mais repressivos da ditadura militar, compreende o período entre 1968 com a edição do Ato Institucional Nº5 (AI5) – que foi considerado o mais cruel dos atos institucionais, possibilitava o fechamento do congresso, acabava com o direito de *habeas corpus*, dentre outras medidas – e o fim do governo Médici (1974). Contudo, tomamos a liberdade de chamar de cortinas de chumbo o período da ditadura militar como um todo devido à enorme impermeabilidade desse período histórico e do muito que se perdeu com a oclusão das informações sobre o que se fazia no Brasil durante todo o período ditatorial.

desigualdades sociais. Grande parte das pessoas perseguidas foi arrastada pelas propostas de Karl Marx, cujas idéias sugeriam uma sociedade mais equânime na qual os trabalhadores não seriam mais explorados. Não pretendemos aqui discutir as propostas deste filósofo consagrado pela história e cujas idéias são ainda discutidas e influenciam norteamientos políticos, mas é irrefutável a potência desestabilizadora de suas idéias.

Devemos considerar, é claro, que a ditadura é um estado de exceção, um modo de governar baseado principalmente na força das armas, no cerceamento das “liberdades”⁴⁷ individuais e coletivas, no assujeitamento sustentado pela ameaça constante de interrupção da vida – como aconteceu a muitos – justificada pelos supostos “interesses maiores da nação”. Muitas pessoas foram presas apenas por estarem nas ruas por motivos banais, como ir ao mercado comprar cigarros. Felizmente nem todos tiveram o mesmo destino que tantos outros brasileiros nessa época: tortura, violência, morte. Esse fato só exemplifica como de davam as relações de poder em tal estado de violência e sujeição. Sequer o direito de ir e vir podia ser reivindicado.

Porém, o que não há de exceção no período da ditadura, são os movimentos incessantes de singularização⁴⁸ que acabaram por desestabilizá-la. Esses movimentos em que apostamos como movimentos de afirmação da vida em sua potência de criação. Movimentos que encontravam muitos aliados entre os estudantes, sindicalistas, religiosos, etc. que já citamos. Esses cidadãos considerados criminosos pelo regime militar lutavam, muitas vezes, pelo direito de ir e vir, de se associarem, de se reunirem em praça pública para fins lícitos como discutir os rumos políticos da nação. Para os nascidos nos anos 70, que cresceram nos 80 e se tornaram jovens nos 90 – como eu – parece estranho que tenhamos na constituição nacional artigos como:

⁴⁷ Liberdades entre aspas, pois não usaremos o termo liberdade como um estado atingível em nossa configuração social. Pensamos, apoiados no trabalho de Michel Foucault (1995), em exercícios de liberdade, que consistem basicamente em entender como nos tornamos sujeitos e principalmente diferir dos modos que nos constituímos sujeitos.

⁴⁸ Processo de singularização é utilizado para designar os processos disruptores no campo da produção do desejo; são movimentos contrários à subjetividade capitalística hegemônica. Sua potência consiste na afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção, etc. (GUATTARI; ROLNIK. Op. Cit., p.45).

Artigo 5º,

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

Esses muitos incisos sobre associar-se, ir e vir, reunir-se, não foram colocados na constituição a título de enfeite, eles são analisadores de um modo de funcionar que já esteve vigente, e que sem dúvida poderia voltar a estar. Um modo de funcionar no qual as forças do coletivo eram incessantemente reprimidas, era necessário que o próprio coletivo estabelecesse condições para sua afirmação.

A ditadura no Brasil teve seu fim em 1986 com o processo de eleições diretas. E em 1988 foi promulgada a atual Constituição⁴⁹ da República Federativa do Brasil, cujos artigos e parágrafos foram propostos – alguns deles pelo menos – pelos cidadãos brasileiros e não por seus representantes. Essa constituição estabelece o Brasil como um Estado democrático de direito, e tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. Além disso, um dos objetivos fundamentais desse Estado de direito é: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 2008).

A mesma constituição, fruto das lutas de tantos por um Brasil mais democrático, nos artigos 203 e 204 dispõe sobre a Assistência Social, estabelecendo seus objetivos e diretrizes⁵⁰. Em 1993 foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS),

⁴⁹ A constituição anterior (1967) não faz menção aos fundamentos e objetivos promulgados na constituição de 1988.

⁵⁰ O mesmo acontece para a saúde artigos 196 a 200 e a educação artigos 205 a 214.

que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil. Nessa Lei, tributária da constituição de 1988, estão ratificadas as diretrizes da constituição que ensejarão a atual forma de organização da Assistência, além de algumas garantias e direitos que em 2004 serão consolidados na PNAS e na criação do SUAS.

Nesse sentido, a constituição como uma expressão das lutas coletivas no Brasil, e também de interesses privatistas e patrimonialistas, ajuda a configurar a moldura que daria ensejo à construção da atual Política Nacional de Assistência Social. Não só essas lutas, é claro, mas também a arte de governar neoliberal, que se alimenta da concorrência e das desigualdades sociais. Nessa lógica neoliberal o que se propõe não é uma política social igualitária, ou mesmo compensatória, as diferenças são mesmo necessárias à afirmação dessa arte de governar.

Em linhas gerais, é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos, é preciso que os preços também subam e desçam, para que as regulações se façam. Por conseguinte, uma política social que tivesse por objeto principal a igualização, ainda que relativa, que adotasse como tema central a repartição, ainda que relativa, essa política social seria necessariamente antieconômica (FOUCAULT, 2008a, p. 196).

A política social na arte neoliberal de governar está submetida às diferenças que seriam inerentes à atual forma do sistema capitalista, diferenças necessárias às variações que proporcionam uma suposta regulação geral da sociedade. Não somente a política social, mas também as outras políticas que se configuram nessa mesma arte de governar.

Podemos então compreender um pouco como as artes de governar atravessam a construção de programas sociais como o Bolsa Família, por exemplo. Este programa não visa, de forma alguma, igualar as condições sociais no Brasil, em que pese ser um programa de transferência de renda, mas garantir aos beneficiários desse programa condições mínimas de gerir os riscos inerentes à sua condição social. Os CRAS, também denominados a “casa da família”, têm como uma de suas principais atribuições acompanhar as famílias beneficiárias do programa. Acompanhar as famílias com descumprimento das condicionalidades que são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e cumprir os cuidados básicos

em saúde, que são seguir o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação. Além disso, atuar na promoção dessas famílias para que não dependam mais desse benefício.

As artes de governar não determinam o modo como as coisas acontecem, mas, sem sombra de dúvida, compõem o substrato de onde emergem as formas sociais. Os CRAS, os programas sociais, os CREAS⁵¹, todos são gestados em meio a artes de governar que lhes dão ensejo, ou mais, lhes configuram a moldura.

⁵¹ CREAS são os Centros de Referência Especializada em Assistência Social, equipamentos do Sistema Único de Assistência Social responsáveis por atender a demandas das populações que possuem direitos violados. São considerados os equipamentos por excelência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, na estrutura organizacional da Assistência Social.

3 DO MESTRE AO LENÇO 2: OU O CAMPO EM NÓS.

3.1 AS ENTRADAS

Essa pesquisa emerge das inquietações de um jovem psicólogo que consegue seu primeiro emprego em um CRAS em Cariacica no Espírito Santo, como já havia sido dito. Logo, não podemos considerar que o trabalho de campo tenha começado quando o então pesquisador retorna a Campo Verde munido de questões e perguntas a serem discutidas.

O Campo problemático que construímos era, e é em nós vetor que nos produz como pesquisador. Podemos então dizer que nossa primeira entrada no campo se deu antes mesmo de entrarmos no mestrado. Não da mesma forma como agora, é óbvio, mas, sem sombra de dúvidas, a experiência que tivemos como psicólogo do CRAS de Campo Verde não deve ser menosprezada neste trabalho de pesquisa. Assim, a nossa primeira incursão será essa que antes era inquietação, intensidade sem forma, mas, que no corpo se transforma em sentidos à medida que avançamos com o trabalho de pesquisa.

Nosso segundo mergulho, ou entrada, teve uma forma mais parecida com um trabalho tradicional de pesquisador: conversas, gravador, termos de consentimento, diário de campo, etc. Quando começamos essa pesquisa, nossa questão girava em torno do trabalho do psicólogo nos CRAS de Cariacica, porém, várias foram as interferências⁵² e o trabalho pendeu para outros caminhos.

Dentre essas interferências, destacamos o Grupo Foucaultiano de Estudos que se configurou como espaço de trocas e de novas incursões nos trabalhos desse filósofo. O grupo era composto por Cleilson Teobaldo dos Reis, Priscila Valverde e por mim. Felizmente, ao invés de nos determos nos conceitos que Foucault propôs,

⁵² Interferências são perturbações no nosso modo de funcionar, de pesquisar, de fazer que têm por efeito a produção de alteridade. As interferências são um ensejo à construção da diferença em nós, são, por isso mesmo, possíveis aliadas. Em outras palavras, a produção da alteridade em nós é obra do coletivo, efeito das interferências.

passamos a maior parte do tempo tentando roubar dele um modo interessante de fazer as nossas pesquisas. Ainda não sei se conseguimos, mas, a tentativa continua a se construir à medida que caminhamos.

A segunda interferência foi a banca de qualificação. Naquela banca, apelidada de “banca acontecimento”⁵³, definitivamente o trabalho do psicólogo nos CRAS deixou a cena, e começamos a viver um segundo ato que também bebeu nas fontes Foucaultianas: as práticas *psi*. Então, ao invés do trabalho vamos analisar as práticas. Além disso, a banca sinalizou a importância de uma análise do CRAS como um efeito e não como um dado do qual partiríamos para construir nossa análise. Para tanto, o caminho de construção da pesquisa nos requisitou uma conversa mais acurada com Michel Foucault e, por conseguinte, com a nossa tentativa de roubo.

Essa mudança não foi pequena, se pretendíamos entrevistar os psicólogos dos CRAS, com a proposta de análise das práticas, já não cabia mais indagar somente os *psis*, mas, indagar o “CRAS” sobre as práticas *psi* que constroem ali. Partimos então para uma abordagem mais ampla. Entrevistamos todos os funcionários, conversamos com a secretaria, com alguns usuários, frequentamos o CRAS tentando analisar como as práticas *psi* se atualizam naquele espaço.

Entretanto, como o campo não é estático e tampouco passivo na produção de qualquer pesquisa, foi ele, o campo, que nos fez pender mais uma vez. Desta vez para um lado inesperado, já que nossas indagações/intervenções primavam pela análise das práticas *psi*. O que o campo, ou, melhor dizendo, nosso segundo mergulho no campo – atravessado pelas outras interferências – nos ofertou foi uma indagação sobre os CRAS em meio às artes de governar. Através das conversas outras questões se configuraram, questões que trataremos no decorrer deste capítulo.

⁵³ O acontecimento, para Deleuze, corresponde ao inusitado absoluto, àquilo que inesperadamente se impõe sobre todas as outras formas e que transforma toda uma ecologia social e cognitiva, dos modos de subjetivação e apreensão dos objetos/mundo. O acontecimento fala por si e rompe com todas as certezas e evidências do que nos parece sagrado. O acontecimento rompe com a linearidade do tempo, funda um tempo outro no qual presente, passado e futuro coexistem. Desafia as lógicas cartesianas de progresso e evolução, e, inventa outros caminhos nunca imaginados. É somente a favor do acontecimento, que se trabalha com a subjetivação, que se produz conhecimento, que se busca engendrar formas mais criativas da vida (MARISSE, apud LUZ, 2009: p. 23).

Neste momento talvez seja necessário ressaltar que também não vemos isso como um problema. O modo como forjamos esta pesquisa em termos de método, de modo de produção de conhecimento, nos convoca a uma certa abertura à processualidade. Ou seja, se consideramos que fazer pesquisa é analisar processos em andamento, é imprescindível que haja abertura para mudanças de foco, de modo de operar nesse campo, e principalmente, mudanças em nós. Tem que haver uma permeabilidade ativa no pesquisador. Isso não quer dizer fazer qualquer coisa, ao contrário, requer uma acurada análise dos processos em curso para que se possa, em meio a esses processos, tecer uma pesquisa.

Uma outra interferência foi o projeto de extensão Redes no Território, do qual eu sou co-coordenador, e que se configura também como a nossa terceira entrada no campo. Esse projeto emerge como um dos efeitos da disciplina Análise Institucional e Políticas Públicas. Essa disciplina, que foi o meu estágio em docência no mestrado, foi confeccionada a seis mãos inicialmente, a saber, Ana Lúcia Coelho Heckert, professora do Departamento de Psicologia, Cleilson Teobaldo dos Reis, mestrando, e eu. Durante as aulas, muitas mãos se juntaram ao processo de construção da disciplina, algumas delas estão hoje no projeto de extensão.

A experiência que temos produzido no projeto Redes no Território será mais uma que atravessará as nossas discussões e análises, ora de forma mais clara, fazendo-lhe referência, ora como composição do corpo do pesquisador que escreve. Porém, sem sombra de dúvidas, esse projeto compõe o substrato das nossas análises de campo.

Pelo fato de todas essas entradas estarem imbricadas, e serem fundamentais para o que vamos escrever daqui por diante, não utilizaremos uma disposição cronológica, ou mesmo ordinária, para tratar das entradas: uma está na outra e a análise é fruto dessa imbricação. Ora nos reportaremos à época de psicólogo do CRAS III, ora ao trabalho de campo da segunda entrada e ora ao Redes no Território, apontando sempre de onde vêm os dados produzidos, porém optamos por não separá-los. Sigamos com as produções do campo em nós.

3.2 EM MEIO À FUMAÇA VOZES⁵⁴ FABULAM MOVIMENTOS

Em nosso segundo mergulho no Campo verde, muito havia mudado. Percorremos ruas conhecidas, encontramos pessoas que nos foram próximas durante os 19 meses em que atuei como psicólogo no CRAS da região. Entretanto, algumas coisas me chamaram a atenção. Não quaisquer coisas, mas aquelas que se constituíram questões nesta dissertação.

O CRAS que, outrora era um tanto movimentado, agora estava sem tantos usuários e funcionários. Quando eu estava atuando como psicólogo nossa equipe contava com uma coordenadora, dois psicólogos, duas assistentes sociais, duas brinquedistas, duas Auxiliares de Serviços Gerais (ASGs), 4 vigias e uma recepcionista. Quando voltei, eram apenas a coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga (que entrou na vaga que eu ocupava), duas brinquedistas, duas ASGs e os quatro vigias.

Durante o período do trabalho de campo a psicóloga disse que sairia em breve, mesmo nas conversas realizadas ela já apontava as dificuldades que a fizeram querer sair. Ela falava das suas atribuições, que a surpreenderam e fizeram colocar em análise a visão do que seria a “função do psicólogo”. Aqui não nos referimos a uma visão pessoal da entrevistada, mas a uma produção social que observamos também nas outras conversas. São práticas sociais que objetivam formas de atuação e também as supostas funções, papéis, etc. atribuídos aos psicólogos.

...eu acho que pra trabalhar num lugar igual ao CRAS tem que ser uma pessoa que aceita não ficar grudado na função que ela acha que é função dela, de achar assim, que eu vim pra cá pra ser o psicólogo, então eu vou ficar só ali naquela salinha, só vou atender, só vou fazer os atendimentos que eu considero psicológicos e ponto final. Se falarem comigo que eu

⁵⁴ Neste trabalho, o termo “vozes” não diz respeito às vozes das pessoas no território, mas aos enunciados, nem sempre claros, que se atualizam nos modos de vida em meio às produções cotidianas. Não entendemos essas produções como individuais, por isso, em momento algum, essas vozes são acopladas às conversas, ou mesmo, aos protagonistas de nossas histórias, além do fato de sempre serem ditas no plural. São **vozes** sem proprietário que a lógica capitalista acotovela (tenta silenciar) juntamente com os modos de vida empurrados para as margens.

preciso orientar uma reunião de cesta básica, ah, isso não é função do psicólogo. Então, aí, esse profissional já fica complicado pra trabalhar aqui [...]”(FUNCIONÁRIO1).

Além do que se pensa como a função do psicólogo, ou pelo menos o que está instituído como função do psicólogo, ela retoma também sua formação para discutir as dificuldades que enfrentava na produção cotidiana de sua atuação:

Ela tem que abrir os olhos dela e ver que a função de psicólogo não é só aquilo ali que a Faculdade ensinou que é [...] não é só sobre questões que a UFES, ou qualquer outra faculdade, fala que você tem que ficar preso àquilo ali, você descobre que você não precisa se prender a nada pra você fazer um trabalho de psicólogo (FUNCIONÁRIO1).

A formação aparece na fala da profissional como algo que determinaria o que se deve fazer, ou, minimamente, determina sua função. Tomaremos aqui a proposição de Luis Antônio Baptista da formação como fábrica (2000). Fábrica que produz morte e vida ininterruptamente, e cuja fumaça viaja misturando-se aos processos de construção dos espaços sociais modificando-lhes.

Nos CRAS percebemos que a fumaça da fábrica chega de forma interessante, ela parece se misturar a outras que não lhe querem bem. Se a formação é uma fábrica que produz suas fumaças, o cotidiano de miséria que não entrou em sua composição reclama com vigor seu *status* de realidade como a dizer para a fumaça da fábrica que ela deveria adquirir outras tonalidades.

Ela – a fumaça – retorna para a fábrica e produz perturbações, deslocamentos. A academia que produz continuamente vê-se questionada em suas produções. Projetos de pesquisa e extensão procuram analisar o conteúdo das produções que desassossegam a formação. Inclusive um documento que pretende nortear a atuação dos psicólogos nos CRAS é produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), mais especificamente pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2007). A fumaça volta para a fábrica cheia de inquietude.

[...] A constituição de territórios de imanência, que possibilite a formação como acontecimento, está no acolhimento às diferenças intensivas. Importante ressaltar que diferença não se constitui nas características das

peças, mas são efeitos de diferenciação que se produzem a partir de nossos encontros. Uma aula-acontecimento tem mais de desordem, de potência do que de pedagogia da utilidade que reforça os contornos. O que faz sentido para cada um, dando lugar a um coletivo, fazendo com que uma aula aconteça para muitos? Passamos, então, do individual ao plano político (ROCHA, 2007, p. 45-46).

Há que se pensar, sem dúvidas, se essas questões têm assumido essa dimensão política que a autora nos aponta. Ou se elas têm sido discutidas de forma a burocratizar e intimidar questões que definitivamente implicam a dimensão do coletivo, das práticas instituídas, das instituições que se atualizam nas práticas de formação. Dizemos isso porque, não raro, essas questões são analisadas do ponto de vista mercadológico/instrumentalizante. Temos que conhecer o CRAS porque eles estão empregando muitos psicólogos.

Se as práticas *psi* objetivam os CRAS, os movimentos que se atualizam nos CRAS desestabilizam as práticas instituídas e forçam mudanças no modo de pensar as políticas e modo de construção da própria atuação. Aqui em Vitória foi criado um fórum para discutir a atuação dos psicólogos na Assistência, por iniciativa dos próprios profissionais, e outro para discutir a atuação dos psicólogos nos CRAS por iniciativa do CREPOP.

A fala da profissional do CRAS de Campo Verde não traduz um questionamento pessoal ou mesmo uma falha na sua formação, mas aponta para processos que se davam naquele e em outros CRAS. Os deslocamentos provocados por esse encontro – CRAS e práticas *psi* – produzem um campo em constante deslocamento. Seria algo como o roçar de duas placas tectônicas. Nos espaços entre as placas que se movem novas formações geológicas podem emergir. Desde uma cordilheira até um novo oceano.

Neste exato momento, entendo que essas placas estão construindo essa nova forma, os terremotos e os tsunamis que são gerados nesse encontro desestabilizam os territórios supostamente estáveis, fazendo-os outros em sua composição. Algo que podemos perceber como efeito desses deslocamentos é uma aposta em movimentos de coletivização, tentativas de construção conjunta de práticas para

alicerçar a atuação dos profissionais na Assistência Social. Práticas que ao mesmo tempo produzem territórios profissionais e existenciais.

Vale ressaltar que as práticas *psi* são gestadas em meio aos mesmos processos que objetivam as práticas de assistência, entretanto, mesmo que o saber *psi* objetive de certa forma o CRAS, a assistência social não é um domínio natural das práticas *psi*. A fumaça da fábrica imiscui-se nesse novo domínio compondo os vetores que atualizam a assistência. Os saberes *psi*, primos dos saberes da assistência, objetivados e atravessados pelo mesmo social, aproximam-se da assistência ajudando a compor seus contornos.

É um encontro de linhagens heterogêneas que se perturbam mutuamente desmanchando e compondo novas fronteiras em um movimento que não cessa já que essa configuração mestiçada deve continuar produzindo mundos. É importante dizer que esses saberes e fazeres são objetivados no mesmo social, pelas mesmas artes de governar, já que estamos falando de campos do saber onde formam trabalhadores sociais, campos de atuação objetivados por forças em comum em que pese suas derivas singulares. As perturbações produzidas nesse encontro não desestabilizam apenas a assistência social.

Quando a fumaça volta à fábrica está impregnada de cheiros estranhos, ela traz o cheiro da rua, a perturbação gerada pelo encontro imprevisto com um campo cheio de modos estranhos à impermeabilidade da fábrica. Ouvem-se vozes... Ainda não se sabe ao certo de onde vêm, mas a sensação de que não são familiares começa a perturbar os mecanismos e criar assembléias. O murmurinho ecoa como um presente de grego, já que a fumaça tem por vocação infiltrar-se, mas gosta de sair “limpinha”, e dessa vez a poeira das ruas misturou-se a ela de forma inquestionável.

A chamada função *psi* na fala da psicóloga aparece como algo hermético, existe o que se dá no seu cotidiano de trabalho e o que a UFES e as outras Universidades ensinaram ser a função do psicólogo. Uma impermeabilidade apontada por Baptista (2000) que distancia o cotidiano da formação.

[...] O dia-a-dia exposto nos jornais é abafado nas salas de aula dos cursos de Psicologia. Falamos, com sotaque europeu, que a sexualidade não existe, é inventada, que o homem é livre para criar, e etc., mas neste momento milhares de corpos são discriminados e violentados. A delegacia de polícia de mulheres está aí para conferirmos. Fala-se em justiça social, no oprimido, mas nossas práticas cada vez mais compactuam com as violências simbólicas e concretas. Compactua-se através do silêncio, através de atos de amor ao próximo, um próximo sem rosto, sem cheiro, sem sexo, sem cor ou país. Um amor ao invisível e ao espelho. Um narcísico e cínico ato de amor (BAPTISTA, p. 16).

Entretanto, a formação não atualiza apenas esse distanciamento do cotidiano, muito pelo contrário, os chamados projetos de extensão à comunidade, bem como, muitos projetos de pesquisa, mais do que analisar o cotidiano, produzem-no ao mesmo tempo em que são produzidos por ele, tomando esse *ethos* como norteador na construção do trabalho. Esta pesquisa de mestrado foi mais uma que tomou este rumo. Após o estágio em docência na disciplina Análise Institucional e Políticas Públicas, a discussão continuou no semestre seguinte tornando-se o projeto de extensão “Redes no Território” que está acontecendo na região de Campo Verde.

Este projeto de extensão, que visa à construção e fortalecimento das Redes naquela região, vem se constituindo em substrato de produção de territórios na região de Campo Verde, bem como uma intervenção na prática de pesquisa. Uma vez que, é a fumaça corrompida pelo cotidiano e pelas vozes acotoveladas que o fazem emergir como um modo de produção de intervenção e produção de conhecimento ao mesmo tempo.

Afinal, eu sou um dos portadores da perturbação que esse campo produz. Um que retornou à academia para discutir o que temos produzido, e como temos sido produzidos por esse campo nebuloso chamado Assistência Social. Junto comigo chega a fumaça misturada com os odores de Campo Verde, do povo “miséria necessária”, e dos embates travados nesse campo de batalha, inquietando, perturbando, não nos permitindo o silêncio. O projeto emerge como um dos efeitos da disciplina, pensado e gestado junto com os alunos da graduação.

Sendo assim, podemos afirmar que nem só de impermeabilidade é feita a formação. Os estilhaços de cotidiano trazidos para a disciplina e aproveitados pelo projeto de extensão afirmam as fissuras que vão se produzindo no fazer da formação

acadêmica. Entendemos que não nos cabe aqui, até porque essa não é a nossa questão, colocar em análise a formação acadêmica deste ou daquele profissional, mas cabe sem dúvida analisar como esta formação, que também é um vetor de subjetivação, produz realidades nesses espaços, e também como esses espaços produzem modos de formação.

Os CRAS têm a especificidade de colocar na mesma equipe técnica, e muitas vezes, no mesmo atendimento, psicólogos e assistentes sociais. Essa junção pode também produzir deslocamentos no modo de atuar desses profissionais. Um dos efeitos destes deslocamentos pode ser a produção de um modo híbrido, uma língua híbrida que emerge dos tensionamentos entre esses modos de atuar. Era comum os psicólogos se auto-intitularem “assistólogos”.

[...] da mesma forma que um psicólogo, por exemplo, uma assistente social atendendo ela já vê que o usuário está com algum problema, está precisando de um psicólogo, às vezes de uma conversa mesmo, pelo menos, lá mesmo já conversava já até começava a fazer o atendimento. Não a mesma coisa, mas tentava. E os psicólogos iam conversando, às vezes a pessoa está em depressão porque está faltando comida em casa, está em depressão porque o filho não tem onde dormir, está entendendo? Então, dependendo do psicólogo, ele já se preocupa com isso, ele já vai, já conversa com a assistente social, e os dois já podem estar fazendo as duas coisas (FUNCIONÁRIO3).

Na mesma trilha vemos outra fala:

E eu acho que é muito misturado isso tudo, num tem assim um quadrado delimitado assim: Isso aqui é só de assistente social, isso aqui é só de psicólogo, aquilo ali é só na recepção, eu acho que tudo faz parte do trabalho de todos. É claro que tem as teorias diferentes, cada uma recebe as orientações diferentes, mas, eu acho que o trabalho ele é... acaba se misturando também, um complementa o outro (FUNCIONÁRIO1).

O mais interessante é que a primeira fala é de um profissional que não é nem psicólogo nem assistente social. É um sinal de que esse híbrido está ganhando contornos perceptíveis, mesmo por aqueles que realizam trabalhos diferentes no CRAS. Em meio a essas falas que atualizam a produção do hibridismo, encontramos também outras que afirmam posições mais rígidas, sectárias e mesmo reacionárias.

Porque eu creio, no meu ponto de vista, que é por causa que o Cras, por ser considerado a casa da família, eles não se preocuparam somente com o

lado social da família, eu acho que eles também se preocuparam com o lado de estrutura, da família, então seria o lado aonde se pudesse trabalhar mais a vida familiar, também eu creio que os psicólogos vieram para fazer esse serviço, para intervir nesse lado da família. Porque as assistentes sociais elas conseguem tratar das políticas públicas, elas olham mais a necessidade material. E no caso, eu creio que os psicólogos eles também foram incluídos pra eles tratarem da vida emocional das famílias que são atendidas (FUNCIONÁRIO5).

O funcionário entrevistado sinaliza para nós um possível motivo para a construção da equipe básica nos CRAS. Apesar de encontrarmos modos de funcionar que se constituem diferindo dos instituídos, encontramos também modos mais endurecidos que preservam delimitações. E, pensando que a produção dos chamados “assistólogos” é efeito dessa configuração e não objetivo a ser atingido, é algo da ordem do imprevisível, produção de territórios, entendemos que os objetivos da PNAS ao colocar em uma mesma equipe de atuação assistentes sociais e psicólogos, estavam muito mais próximos do que o funcionário enuncia em sua entrevista. Vejamos o que diz a PNAS (2004, p.20).

O grupo familiar pode ou não se mostrar capaz de desempenhar suas funções básicas. O importante é notar que esta capacidade resulta não de uma forma ideal e sim de sua relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores, enfim, do estatuto mesmo da família como grupo cidadão. Em consequência, qualquer forma de atenção e, ou, de intervenção no grupo familiar precisa levar em conta sua *singularidade*, sua vulnerabilidade no contexto social, além de seus *recursos simbólicos e afetivos*, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições. (Grifo nosso)

A PNAS, nas suas instruções sobre a atenção básica, destaca então a necessidade de levar em conta a singularidade e os recursos simbólicos e afetivos. Além disso, a família deve se transformar e ‘dar conta de suas atribuições’, que são, basicamente, prover proteção e socialização dos seus membros, além disso, as famílias devem constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais, de identidade grupal, e serem as mediadoras das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (PNAS, 2004).

As práticas *psi*, a fumaça da “fábrica de interiores” (BAPTISTA, 2000), não entram no CRAS de qualquer forma, entram para cuidar também de questões pertinentes a um certo modo de subjetivação que faz da psicologia, ou antes, do saber *psi* aquele que conseguirá ‘dar conta’ das questões subjetivas e familiares. Desvinculando as

produções sociais e coletivas do que é considerado individual, do sujeito, da família, do grupo, etc.

Coimbra (1995) analisando os processos de subjetivação no Brasil nos anos 60, 70 e 80 – período da ditadura militar e dos movimentos de singularização que a desestabilizaram – explicita que “o conhecimento de si mesmo”, “o debruçar-se sobre a interioridade do eu” campeia os modos de vida; isso “[...] quando a realidade social, o domínio público são esvaziados e desprovidos de sentido. O único sentido está no privado” (COIMBRA, 1995, p. 34).

O trabalho da psicologia alinha-se então – de forma hegemônica – com essa intimização, essa privatização das questões, essa redução do coletivo⁵⁵, ou seja, se o que incomoda é uma questão “individual”, então o problema é “problema individual”, sem conexão com um regime social opressor, violento, despótico. Se a família não é capaz de dar conta do lhe é exigido socialmente, ou mesmo, prescrito legalmente, ela deve ser atendida em sua singularidade – sendo que, a própria idéia de que a família deve ‘dar conta’ não é natural⁵⁶, muito menos o fracasso a ela atrelado, são processos de subjetivação que produzem alunos, escolas, empresas, etc. com essa lógica. As inquietações cotidianas são transformadas em questões individuais a serem psicologizadas e a vida social e política é privatizada. As questões sociais e psicológicas são deliberadamente separadas.

Há muito mais nesse intimismo do que simplesmente uma noção de individualidade. Há estratégias, objetivos, relações de poder e seus efeitos. As relações que produzem sujeitos individualizados também produzem profissionais para abrandar seus conflitos – individuais (COIMBRA, 1995). Realizando uma análise das práticas ‘psi’ no Brasil do milagre, a autora afirma ainda que “a questão familiar se torna a grande locomotiva pela qual a psicanálise avança a toda velocidade no Brasil nos anos 60, e 70” (COIMBRA, 1995, p. 62). Segundo a autora, esta relação foi historicamente construída a partir da desadaptação das crianças ao ambiente

⁵⁵ Entendemos por coletivo uma produção em rede que nos atravessa. Coletivo para nós não significa a soma de sujeitos individuais, mas uma produção múltipla, com aspectos midiáticos, jurídicos, discursivos, não-discursivos, de sensibilidade, enfim, uma multiplicidade de afetações e de possibilidades.

⁵⁶ Ver “os sociais”, no capítulo “O CRAS como efeito”.

escolar, voltando o foco da problemática para a família, vista de maneira intimista, reduzida ao privado, que vai se tornando cada vez mais alvo de investigação e disciplinarização. Produz-se então a crise da família.

Seguindo caminho semelhante, vemos a entrevista de outro funcionário:

Ah, eu creio que sim, por exemplo, na questão do atendimento também, no caso, por exemplo, a pessoa vem com depressão e a depressão dela é algo dela mesma, vamos supor, qualquer inferioridade, eu creio que, ou se não algum trauma, alguma coisa passou, eu creio que tem situação que assistente social nem vai poder ajudar a resolver aquilo dali porque é algo que tá ali na mente dela. Então eu creio que, no caso, só o psicólogo mesmo, que está ali atendendo, ouvindo. E se precisar, é claro que vai chamar né, os outros. Mas acho que sim, tem situações que é só ele mesmo [...] (FUNCIONÁRIO7).

De forma alguma queremos dizer que os trabalhos do psicólogo e do assistente social devem ser iguais, feitos da mesma forma, ou mesmo que não haja especificidades, elas existem e foram forjadas na deriva ontológica de cada campo do saber/fazer. Queremos é destacar a produção de um *entre* que se forja na construção dos CRAS. Tentamos acompanhar também o que desvia de um e de outro modo de fazer, acompanhar as composições e decomposições dos territórios.

Entendemos que essas produções – segmentares e desviantes – se dão concomitantemente, e se atualizam no fazer cotidiano do CRAS de Campo Verde, nos seus usuários, funcionários, grupos, etc. O mesmo funcionário, por exemplo, afirmou o seguinte: *“Mas, muitas das vezes o social acaba atingindo a parte psicológica, o assistente social precisa do complemento do psicólogo”* (FUNCIONÁRIO7).

Diríamos que o social e a chamada parte psicológica não se separam, mas são efeitos das mesmas relações de poder que engendram mundos e formas de estar no mundo. A questão que se coloca é: por que o assistente social cuida da parte social e o psicólogo da parte subjetiva se elas são co-engendradas? Felizmente, há movimentos que desfazem essas barreiras entre os territórios de atuação, mais uma vez isso é enunciado por um funcionário que não assume nenhuma das duas funções no CRAS de Campo Verde. A própria questão do que é o trabalho de cada

um fica um tanto comprometido, como veremos mais à frente quando discutirmos a dinâmica do CRAS.

Outro sentido produzido para a formação da equipe técnica tem a ver com a proposta de fazer do CRAS a casa da família. Só não sabemos, até que ponto a produção de um modo **família** vem sendo discutida nos CRAS. A PNAS traz em sua formulação um debate sobre o assunto, e tenta escapar à família nuclear burguesa como modo ideal. Porém, é necessário acompanhar as construções que se dão no cotidiano.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Neste sentido, é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear (PNAS, 2004, p. 19-20).

O que observamos durante o período em que atuamos como psicólogo no CRAS III, entre outras coisas, era a produção de uma família que atuava como referência necessária, um ponto de partida para análises sobre os desajustes sociais. A família como referência, a chamada família “estruturada” comparecia muitas vezes como **modelo** para se pensar questões referentes aos usuários. Muitas crianças encaminhadas pelas escolas, a maioria por “problemas de aprendizagem”, tinham suas dificuldades justificadas por uma família desestruturada.

Por outro lado, encontrávamos, no trato com os usuários, os mais diversos arranjos familiares. Em um mesmo terreno moravam 5 famílias, todos parentes em algum grau, as crianças muitas vezes eram cuidadas pelos avós, mas quem as acompanhava ao CRAS, e muitas vezes como referência para as crianças, era uma prima, uma tia, ou, aquele que estivesse sem trabalho no dia. Uns cuidavam dos outros da forma que era possível, nem sempre isso produzia movimentos interessantes, mas, solidariedades compareciam junto com essas famílias. E as tais famílias desestruturadas mostravam um funcionamento diverso da família nuclear, porém, muito conectado aos modos de vida produzidos naquele território.

É interessante também como a falta, a carência, marcam as falas dos profissionais que atuam nessa comunidade. Até mesmo movimentos solidários são tomados como falta. E a família, que presumivelmente deveria ser considerada em outros arranjos, e complementaríamos, em outros contornos, não comparece como possibilidade de compreensão das redes de solidariedade que se formam, mas como um ambiente a ser criado no CRAS.

Eu acho que é pra ficar uma coisa mais entendida pras pessoas, o que eu penso, como se fosse um ambiente em que ele pudesse chegar e sentir uma acolhida maior, assim como se fosse um ambiente de família. Porque essas pessoas tem carência de tudo, tem carência até de saber expressar o que elas estão querendo num local. E tem alguns profissionais, assim, que eu acho que não têm uma preparação pra receber esse tipo de usuário, que tem dificuldade até pra expressar o que ele tem de problema, de questão. Tem pessoas que falam até assim: eu vim com ela, porque ela não sabe falar o problema dela, eu tive que vir porque ela já veio três vezes aqui e ela não sabe dizer o que ela está querendo, então eu vim acompanhando (FUNCIONÁRIO1).

O ambiente de família é aquele que compreende o que as pessoas procuram? A pessoa que está acompanhando, não veio justamente porque compreende o que o usuário está buscando? Esse movimento familiar não é colocado em análise, as fronteiras que delimitam a família ainda permanecem de alguma forma, ao mesmo tempo em que o ambiente do CRAS tenta **representar** o ambiente familiar. Talvez devêssemos apostar nos movimentos, que também se atualizam no CRAS, que fazem do CRAS um produtor de nódulos rizomáticos, um produtor de agenciamentos. Mas para isso, é necessário abrir mão dos modelos representacionais de família.

O conceito de rizoma apresentado por Deleuze e Guattari em “Mil Platôs” (1995) destaca um princípio de funcionamento chamado princípio de conexão. Segundo esse princípio, qualquer ponto de um rizoma pode conectar-se com outro, e deve fazê-lo. O funcionamento rizomático, porém, não obedece a nenhuma centralidade, a nenhum modelo prévio, ele não tem um objetivo com suas conexões, conectar-se é que o define.

Como sistema acentrado, o rizoma faz conexões sem obedecer a uma ordem hierárquica ou de filiação. Conecta-se por contato, ou antes, por contágio mútuo ou aliança, crescendo por todos os lados e em todas as direções. As conexões ou agenciamentos provocam modificações nas

linhas conectadas, imprimindo-lhes novas direções, condicionando, sem determinar conexões futuras (KASTRUP, 2004, p.81).

O CRAS como um ponto de convergência de políticas, usuários, comunidades, pode tornar-se um grande produtor de agenciamentos, ou um ponto surdo nessa rede que o atravessa e produz. Mais à frente no trabalho discutiremos mais a questão das redes no CRAS.

Mais um sentido produzido nas conversas para a presença do psicólogo no CRAS marca também a própria produção do saber *psi*, a saber, a **falta**. A escassez de recursos apontada anteriormente, em relação aos usuários e ao território, é atualizada nas práticas discursivas que circulam no CRAS de Campo Verde produzindo-o.

Que bom que está tendo a aceitação desse profissional nessa área também, e se houve essa aceitação é porque ficou um buraco ali que é... foi questionado alguma coisa desse profissional que é... outros não estavam dando conta e chamaram esse profissional pra ver se ele dá conta. Eu não sei se ele vai dar conta, mas chamaram é porque aconteceu alguma coisa aí na história disso daí, ou algumas coisas que fizeram esse profissional surgir nessa área. [...] Se essa área social teve um chamado da psicologia, é porque ficou ali algumas questões que estavam sentindo a falta desse profissional, senão não teria uma abertura (FUNCIONÁRIO1).

É realmente possível pensar dessa forma, que algo faltava, que havia um ‘buraco’ que seria ocupado pelo profissional de psicologia, porém, esse modo de análise ainda nos conduz a um arranjo possivelmente completo ao qual faltaria alguma coisa para completá-lo. Por outro lado, se pensarmos na potência de conexão desse sistema, se o considerarmos como rizoma, essa conexão com a psicologia ‘condiciona sem determinar’ novas conexões. Ou seja, cabe-nos analisar o que tem produzido esse campo da Assistência Social, quais conexões ele tem feito, o que essas conexões têm produzido, como as práticas de assistência têm se atualizado, etc.

Pensando esse campo como um campo que se move, se desterritorializa e reterritorializa constantemente, a única certeza que nos resta é que ele não será o mesmo, o que implica dizer que essa não será sua última conexão, que essa conexão não é estável, que a modulação da Assistência Social e do CRAS continua a ser feita cotidianamente. Não há como *um efeito* dar conta das condições que lhe

ensejaram a existência. Afirmamos mesmo que a questão não é *dar conta*, mas, o que essa conexão *pode* agenciar? Que condições ela estabelece para as futuras conexões? Ela atua expandindo o aspecto conectivo da Assistência Social ou tenta provar que é capaz de dar conta?

3.3 CARIJACICA: CHEGADA DE BRANCO

Lembrei-me de quando ainda trabalhava lá... mais especificamente de duas pessoas que tinham histórias de interrupções em suas relações com os serviços psi: “De que adianta? Nós começamos, quando estamos nos acostumando com vocês, vocês vão embora”. E acrescentavam: “eu sei que vocês têm que pensar no melhor para vocês, mas para nós é complicado”.

Interessante o modo individualizado de pensar a produção do serviço público: o que é melhor para quem? O trabalhador naquele espaço era pensado justamente como força de trabalho vendável, inclusive pelos usuários do serviço. Mas seria mesmo uma questão de quem paga mais? Essa fala nos fez colocar em análise a forma como a política de Assistência Social estava se atualizando naquele município. Por que havia apenas dois profissionais efetivos (concursados) em toda a secretaria de assistência social? Que modo de funcionar é esse que faz contratos de seis meses em um serviço que se pretende que seja continuado? *Carijacica*: chegada de branco, terra de pobre, política para pobre?

O que fazer? Diante dessas colocações que nós entendíamos serem baseadas nas experiências daquelas pessoas, tentávamos desconstruir a idéia de que o acompanhamento deveria durar por tempo indeterminado, com a mesma pessoa, etc. Mas voltar a Campo Verde me fez pensar outras coisas... O que aquelas pessoas estavam enunciando? O que elas diziam e nós não ouvíamos? Nosso modo de intervir talvez estivesse mais apoiado na clínica tradicional do que gostaríamos. Talvez oscilássemos entre uma forma instituída e seu oposto para realizar nossas intervenções, mas penso agora que algo nos escapava. Essas

peessoas falavam de um modo dessa política de assistência⁵⁷ funcionar. Modo esse que fazia com que as pessoas que trabalhavam ali (naquele município) não permanecessem.

Talvez o que não nos permitisse ouvir fosse a premência de estabelecer um campo de possíveis para realizar nosso trabalho, talvez o fato de essa queixa vir acompanhada de ser ali em Cariacica que isso se efetuava (e eu particularmente não acho que haja nada demais, e nem de menos com aquelas terras), talvez ainda por uma não análise de implicação, hoje pouco importa. Porém foi necessário ver com meus outros⁵⁸ olhos para poder ouvir certos enunciados que outrora passavam despercebidos. Cabe-nos, porém, tal como Foucault (DREIFUSS; RABINOW, 1995) nos sugeriu, empreender exercícios (de liberdade) que nos permitam entender como nos tornamos o que somos, ou antes, como se deu a produção desses outros olhares, outra escuta, outro corpo, enfim.

Na condição de psicólogo do CRAS de Campo Verde, ou antes, como integrante daquela equipe técnica, enfrentávamos uma luta que era para todos os trabalhadores da secretaria de Assistência Social, a luta para trabalharmos de uma forma que acreditávamos, e para permanecer no trabalho, já que a iminência de desvinculação era contínua. A estratégia fundamental que encontramos foi buscar continuamente um volume de trabalho que nos mantivesse fortes como equipe; que nos permitisse discutir algumas questões (nem todas se podia discutir) junto à secretaria sem que a ‘faca’ pesasse tanto sobre nossos pescoços; enfim, que nos permitisse criar “um pouco de possível” mesmo que para isso precisássemos ir de encontro ao que era preconizado.

Essa não era uma estratégia individual, muito pelo contrário, nem as estratégias nem os enfrentamentos eram vivenciados de forma individualizada, nós tentávamos, o quanto possível, agir em aliança com os outros CRAS, com a comunidade, e como equipe. Nem sempre era possível, mas essa foi a direção que escolhemos

⁵⁷ Por política de assistência aqui estamos nos referindo ao cuidado de uma forma mais geral, e não especificamente nos CRAS.

⁵⁸ Por outros aqui estamos tomando a idéia de alteridade, ou seja, são os “mesmos” olhos que se “outrificaram” nos encontros com os outros.

coletivamente. Algumas vezes, explicávamos ao usuário, nosso parceiro nas lutas cotidianas, a nossa precária vinculação com a secretaria, nosso contrato de 6 meses, que sequer a secretaria precisaria justificar nossa saída, só precisava não renovar nosso contrato. Mas ainda assim, parecia uma defesa frente à situação em que nos colocávamos, sem tentar uma análise política dos processos que se davam.

As pessoas que acompanhávamos falavam de uma história escrita a várias mãos que colocava em cena o modo de operar com as franjas mais pauperizadas da sociedade brasileira (presente também em outras sociedades e em outras épocas). Esse modo de operar que aceita pacificamente que “a desigualdade é a mesma para todos” (Foucault, 2008a, p. 196) comporta um cuidado que seja também desigual para todos, mas não desigual de qualquer forma: é uma desigualdade justificada pelas diversas faltas de recursos. Não pensamos que uma igualdade seja possível, ou mesmo que seja um modo ideal, por outro lado, entendemos que as pessoas devem ter acesso ao cuidado de que necessitem, independente de sua condição na sociedade.

Talvez essas pessoas se insurgissem muito mais contra a desigualdade patente em suas vidas, contra a lógica que faz com que elas tenham acesso precário a um cuidado garantido legalmente, mas, ultrajado socialmente. No espaço refrigerado da sala de atendimento não analisávamos o calor de suas lutas enunciadas em alto e bom tom: queremos respeito! A funcionária dizia em sua entrevista:

O trabalhador não tem direito a férias, fica mais de 5 anos e não deposita o fundo (FGTS), não tem direito a nada, sai com as mãos abanando, sem seguro desemprego, sem nada, eu acho o cúmulo. E aqui, eu estava falando com uma colega, pelo amor de Deus! Eu acho que não é pedir luxo, mas nem uma água potável pro trabalhador não tem aqui. Eles acham o que? Que a pessoa é igual a um camelo? Vem a água potável lá uma vez durante o mês, aí a pessoa é considerada camelo que acumula água durante os períodos dos meses que trabalha aqui? Eu acho que é o mínimo do mínimo ter água pra beber entendeu? (funcionário1).

Uma lógica que atravessa a um só tempo trabalhadores e usuários de forma brutal, a saber, a lógica do bio-poder. Essa lógica do bio-poder – fazer viver e deixar morrer – me lembra de uma aula em que a professora Lilian Margoto comentava os filmes policiais, naquelas cenas em que o seqüestrador está com o refém e os policiais vão tirando os seus recursos. Primeiro cortam a energia, o telefone, a água, para ver se

o seqüestrador desiste e se entrega. O que chama a atenção quando se trabalha em comunidades como a de Campo Verde, é que – na sua maioria – eles não se entregam. E o não se entregar, como modo de afirmação da vida, algumas vezes produz contágios e torna-se estratégico como modo de operar nesse campo minado. Lembrando, é claro, que não se entregar não significa não lutar, ou seja, não é uma postura passiva diante da vida, ela afirma a todo tempo: “eu posso ser acotovelada pelo sistema, mas eu insisto”.

Nessa nossa segunda incursão descobrimos que deveriam sair também uma ASG e uma brinquedista. Outro tipo de recurso que também seria “tirado” do CRAS. Mas se poderia pensar que as saídas de uma brinquedista e de uma ASG não causariam tantos estragos, porém, estrategicamente, suas saídas representavam uma perda enorme, pois a recepcionista também conseguiu um trabalho com carteira assinada, férias, FGTS e água potável.

Todos esses funcionários saíram do CRAS, uns de uma forma outros de outra, mas a equipe focou reduzida a: uma coordenadora, nenhum psicólogo, uma assistente social que cumpria regime de trinta (30) horas semanais, uma brinquedista, uma auxiliar de serviços gerais, nenhum recepcionista e quatro vigias. As saídas dos profissionais do CRAS de Campo Verde foi comentada também nas conversas.

Na realidade hoje, o nosso Cras ele tá funcionando aos trancos e barrancos porque a nossa equipe técnica não está formada. Nós temos a Dora que é a coordenadora, Deísa, por ser efetiva, ela só trabalha meio período, e com isso nós só estamos com um psicólogo pra atender a demanda de mais de 2500 famílias (FUNCIONÁRIO5).

Essa entrevista foi realizada antes da saída da psicóloga, depois que ela saiu, foram muitos meses sem nenhum psicólogo, entretanto uma grande demanda já havia sido produzida: ‘vocês têm que pensar o que é melhor para vocês, mas para nós é complicado’.

Entendemos que não é uma questão pessoal de algum profissional, ou mesmo uma questão daquela região, ou ainda daquele município, mas uma lógica que produz profissionais, modos de vida e territórios ao mesmo tempo. A mesma lógica presente no ‘mínimo do mínimo’, na água potável, etc. Por isso não achamos que seja uma

questão de culpabilização, mas de análise dos vetores que ensejam o surgimento desses modos de agir no mundo.

[...] Então eu creio que o que tem atrapalhado é exatamente isso daí: Mudança constante. Isso tem prejudicado o trabalho deles. Porque o período que ele fica ali, vamos supor, um ano, é o período que dá pra estruturar bem os atendimentos deles. Aí, depois, tem que sair de repente. Aí o novo que já chega até ele pegar aquele ritmo que tá ali e tal, até as pessoas que são atendidas também, ela vai ter aquele processo ali de conhecer o novo profissional [...] (FUNCIONÁRIO7).

É bom ressaltar que, ao chegar, o profissional realiza um trabalho de territorialização. Conhece a comunidade, algo do modo de operar daquele território, alguns usuários, etc. Para construir um trabalho, é necessário que haja um pouco de território construído. É no fazer que se conhece. Sendo assim, a interrupção dos serviços por falta de profissionais, não é uma mera interrupção, mas, uma desconstrução. Sempre que chega um novo profissional é um novo começo, e não um recomeço.

Não entendemos a continuidade como algo necessário. A história é feita também de rupturas, e não só de continuidades. O território muda, muitas vezes, rompendo com o funcionamento que o marcava. Os profissionais capacitam-se, sofrem intervenções por parte dos usuários, da secretaria, etc. Ou seja, não estamos falando de uma continuidade linear, mas de processualidade.

Contudo, em um serviço que se pretende continuado e ininterrupto, a norma tem sido a quebra, a ruptura. E essas quebras não têm se constituído como efeito das produções no território, das intervenções que se operam na vida fazendo-a diferir, mas, como atualização da fragilização dos vínculos profissionais na Assistência Social e na prefeitura de Cariacica de um modo geral.

Esse modo de fazer política de assistência atualiza a precarização da vida patente nos territórios de abrangência dos CRAS. Pensamos que intervir nesse modo de produzir vidas como “miséria necessária” é afirmar uma política que difira do modo como essas vidas são hegemonicamente geridas. Contratos de seis meses, sem água potável, sem material para trabalhar, oito meses sem psicólogo, um ano com

apenas uma assistente social, 2.500 famílias cadastradas no CRAS III, cerca de 26.000 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família em Cariacica.

Cariacica é um dos municípios mais pobres da região da Grande Vitória, e a política de assistência, infelizmente, não difere muito dos modos de vida que se atualizam nesse território. Em muitos aspectos é uma política de pobre para pobre.

Parece que Cariacica ainda está naquela de formar profissionais. Porque o profissional vem pra cá enquanto não tem nada, mas na primeira chance que ele tem... porque ele já tem como contar ponto em outro lugar. Aí ele vai embora, e eu não discordo disso também não, porque se você tem uma oportunidade de trabalho aonde você é, hoje eu não digo mais valorizado, mas, mais remunerado [...] (FUNCIONÁRIO4).

Além das condições já citadas, o município de Cariacica paga salários mais baixos que os outros municípios adjacentes que também compõem a Grande Vitória. Está enfrentando inclusive dificuldades para encontrar profissionais. No processo seletivo simplificado que ocorreu durante o trabalho de campo, muitas pessoas classificadas não aceitaram o cargo quando foram convocadas.

[...] e os grupos também que nós tínhamos. Temos alguns ainda, não dá pra ter mais com essa redução de profissionais. E eu não sei como é que vai ficar, Clever, porque chamaram agora o restante até trinta (30) (classificação dos Assistentes Sociais) mas até agora ninguém. Desses 30, uma sou eu (risos) que vou continuar na mesma coisa [...] (FUNCIONÁRIO4).

Dos trinta primeiros colocados somente uma pessoa aceitou, e uma pessoa que já compunha o quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social. Pelo processo seletivo passaram inclusive os que já trabalhavam na secretaria. Apenas a título de exemplo, à época em que eu trabalhava no CRAS, o salário base era de: R\$ 449,43 (cerca de 8% acima do salário mínimo nacional em 2008), que era somado a uma produtividade de R\$ 1200,00 para uma jornada de 40 horas semanais. Contratos de curtíssimo prazo, com baixa remuneração e más condições de trabalho. Não é de se estranhar que seja difícil preencher as vagas.

Essa forma de fazer política tem efeitos diretos na operacionalização dos serviços, pois, a moldura que envolve o quadro da Assistência Social em Cariacica e, por

consequente, do CRAS de Campo Verde, esvazia de força os movimentos que vão se constituindo como vias de mudança no território e nas vidas com ele co-engendradas.

E quando as equipes estão formadas, está tudo andando bonitinho, daqui a pouco um sai porque tem que resolver isso e até voltar outro pra substituir demora muito tempo. Falta hoje um concurso dentro de Cariacica. Eu acho que isso aliviaria por um bom tempo, porque um concursado não sai assim pra qualquer coisa. A não ser que ele tenha passado num outro concurso melhor. Então os atendimentos aqui estão andando dessa forma. Tem os nossos grupos, tem o grupo da cesta, da fralda... Fralda, leite e cesta, são os benefícios, mas... a gente tinha vontade de estar fazendo mais (FUNCIONÁRIO4).

Fica claro na fala do funcionário que não se trata de vontade ou empenho para que o CRAS de Campo Verde opere produzindo mais, às vezes, o mínimo é o possível. Mas, como dissemos anteriormente, a insistência das vidas que produzem o Campo Verde, e tantos outros campos que desconhecemos, se atualiza também no CRAS. Essa entrevista foi realizada no início de 2009, e esse funcionário permanece trabalhando lá até hoje.

É impressionante a mudança que pudemos observar desde nossa saída que se deu em agosto de 2008. A equipe mantinha em funcionamento 14 grupos com encontros semanais, mais os atendimentos individuais, que ocorriam quando necessário, e ainda o atendimento à demanda por benefícios. Além disso, funcionava o Pro-Jovem Cidadão, eventualmente, o cadastro para o Bolsa Família, as oficinas de pintura em tecido para adolescentes e adultos e os cursos.

Durante o trabalho de campo, foram sendo tirados os recursos... Algumas conversas foram feitas em caráter de urgência, antes que a pessoa saísse, e uma das conversas foi realizada já no novo local de trabalho do funcionário. Chegamos a encontrar o CRAS funcionando com apenas 3 funcionários: a coordenadora, uma brinquedista e uma auxiliar de serviços gerais. Nessa situação, apenas os atendimentos urgentes eram realizados.

O mesmo esvaziamento foi percebido pelos extensionistas do Projeto Redes no Território. Aquele espaço imenso, bem cuidado, com banheiros bonitos, um salão

amplo e muito pouca gente usando. Quando eu comentava sobre como o CRAS funcionava, parecia que estávamos falando de espaços totalmente diferentes. E estávamos.

O esvaziamento dos usuários acompanhava o esvaziamento da equipe. A seiva que alimentava o rizoma escorria pelas fraturas expostas da política de Assistência Social, efeito das artes de governar, do modo de conduzir o povo “miséria necessária”. Contudo, o CRAS resiste, insiste em afirmar possíveis, quando não há muito que fazer, existir é afirmar o improvável. Pensando existir como um ato criativo, e às vezes, revolucionário.

Observamos também que o aspecto político dos serviços é tomado com relevância pelos funcionários do CRAS em que realizamos nossa pesquisa.

Até a nossa medicina, vamos dizer assim, era mais fraca, hoje já tem mais coisa que a medicina já está descobrindo através de que? Do social. Porque os médicos hoje são um social que nós temos dentro do estado, dentro das prefeituras que também faz parte da política, também da política de saúde. Não é a política que eu quero dizer a partidária, vamos dizer a política de saúde. Porque cada um... às vezes ele não mexe, ele não é, às vezes, um camarada que gosta de falar em política, mas de qualquer forma ele está envolvido na política, porque ele depende do social pra poder estar desenvolvendo seu trabalho (FUNCIONÁRIO2).

O médico depende do social para realizar o seu trabalho. O nosso entrevistado coloca o social como a dimensão coletiva no serviço público. Um médico que atende na saúde pública, um assistente social que trabalha em um CRAS, um psicólogo que trabalha em um CREAS, estão em meio a um processo de construção chamado social. Mas de que social estamos falando aqui? A seguir, na entrevista, o funcionário2 enuncia o social:

[...] Quando eu falo no social é porque eu fui um camarada que eu já fui um sindicalista da construção civil como diretor. Passei 4 anos lá dentro do sindicato, o maior sindicato aqui do Espírito Santo é o nosso, e a gente já falava no social naquela época. Só que o nosso social daquela vez, era um social preso, grampeado, a gente não podia, vamos dizer assim, falar muito em social. Teve muita gente que até sofreu essas penalidades sobre o social naquela época, porque os políticos daquela época não desenvolviam o social, era mais um sistema global do capital do que o social.

E hoje o capital está envolvido junto com o social, os dois estão paralelos junto, e estão fazendo a mesma funç... um ajuda a função do outro. Porque

quando entra o capital entra o social também junto. Porque se existir o capital tem que existir o social, os dois têm que andar juntos. Porque depois que os governantes descobriram isso aí, os políticos descobriram que o social é importante na vida do capital, como também na vida não capital, na vida, vamos dizer assim, o trabalhador que não tem o capital de giro, mas ele tem o social que ele quer cada vez mais desenvolver (FUNCIONÁRIO2).

‘Nem sempre o social esteve incluído na lógica do capital’. Complementaríamos dizendo que nem sempre o social foi que temos hoje. Tampouco, a arte de governar instituída era a mesma. A arte neoliberal de governar no seu aspecto biopolítico é gestada em meio ao desenvolvimento do social. Como dissemos, ela não é uma arte de governar qualquer coisa, ou qualquer povo, mas, uma arte que inclui em seu modo de gestão dos homens um social que tem direitos instituídos.

Por outro lado, “acolher”⁵⁹ o social no modo de produção capitalista possibilita manter sob rédeas curtas o que mais o ameaça, a saber, as forças do coletivo. Como o capital age intensiva e extensivamente, ele engloba, captura, sobrecodifica, de forma a parecer mesmo uma generosidade que o capital e o social caminhem juntos. Realmente os governantes aprenderam que não é possível caminhar com o capital sem que o social esteja presente, mas, como é o mercado que enuncia as verdades nessa arte de governar, social e capital não caminham juntos de qualquer forma. Caminham de forma a constituir ‘uma moldura para que o mercado concorrencial se desenvolva’, e não mais que isso.

Os funcionários do CRAS também apontam para virtualidades⁶⁰ nos serviços oferecidos pela atenção básica na Assistência Social. Possivelmente apontando para a instabilidade dos processos que produzem o social, e para uma não análise dos processos no cotidiano de trabalho.

Eu acho que no meu entender, além desses que temos hoje que estão desenvolvendo as suas atividades sociais aqui dentro, eu acho que deveria ter um centro recreativo das crianças pequenas. E uma pessoa que viesse,

⁵⁹ O sentido que damos ao acolhimento aqui não é o mesmo que pretendemos no desenvolvimento das políticas de atenção ao usuário. Esse acolhimento funciona como uma espécie de silenciador da força disruptiva que o coletivo comporta. Acolher para dominar, para submeter, para assujeitar e não para desestabilizar o que está instituído.

⁶⁰ Os conceitos de atual e virtual estão diretamente relacionados na obra de Gilles Deleuze. O virtual diz respeito à potência de vir a ser, a um campo de forças que atuam no mundo e produzem novos mundos. Essas virtualidades não se opõem ao real – pois são reais como virtualidades – mas ao atual, que seria o que perceptível do que se produziu como realidade. Porém, o virtual está presente no atual, bem como os embates das virtualidades produzirão atualizações (LÉVY, 1997).

um técnico social que viesse pra cá pra trabalhar com essas crianças e trabalhar com os pais também. [...] eu acho que também deveria ter, nessa parte um técnico social para estar desenvolvendo através do que nós já temos, o psicólogo que desenvolve uma boa atividade dentro do CRAS, eu acho que deveria ter um outro que participasse de um “ciclo” social, vamos dizer assim, com as crianças pequenas. Nós temos um salão tão importante, todos os CRAS têm, e hoje nós não temos ainda essas atividades todas (FUNCIONÁRIO2).

Quando perguntado mais especificamente sobre qual seria o trabalho desse técnico social, o funcionário2 explica que o social está mudando constantemente, e que não existe o profissional que está designado para acompanhar essas mudanças. Esse profissional, segundo ele, deveria além de atuar nos CRAS junto às crianças e aos pais, atuar junto à secretaria de Assistência Social e à prefeitura, acompanhando as mudanças para construir suas atividades junto à comunidade e ao mesmo tempo contribuindo para a construção do “social” nas instâncias do poder público.

Entendemos que, de certa forma, ele percebe um distanciamento entre os serviços dos CRAS e a construção política que lhes dá ensejo e lhes atravessa cotidianamente. Além disso, aponta que os profissionais que lá trabalham não realizam isso, daí a necessidade de outro profissional para essa função que seria essencial.

Neste trecho da nossa discussão nos referimos ao trabalho desenvolvido nos CRAS. Não aprofundaremos essa discussão, porém, faz-se necessário designar que o trabalho é por nós compreendido como atividade (CLOT, 2001). A atividade não se resume ao trabalho observável, ou mesmo ao planejamento do trabalho, mas, como nos diz Yves Clot:

O real da atividade é também o que não se faz, aquilo que não se pode fazer, o que se tenta fazer sem conseguir – os fracassos – aquilo que se desejaria ou poderia fazer, aquilo que não se faz mais, aquilo que se pensa ou sonha poder fazer em outro momento. É necessário acrescentar aqui um paradoxo freqüente – atividade é aquilo que se faz para não fazer o que tem que ser feito ou ainda o que se faz sem desejar fazer. Sem contar o que deve ser feito. A atividade possui então um volume que transborda a atividade realizada. Em matéria de atividade, o realizado não possui o monopólio do real (CLOT, 2001, s.p.).

Devemos considerar que o funcionário2 está atravessado pelas lutas coletivas das quais participou quando fez parte do sindicato da construção civil, e sua dimensão

de social está impregnada da experiência das lutas empreendidas nessa experiência. Talvez por isso fique clara para ele a necessária inseparabilidade entre um serviço na área social e sua gestão. Para que o serviço e a gestão não sejam realizados de forma separada, ele sugere inclusive que haja um profissional para garantir isso.

3.4 GESTÃO E CRAS

É importante ressaltar que o funcionário² atua como liderança comunitária na região, sendo um dos fundadores da Associação de Moradores de Campo Verde. Ele é funcionário, morador, e liderança comunitária. Logo, os processos de gestão do CRAS não representam, para ele, apenas a gestão dos processos de trabalho naquele espaço. Mas, também a gestão dos serviços oferecidos e do próprio social. Ele aponta que onde há capital também existe o social, mas, aqueles que não detêm o capital têm 'o social que eles querem cada vez mais desenvolver'.

Gestão não diz respeito apenas ao modo de gerir administrativamente os municípios, mas também à condução dos processos cotidianos que se atualizam nos espaços públicos, por exemplo. Para que essa gestão seja um efeito das múltiplas vozes envolvidas nesse processo, faz-se necessário um processo de comunicação transversalizado, ou seja, é necessária participação daqueles que são os usuários dos serviços, dos que operam nos aparelhos institucionais e dos que respondem pela administração pública.

O conceito de transversalidade foi forjado por Felix Guattari (1981) e diz respeito ao grau de comunicação entre os diversos sujeitos e grupos. Como nos indicam Passos e Heckert (2009, p.384) a transversalidade se coloca em direção contrária

[...] à pura verticalidade e à simples horizontalidade, compreendidos como eixos hegemônicos de organização da comunicação nas instituições (os diferentes se comunicam verticalmente, isto é, hierarquicamente, e os iguais se comunicam no plano horizontal do corporativismo). Diz respeito ao grau de abertura à alteridade, tendendo-se a realizar-se quando se opera um aumento do grau de comunicação entre os diferentes sujeitos, entre os grupos.

Seria realmente necessário criar um cargo público para isso acontecer? Não. Possivelmente o que o nosso entrevistado nos aponta é que o CRAS, a chamada “casa da família” funciona sem que esses processos ganhem forma através da participação dos atuais atores desse processo. O que tem entrado, e o que tem saído da casa da família? Até que ponto a proposta de que o CRAS seja um ponto de convergência das redes políticas e sociais em seu território de abrangência, vem se concretizando?

O que temos observado em nossa terceira entrada no campo, ou seja, no projeto de extensão Redes no Território, é que essas redes têm se dado de forma fragilizada e com processos de comunicação insuficientes. É comum ouvirmos questionamentos sobre o que é o CRAS, tanto nas Escolas como na Unidade de Saúde. Nas conversas com as lideranças comunitárias, o CRAS comparece com mais força e clareza, o mesmo não acontece em relação à participação nos processos de gestão dessa unidade da Assistência Social.

No projeto de extensão o CRAS aparece sim, como um ponto de efervescência, de ebulição. Um desafio constante já que suas fronteiras não estão bem definidas. Parece-nos que estamos acompanhando uma construção que mantém sempre uma parte por definir, por construir, por viabilizar... Não vemos isso como um defeito, muito pelo contrário, mas como um efeito desse modo de fazer política e assistência que têm se constituído atualmente.

Além do fato de o CRAS ter sido criado recentemente, entendemos que há espaços na sua própria proposta de constituição. Espaços para a construção de uma política de atenção básica que podem se configurar como dispositivos. Se está previsto que os CRAS apóiem e participem das redes sociais, é interessante pensar que esta pode ser uma via para a construção do próprio CRAS, porém, com um plano de constituição ampliado pela possibilidade da participação dos coletivos na gestão do CRAS.

Desde que essa participação não seja um “acolhimento silenciador e apaziguador”, mas um efetivo tensionamento entre os modos de gestão instituídos, muitas vezes, hierarquizados e verticalizados, e uma participação popular que comporte as forças do coletivo. Dizemos dessa forma, porque nem sempre a participação através de lideranças comunitárias funciona agenciando micropolíticas.

As noções de macro e micropolítica estão diretamente relacionadas aos conceitos de molar e molecular na obra de Deleuze e Guattari (1996). O plano molar é o plano das segmentaridades duras: homem/mulher, professor/aluno, fracasso/sucesso, etc. Enquanto o plano molecular refere-se às linhas de segmentos flexíveis, moleculares, essas linhas não operam por binarizações, antes, caracterizam-se por traçar fluxos de desterritorializações que desarranjam os dois segmentos do binarismo molar. É importante destacar que esses dois planos, apesar de distintos, não se separam na produção de realidades sociais (PINTO, 2001).

Micro e macropolítica não assumem para nós uma escala de valores, são modos de funcionamento, como dissemos, atravessando a produção de realidade e produzindo mundos. Entretanto, há que se considerar que o plano molecular é o plano produzido pelas linhas que desarranjam os binarismos molares. Por exemplo, os governantes e os governados seriam uma dessas segmentações produzidas pelas linhas duras do plano molar. Além dessa segmentação existem outras correlatas que são importantes para esta análise: os que sabem e os que não sabem, os assistentes e os assistidos, os incluídos e os excluídos.

Pensar a gestão como arte de gerir a vida (BARROS, 2003) é produzir um modo de funcionar tecendo os fios que alinhavam seus processos cotidianos. Isso implica que nos mais diversos espaços onde se constituem os modos de existir a polifonia dos processos da vida se faça ouvir como vetor imprescindível à constituição desses modos de gestão.

O que temos percebido através do projeto de extensão Redes no Território são esvaziamentos dos espaços de construção coletivas das políticas de gestão dos espaços públicos. Houve uma proposição realizada pela própria comunidade para

discutir a história do bairro. Seria então realizada uma reunião aberta à participação de todos que se interessassem. A primeira reunião aconteceu com boa participação, e intensa discussão dos processos que se engendraram na construção do Bairro Campo Verde.

Durante essa reunião outra foi convocada para dar continuidade às discussões. A segunda já estava mais esvaziada, e a terceira ainda mais. Algo que nos despertou o interesse foi o modo como a história era privatizada. Ora a história das lutas pertencia a um morador, ora essa história pertencia a um certo grupo político da região. As histórias se entremeavam com disputas por sua posse. De quem afinal era a história? Por que o grupo de discussão se esvaziou após tanta intensidade no primeiro encontro?

Não temos uma resposta exata para essas questões. Porém, entendemos que história não tem dono, muito pelo contrário, talvez, possamos afirmar com mais propriedade que somos efeito dos processos forjados na história, ao mesmo tempo em que somos seus protagonistas. Por outro lado, é uma reunião que pretende a participação de todos os interessados para a produção de **uma história**, que se configura como uma disputa pela privatização dos processos históricos. Se a questão da história se torna quem é ou não é o dono da história, como querer que os não elegíveis à condição de proprietários participem?

As reuniões parecem se dividir entre os autorizados e os não autorizados pela história. Não queremos, definitivamente, colocar em questão quem deveria deter a escritura de proprietário da história do Bairro, mas, é fundamental apontarmos que os processos de segmentação (quem é o dono?) que se atualizam na reunião, não dão passagem à multiplicidade de atores que vivenciam o processo histórico de construção daquele bairro. Mesmo nas propostas de coletivização, destacam-se da paisagem os “lados da história”. O que está entre os lados, o que não está nem deste, nem daquele lado, perde relevância.

Como dissemos não são processos que se dão separadamente, os processos macro e micropolíticos se engendram, entretanto, alguns processos são mais marcados por

linhas de segmentação e outros por linhas flexíveis, moleculares. A busca por um dono da história separa e desqualifica a coletividade dos processos de construção. Estamos falando de participação popular, apesar da presença de representantes instituídos nas citadas reuniões.

Um dos participantes da reunião disse algo como: em uma construção precisamos das lajotas, mas também da argamassa que fica entre elas, do rejunte que fica entre as pedras no piso. Essa proposição foi feita em relação àquilo que se constituía naquela primeira reunião. Construir uma história é também juntar as peças rígidas com o cimento do coletivo, com o rejunte do cotidiano, com as histórias não contadas que também produzem Campo Verde.

No CRAS de Campo Verde, assim como nos outros CRAS de Cariacica, havia um grave problema na gestão dos recursos financeiros. No começo, não havia o cargo de coordenador dos CRAS, que é um profissional que trabalha na secretaria coordenando todos os CRAS. Nesse ínterim, a verba era repassada pelo governo federal, mas, não chegava aos CRAS e era devolvida.

[...] e colocaram ela como coordenadora geral, porque viram que os processos né, o dinheiro vinha mas estava voltando porque não tinha como gastar e os processos não andavam. Foi aí que começou a comprar material, nós tínhamos material para trabalhar com os grupos. Vinha papel, essas coisas assim. Porque nós trabalhávamos, mas, tirando do bolso para comprar algum tipo de material se nós quiséssemos fazer alguma oficina (FUNCIONÁRIO4).

No começo das atividades no atual espaço ocupado pelo CRAS de Campo Verde, a questão era ainda mais complicada. Sequer a ligação da energia era legalizada. A ligação era clandestina e as ameaças de corte eram constantes, mesmo assim, a secretaria só regularizou a situação após o desligamento por parte da empresa de fornecimento de energia elétrica.

No início não tinha ninguém pra limpar, pra inauguração nós tivemos que acionar a comunidade pra limpar, a luz era 'gato', ficou um bom tempo, acho que quase um ano de 'gato'. Até o dia que a *empresa fornecedora de energia* veio aí e cortou, e a gente falava: aí não corta! Uma *ex-funcionária* então, nessa época ela já estava aqui há bastante tempo, ela falava não corta moço, ele falava eu tenho que cortar. Só depois que cortou o 'gato' é que religaram. Nós ficamos acho que uns 2 meses sem energia (FUNCIONÁRIO4).

Assim como no CRAS no início de suas atividades, não era raro encontrarmos famílias cujas ligações de energia elétrica eram clandestinas. Diariamente observávamos os técnicos da empresa fornecedora de energia desligarem muitas ligações irregulares, os chamados “gatos” e, quase imediatamente, os moradores religavam. Era parte da rotina do bairro. Porém, como ressalta o funcionário, foram quase dois meses sem energia para que a secretaria se dispusesse a regularizar a ligação do CRAS.

Além dessas dificuldades de infra-estrutura, a equipe vivenciava dificuldades com relação à condução dos atendimentos no CRAS, notadamente no que diz respeito aos psicólogos. Segundo as determinações da secretaria, todos os atendimentos deveriam ser feitos em grupo, o que nem sempre era possível ou mesmo justificável. Passavam, por exemplo, pelo CRAS situações de violência relacionadas ao tráfico de drogas, envolvendo inclusive crianças. Como forçar um atendimento em grupo em situações que colocavam em jogo a vida daqueles usuários?

Até a gente fazer que ela entendesse que pra incluir no grupo você tem que passar primeiro por um pré-atendimento, conversando, ouvindo a situação da pessoa até identificar em qual grupo que ela poderia ser incluída, e ter esse grupo ali mesmo formado... Porque às vezes as demandas são tão diferentes, que você tem várias pessoas, mas, não dá pra fazer um grupo só com aquele perfil ali. Então isso aí demandava um atendimento maior, por um período maior. Mas, a gente conseguiu. Brigando, batendo de frente, aí nós conseguimos (FUNCIONÁRIO4).

A gestão do CRAS é um desafio que abrange muitos aspectos. Gestão, como a abordamos, não diz respeito à administração verticalizada, mas, como nos diz Yves Schwartz:

É necessário considerar seriamente a gestão, algo que o termo um pouco enganoso *administração* frequentemente levou, em nossa cultura, a desvalorizar (o que não seria verdadeiro na semântica norte-americana). A gestão, como verdadeiro problema humano, advém por toda parte onde há variabilidade, história, onde é necessário dar conta de algo sem poder recorrer a procedimentos estereotipados. Toda gestão supõe escolhas, arbitragens, uma hierarquização de atos e de objetivos, portanto, de valores em nomes dos quais essas decisões se elaboram (SCHWARTZ, 2004, p.23).

Gerir é argumentar com o imprevisível, é construir saídas para os cerceamentos impostos, é construção cotidiana que se dá no tecer dos fios da vida. Os processos de gestão devem ser analisados no modo como se atualizam, como se dão, e nos efeitos que esses modos de gestão produzem, já que esses modos de gerir produzem também modos de existir.

Dessa forma, quando nos referimos a modos de gestão, estamos falando das maneiras como se produzem realidades, de modos de se produzir políticas públicas. As políticas públicas e as diferentes formas de organização do trabalho que elas atualizam têm decorrências importantíssimas na gestão do trabalho e das vidas que acessam esses serviços, falamos, portanto, de processos de subjetivação. (BARROS, 2003, P. 106)

Como nos referimos anteriormente, a subjetividade é processual, e constitui-se ininterruptamente em um processo que se dá no plano coletivo e atualiza modos de existência. Em se tratando de políticas públicas, os modos de gestão que se constituem fazem variar ou reproduzem modos de subjetivar.

Como sugerimos, os usuários da assistência social são, em um plano político mais amplo, objetivados como um “povo miséria necessária”. Os modos de gestão da política de assistência social podem ensejar variações nessa objetivação, ou reproduzir sem se questionar esse modo construído de gerir a vida precariamente. O CRAS, como porta de entrada, pode se constituir tanto como uma **entrada** nesse modo precarizado de gerir a vida, como em uma **abertura** para a constituição de novos possíveis.

Na sua via de controle da vida, o CRAS enseja a reprodução da miséria necessária à constituição das desigualdades que alimentam o modo capitalista. Acompanhar os usuários para controlá-los e tutelá-los é enfraquecê-los em sua potência de enfrentamento das iniquidades. Enfrentamento que os mantém vivos e produzindo mundos que, muitas vezes, escapam a essa lógica predatória do capital. Modos de vida mais solidários e coletivos.

No encontro com a Política de assistência, modos de vida são gestados, e o modo como essa política é gerida atinge de forma incisiva essas vidas. É uma política de atenção que se compromete com a potência do coletivo, ou é uma política que tutela modos de vida precarizados pela lógica do capital? A gestão do CRAS é composta pela polifonia do território, ou os usuários são tomados à conta de excluídos? São questões, ou tensionamentos, para os quais precisamos nos atentar, haja vista a ‘encruzilhada política e micropolítica fundamental’ em que nós trabalhadores sociais nos encontramos.

Outra questão que se coloca no atendimento aos usuários do CRAS de Campo Verde é o acesso ao CRAS e aos serviços que ele oferece. Muitos são os usuários que vivem muito distantes do Centro de Referência, e muitos outros sequer sabem os serviços que são oferecidos e os direitos que lhes cabem em relação à assistência social. Dessa forma, muitos continuam sem acesso apesar de o CRAS estar estrategicamente posicionado nos territórios de maior vulnerabilidade social, e de atuar como porta de entrada da Assistência Social.

Porque como o CRAS ele é porta de entrada das outras... dos outros programas das outras políticas, o que acontece? Se você não consegue chegar até à comunidade, você não tem perna, um ou outro vem, o restante não. Então tem muita gente, que não tem acesso a Bolsa família e está em situação de extrema miséria. Não tem benefício, BPC, porque falta um documento e até hoje não sabe aonde vai, não conseguiu, e quando caem nas mãos de pessoas que são desonestas, que querem um salário para poder estar ajudando a tirar um documento, e as vezes tem que deixar o cartão 2, 3 meses na mão dele (FUNCIONÁRIO4).

Estratégias são criadas para tentar atingir esses possíveis usuários, uma delas é o CRAS itinerante. Uma vez por mês a equipe se desloca para bairros mais distantes da região de abrangência do CRAS III. Geralmente, a escolha do bairro, ou região, é feita coletivamente no fórum comunitário. Para esse fórum são convidadas as lideranças comunitárias e os coordenadores das escolas e das unidades de saúde. O fórum é aberto à participação de todos os que queiram, e algumas vezes, comparecem moradores e usuários para as discussões no fórum.

Um dos pontos de pauta permanentes do fórum é justamente onde será o próximo CRAS itinerante. Geralmente, quem indica o local é uma das lideranças

comunitárias. Se o local for aceito pelo fórum, a liderança que indicou providencia um espaço e faz a divulgação. Entretanto, outras estratégias eram traçadas, haja vista que, uma vez por mês é muito pouco diante da demanda. Uma delas seria a criação de núcleos nas regiões mais pauperizadas, onde haveria mais usuários em potencial que não conseguem chegar ao CRAS. Essa estratégia se engendrou também na atual secretaria.

Ela tem uma proposta do núcleo dos CRAS. Duas ou três vezes na semana ele vai com uma equipe que não é a daqui, não vamos fechar aqui para levar a equipe para lá, não é assim, não é igual ao CRAS itinerante, vai ter uma equipe para estar atendendo nessa outra ponta, que aí eu acho que vai estar fazendo um trabalho bom. E não é só assim, atendimento com o psicólogo e o assistente social, não, com oficinas também, vai ter oficinairos para estar levando atividades para essas pontas, que é aquela demanda que não chega até aqui, porque a pessoa não vem pra oficina porque não tem passagem para vir uma ou duas vezes na semana, gastar dinheiro com passagem não tem como (FUNCIONÁRIO4).

Para que isso ocorra, entretanto, são necessárias a manutenção e a expansão da equipe, o que parece improvável no momento, apesar da recente parceria firmada entre a prefeitura de Cariacica e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA).

Então quer dizer, a gente precisa chegar até essas pessoas, mas enquanto a gente não tiver uma equipe formada e esses núcleos não estiverem em funcionamento a gente vai continuar assim. Trabalhamos? Trabalhamos, mas com a demanda que chega até nós e com aquela parceria que nós fizemos no início com o fórum. Porque muitas coisas que chegam até nós é porque a liderança que está lá dentro, está vendo a situação, e aí fala, quando a pessoa não vem, ela fala, olha, tem uma família assim, assim e assim que está vivendo dessa forma, dá o endereço e a gente vai no local. Então, quer dizer, bom é, mas, a liderança não conhece todo o bairro, se você pensar direitinho ela não conhece todos os moradores. (FUNCIONÁRIO4)

O presente convênio com a ADRA possibilitou a presença de oficinairos e a contratação de um psicólogo. Isso aumentou consideravelmente o movimento no CRAS de Campo Verde, porém, há outras questões que devem ser analisadas nesse convênio, notadamente, no que diz respeito à gestão tanto dos recursos financeiros do CRAS como dos recursos humanos, já que os oficinairos e o psicólogo contratados respondem à ADRA e trabalham no CRAS. Com isso o CRAS passa a lidar com outra modalidade de contratação além das existentes.

A ADRA é uma organização não governamental vinculada à Igreja Adventista, e isso com certeza tem implicações para o modo de operar no território, para a política de assistência, para as vidas que são gestadas nos CRAS. Por exemplo, para as oficinas do PROJOVEM, nas quais osicineiros da ADRA estão trabalhando, não foi possível ensaiar aos sábados por determinação da ADRA que, assim como, a igreja adventista, “guarda os sábados”. Houve críticas às roupas das jovens participantes do mesmo projeto devido ao comprimento das roupas que elas usavam.

Na proposta que nos foi apresentada os contratados da ADRA seriam sempre supervisionados por um membro da equipe técnica vinculado diretamente à prefeitura, isso, logicamente, não tem evitado os impasses na gestão cotidiana das ações do CRAS. A ADRA entra como mais um componente na gestão desse cotidiano, e na rede de serviços da assistência social em Cariacica.

A atual arte de governar neoliberal comporta uma redução do estado como modo de gestão. Os serviços públicos são terceirizados em muitos setores, nesse caso, inclusive a contratação de profissionais para atuar na equipe básica. Já que o estado só deve intervir para regular as condições de mercado, esse tipo de política torna-se comum. Entretanto, devemos analisar o que isso tem acarretado, que tipo de efeitos esse modo de gestão dos recursos públicos tem gerado. Como o chamado terceiro setor tem composto as políticas públicas. Será possível, em uma gestão composta dessa forma, garantir o caráter público dos serviços?

Junto da ampliação da equipe e das melhorias na infra-estrutura de trabalho, consideramos que outros aspectos envolvem o acesso da população ao CRAS, as ofertas que este equipamento apresenta e a resolutividade das demandas apresentadas pela população. Trata-se, ao que nos parece, dos modos de acolher tais demandas.

O que tem sido acolhido no CRAS? O CRAS, como porta de entrada da Assistência Social, recebe demandas as mais variadas, notadamente, demandas por ajudas materiais, tais como, benefício do Programa Bolsa Família, cestas básicas, fraldas

descartáveis, colchões, etc. Entretanto, em muitas situações, como já dissemos, as demandas não são atendidas. Mas, não são, ou são atendidas como? São argüidas essas demandas? Ou mesmo, é argüida a sua produção?

O acolhimento pode ser entendido em uma via voluntarista ou de boa vontade para com o outro. Pode também tornar-se fôrma a partir do momento em que se tentar moldar os modos de acolher. Pode ainda constituir-se como modelo de acolhimento, desvinculados da dimensão política que deve nortear o cuidado nos espaços públicos.

Entendemos porém, com Neves e Heckert (2010, p.153)

Do nosso ponto de vista, a construção de práticas de acolhimento que possam fazer da existência uma arte de viver sustenta-se no cultivo de uma prática ética em que o cuidado consigo, com o outro e com o mundo se faz quando cuidamos da dimensão coletiva e relacional de nossa existência. É em meio a essa experimentação que nos vemos convocadas a uma problematização do 'como' e 'do que' temos acolhido em nossas práticas de cuidado.

3.5 UM CRAS, UM NÓ, UMA REDE...

Uma das propostas fundamentais do CRAS é a articulação com a rede social local, bem como com as demais políticas públicas e sociais. Nossa terceira entrada no campo, como já indica o próprio nome do projeto de extensão, caracteriza-se por um esforço de atuação nas redes que se atualizam naquele território. Não tomamos, no nosso projeto, o CRAS como ponto de referência da rede, justamente pela proposta de rede que fundamenta o projeto e também sua aposta ético-política.

O que aparece nela como elemento constitutivo é o nó. Pouco importam suas dimensões. Pode-se aumentá-la ou diminuí-la sem que perca suas características de rede, pois ela não é definida por sua forma, por seus limites extremos, mas por suas conexões, por seus pontos de convergência e de bifurcação. Por isso a rede deve ser entendida com base numa lógica das conexões, e não numa lógica das superfícies (KASTRUP, 2004, p. 80).

Por isso nosso projeto tenta atuar de forma acentrada, circulando no território, mapeando os pontos de conexão, as convergências e bifurcações que se atualizam

naquele território. Buscando interferir transversalizando a comunicação na rede, produzindo, ao mesmo tempo em que percorre o território, vias de conexão que fortaleçam a trama dessa rede.

Nos caminhos que produzimos no território, percebemos que o CRAS funciona como **um** ponto estratégico na rede de serviços públicos e também na rede social. Além disso, como porta de entrada da política de Assistência Social, pretende conectar-se com os outros serviços dessa política. Nesse aspecto, o das conexões com a política de assistência no município, os funcionários trazem alguns questionamentos.

Até de casos assim: de a pessoa ser orientada para um programa, eu posso até citar o nome do programa, não sei... o Programa Sentinela, de orientar que trabalha com essas questões da sexualidade, e não era caso de ser atendido ali, mas a pessoa tinha como orientá-la para o atendimento no hospital das clínicas. A pessoa não continuou com essa coisa da rede na prática, ela direcionou o atendimento de novo para mim falando: olha, não é aqui na realidade, porque a idade não é atendida aqui, era uma questão de idade, e eu não sabia, mas acontece que a pessoa realmente teve vários casos de abuso, até seria aqui, mas, pela questão da idade, é lá no hospital das Clínicas, é com fulano de tal, é no programa tal. (...) Quer dizer, assim, se é rede, por que a pessoa mesma não fez essa orientação? (FUNCIONÁRIO1).

O funcionário aponta para a descontinuidade no encaminhamento que foi realizado no CRAS para outro programa da mesma secretaria. O usuário poderia percorrer um caminho até o atendimento sem a necessidade de retornar ao CRAS, entretanto, a conexão com os outros serviços, nesse caso, não foi suficiente para constituir um serviço em rede. É como se estivéssemos falando de serviços que funcionam separadamente, já que o encaminhamento é devolvido por não estar correto em relação à idade do usuário. São as conexões que caracterizam a rede, são os nós que lhe dão sustentabilidade e forma.

Parece que é bonito falar que a rede é importante, que todos precisam colaborar com o outro pra coisa funcionar, mas, na prática essa rede parece que está meio quebrada, meio furada, parece que alguém passou uma tesoura nessa rede, está tudo esfarrapado nessa rede (FUNCIONÁRIO1).

Há, sem dúvidas, um esforço para construir um modo de atuação em rede desde a época em eu era funcionário. Havia reuniões mensais para discutir os serviços oferecidos por cada programa da Secretaria Municipal de Assistência Social

(SEMAS) – à época Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho (SEMAST) – das quais participavam todos os técnicos. Nessas reuniões eram apresentadas todas as atividades realizadas e tentava-se construir um modo de operar em rede, entretanto, como já é de conhecimento do leitor, havia, e há uma alta rotatividade de profissionais. Isso produzia um certo tipo de instabilidade que, de certa forma, ‘passava a tesoura na rede’.

Era bem comum realizarmos uma reunião com quarenta ou mais pessoas, a seguinte com vinte e a próxima com cinquenta. Não por impossibilidade de os profissionais estarem presentes, já que essas reuniões eram pré-agendadas com um mês de antecedência, mas, por diminuição e reposição do quadro de funcionários da secretaria. Muitas vezes, os programas tinham todos os seus técnicos demitidos ou remanejados em um período muito curto, o que produzia, temporariamente, uma ruptura onde havia uma conexão, linhas soltas onde havia um nó.

Não pensamos que para a constituição de um modo rede de atuar seja necessária uma permanência indefinida dos profissionais, pois, se fosse assim, seria praticamente impossível constituir uma rede de serviços no município de Cariacica, pelo menos enquanto houver contratos de seis meses. Entretanto, temos que considerar esse como um dos fatores que desfavorecem essa tentativa de constituição.

Esse fator, inclusive, é um dos desafios que se apresentam no projeto de extensão. Muitas vias de conexão entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação constituem-se de forma pessoalizada. Atividades e projetos que conectam as políticas acontecem devido à forma de atuar de alguns profissionais. Por exemplo, o grupo de convivência dos idosos funcionava no CRAS, com a participação de uma assistente social da equipe, uma enfermeira juntamente com alguns técnicos de enfermagem e um professor de educação física.

Recentemente, durante a apresentação do projeto de extensão na Unidade Básica de Saúde (UBS) de Campo Verde, descobrimos que a coordenadora da UBS sequer sabia da existência de um grupo de convivência no CRAS, e muito menos que havia

um trabalho conjunto das equipes. Quando eu trabalhava no CRAS como psicólogo, a presença da coordenadora da UBS no CRAS era constante, em virtude das parcerias que firmamos no grupo de convivência e em alguns outros projetos. Não raro, ao construirmos os projetos dos grupos, já pensávamos na participação dos funcionários da UBS, assim como a UBS utilizava o espaço do CRAS e a parceria conosco para viabilizar alguns de seus projetos.

Em alguns desses momentos, não conseguíamos discernir se o grupo era da UBS ou do CRAS, esse descentramento era um dos efeitos do modo rede de cuidar que se atualizava naquele território. Quando começamos nosso trabalho de campo a UBS já tinha outra coordenadora, e o CRAS não tinha nenhum trabalho conjunto com a Unidade de Saúde.

As parcerias estavam vinculadas à presença das pessoas que as firmaram, saem as pessoas enfraquecem-se as parcerias. Talvez um meio potente de construir um modo rede de atuar seja uma gestão dos espaços públicos que inclua os territórios. Como dissemos no começo do trabalho, pensado no seu uso e juntamente com os atores que os produzem cotidianamente. A equipe da qual eu fiz parte mudou quase completamente, porém, muitos dos usuários que freqüentavam o CRAS naquela época ainda utilizam esse espaço. Alguns idosos do grupo de convivência ainda freqüentam o CRAS, apesar de não haver a tão querida “ginástica”, por falta de professor.

Outro caminho construído é com as escolas da região de abrangência do CRAS. Grande parte da demanda por atendimento psicológico de crianças e adolescentes chegava através de encaminhamentos realizados pelas escolas. Algumas vezes, os projetos do CRAS envolviam a participação das escolas, com convites formais e disponibilização de vagas nos projetos e oficinas, notadamente os projetos da brinquedoteca.

Tem escola que não dá muita atenção, às vezes a gente tem que cobrar, ligar muitas vezes, insistir. Mas tem escolas que elas mesmas fazem questão de fazer essa parceria com a gente, que elas acham que é indispensável. Então elas procuram estar sempre nos ajudando, tem escolas daqui da região que nem o Virgílio, Virgílio Schwab, que é uma das escolas que mais tem nos dado apoio desde que nós começamos a

desenvolver parcerias, e tem sido assim, muito bom trabalhar com eles, nós também adquirimos a troca de experiência (FUNCIONÁRIO5).

Quase sempre, a parceria ficava reduzida ao encaminhamento. O acompanhamento e a continuação dos trabalhos se davam separadamente. Os projetos não eram construídos de forma conjunta, mas, a escola participava encaminhando os alunos. Quando fomos apresentar o projeto de extensão na escola citada pela funcionária, ouvimos perguntas como: O que faz o CRAS? O que os psicólogos do CRAS fazem?

Entendemos esse desconhecimento como um efeito da fragmentação das políticas públicas em Cariacica, fragmentação que também se atualiza no território produzindo distanciamentos e ruídos nas comunicações. A escola Virgílio Schwab é a mais próxima do CRAS, muitas famílias cujos filhos estão matriculados na escola são acompanhadas no CRAS, às vezes, as próprias crianças. O que faz o CRAS? A distância, percorrida facilmente caminhando, torna-se enorme no que diz respeito à informação e à comunicação.

O CRAS de Campo Verde faz conexões com as escolas, com as UBSs, com as comunidades de sua área de abrangência, com o Conselho Tutelar, mas, como são essas conexões? O que elas produzem? O CRAS funciona como ponto de convergência e bifurcação de políticas públicas, entretanto, as vias de conexão fragilizam-se no que diz respeito à informação e comunicação. A gestão da vida passa também pela gestão dessa rede.

Uma rede que conecta e atravessa as vidas gestadas em Campo Verde. Rede que ora produz fragmentação, ora fortalece conexões no território. Que atravessa o CRAS e o produz também, em alguns aspectos como ponto estratégico de conexão, em outros como “ponto cego”, um ilustre desconhecido que mora ao lado. É chamada de ponto cego a parte invisível no retrovisor dos automóveis, a parte que não é vista, mas, não deixa de existir, e que normalmente está ao seu lado.

Entendemos necessário discutir um pouco mais a noção de rede, pois esse termo tem sido utilizado amiúde para qualificar modos de gestão e organização. Já

descrevemos a rede como sistema acentrado e constituídos de nós. Entretanto, gostaríamos de apontar para modos de funcionamento dessas redes que podem fazer delas redes quentes ou frias (BENEVIDES; PASSOS, 2004).

As redes frias são aquelas que insistem em um funcionamento que denota uma verticalização, ou mesmo uma centralidade. É uma forma de funcionar que destoa da própria definição de rede, já que a rede prescinde de centro, regulação ou comando. Suas conexões se dão ‘condicionando sem determinar’ outras conexões.

Se toda rede opera de modo descentralizado, se ela se forma sem uma central de gerenciamento, como é que ela pode se dar de cima para baixo? De fato, há uma dissonância interna nesta idéia de uma rede fria, pois esta definição comporta o absurdo de supor um funcionamento em rede onde insiste a função de um centro (BENEVIDES; PASSOS, 2004, P. 12).

Insistimos no caráter heterogenético da rede, que aponta para multiplicidades e processos de singularização. A rede é atualização de coletivos e não forma de organização hierarquizada homogeneizante. O que não quer dizer que não existam redes, ou modos de funcionar em rede que tentem afirmar uma centralidade regulatória dos processos que se atualizam no real. Como é o caso do Capitalismo Mundial Integrado (CMI), que aponta para um centro vazio e virtualizado que determinaria toda variação.

Experimentamos atualmente redes que se planetarizam de modo a produzir efeitos de homogeneização e de equivalência. A globalização neo-liberal é uma rede fria e de cima para baixo porque sua lógica é a do capital enquanto equivalente universal ou sistema de equalização da realidade. Já a rede quente se caracteriza por um funcionamento no qual a dinâmica conectiva ou de conjunção é geradora de efeitos de diferenciação, isto é, trata-se de uma rede heterogenética (BENEVIDES; PASSOS, 2004, P. 12).

3.6 OS CRAS GIRANDO O CALEIDOSCÓPIO: DINÂMICAS E HISTÓRIAS NO CRAS.

A dinâmica de funcionamento do CRAS, uma de nossas questões para os entrevistados, era muito interessante, como veremos seguindo.

Eu conheci uma senhora lá de cima de Cariacica, ela chegou aqui um dia, sentou ali, eu comecei a conversar e ela não dando muito assunto, mas depois ela acabou desenvolvendo o seu pensamento e resolveu conversar. Aí ela falou comigo assim: olha, eu acho que os políticos, ela falou, deveriam fazer uma lei lá no congresso, aquele que quiser morrer tem o direito de morrer. (silêncio) porque eu sou uma candidata a morte, eu queria morrer. Aí eu falei com ela assim, a senhora desculpa de eu até ser o contrário da senhora, porque nós temos as nossas autoridades, nós temos os nossos políticos para defender a vida. Porque... até hoje não entrou a pena de morte no Brasil porque nós defendemos a vida (FUNCIONÁRIO2).

A mesma pessoa com quem o funcionário – que não era psicólogo – conversou, segundo ele, tempos mais tarde estaria com outros pensamentos em relação à própria morte. Ele atribui ao trabalho do profissional de psicologia que a atendeu, que ele já não se lembrava qual tinha sido, mas o que observamos claramente no relato é que a intervenção não começou quando a usuária encontrou o psicólogo. Mesmo esse trabalho que seria uma suposta atribuição do psicólogo era realizado de uma forma sobre a qual não se tinha controle, era a equipe que atendia, e não a chamada equipe técnica, mas a equipe do CRAS.

No mesmo caminho dessa intervenção notamos na fala de outro funcionário um modo de funcionar que se atualiza no CRAS de Campo Verde que destitui de certa forma o *psi* do lugar de quem sabe sobre as questões “subjetivas”, “íntimas” ou mesmo “psicológicas” afirmando que as práticas *psi* se atualizam no fazer cotidiano dos profissionais, e não são propriedade dos psicólogos.

A recepcionista vai verificar qual a necessidade da pessoa, pra qual profissional ela vai ser atendida ali, que se encaixa melhor no problema, vai encaminhar essa pessoa ao profissional e ele vai atender. Podendo ele resolver o problema dela, ele resolve ali: ele insere em algum grupo, ele encaminha pra algum curso ali mesmo, ele coloca, ele insere num projeto de cesta, faz uma visita domiciliar pra poder acompanhar (FUNCIONÁRIO3).

Essas duas falas não são de pessoas da equipe técnica (assistente social e psicólogo) como fica claro, mas essas pessoas participam do circuito que os usuários percorrem quando começam seus atendimentos no CRAS. São pessoas que moram na comunidade e que conhecem de outra forma – que não a da “equipe técnica” – as questões que os usuários enfrentam. Vale ressaltar que nenhum dos psicólogos e assistentes sociais da equipe moravam na região, e todos os outros

componentes da equipe sim, inclusive a brinquedista e a ASG que foram demitidas por corte de pessoal.

No caso da brinquedista vários acompanhamentos de grupos que funcionavam no CRAS eram de responsabilidade dessas profissionais, além da elaboração dos projetos e planejamento das atividades da brinquedoteca que eram realizados junto aos psicólogos. Além disso, a função para a qual elas eram contratadas era a de auxiliar de serviços educacionais, e ambas tinham experiência em educação, formação em magistério e muita experiência no trabalho que desenvolviam.

Como o funcionário¹ mencionou anteriormente, trabalhar nos CRAS é desfazer-se da fixidez de função. Dessa forma, normalmente, quando a recepcionista tinha que se afastar por algum motivo, quem não estava acompanhando um grupo, ou atendendo, ficava na recepção. Muitas vezes as brinquedistas cumpriam essa tarefa. Sem recepcionista, sem uma brinquedista, sem psicólogo, sem uma das ASGs, sem uma das assistentes sociais. Como não se deixar morrer?

Bom, o trabalho deles, além de atender, muitas vezes tem que ser recepcionista, muitas vezes tem que ser assistente social, porque eu já vi caso de psicólogo ter que ajudar a assistente social porque a demanda é grande, às vezes muita gente, reuniões de cesta básica, às vezes um assistente social só não dá conta. Porque aqui tá só um assistente social, só um psicólogo, então dificulta o trabalho. Então tem que ficar assim: uma hora é recepcionista, uma hora é assistente social, então assim, faz de tudo na verdade. Coitado, faz de tudo (FUNCIONÁRIO7).

Esse modo de fazer sem função específica tanto coloca em xeque alguns especialismos como permite, muitas vezes, que o CRAS funcione mesmo na escassez. Não entendemos que esse modo de funcionar tenha esses objetivos, mas seu funcionamento produz esses efeitos. Neste trecho da entrevista o funcionário fala dos psicólogos, entretanto, essa mobilidade funcional não é privilégio de ninguém no CRAS de Campo Verde. O modo coletivo que se atualiza no CRAS III atravessa, de uma forma ou de outra, a todos.

[...] ontem mesmo foi o funcionário 5: 'olha, ela veio pra BPC, eu esperei do funcionário¹, mas, ela atrasou o atendimento e não ia dar pra fazer o cadastro, eu peguei o endereço, o telefone, preenchi a primeira parte do cadastro e coloquei que ela veio querendo BPC'. Você faz o que for preciso. Eu falei, é... meio caminho andado. Não era isso que a gente pretendia,

mas, enquanto nós tivermos profissional assim, desse jeito, igual ao funcionário 6, cumprindo 6 horas, depois que ela vai embora, se eu não estiver aqui... Aí eu entregando cesta fora do CRAS, então não tem... tem muitas coisas que acontecem que não deveriam estar acontecendo, mas, em função de não termos a equipe completa (FUNCIONÁRIO 4).

O funcionário 5 a que se refere nossa entrevistada não é assistente social nem psicólogo, porém, havia um trabalho a ser feito, ela entendia como funcionava em parte, e deixou 'meio caminho andado'. O trabalho perde o dono, o proprietário, o encarregado, deixa de ser o trabalho de alguém para se tornar um trabalho da equipe.

Podemos notar, contudo, que essa via de construção não é tão valorizada pela equipe. Tanto o 'coitado' que faz tudo, como 'as coisas que acontecem que não deveriam acontecer' são efeitos de um modo de operar que permite desmanchar alguns contornos, desfazer alguns especialismos e, principalmente, construir uma grupalidade. Um modo de operar que se atualiza no território que faz a vizinha levar ao atendimento o filho da mãe que está trabalhando; a comunidade cavar a vala para escoar o brejo e garantir a construção do loteamento; uma vizinha acompanhar a outra que não sabe dizer o que quer.

[...] poder ouvir. a gente não podia. Mas, tinha pessoas que chegavam lá tão aflitas que não conseguiam. A gente pedia e continuava falando e tal. E eu acabava ouvindo, entendendo alguns problemas, me comovendo com aquilo, fazia uma espécie de triagem né. Às vezes, eu já via ali qual assistente social ia se comover mais com a história, que ia entender a história e ia se comprometer mais, e já passava pro profissional. Algumas pessoas já chegavam pra ser atendidas pela assistente social, eu já via que já tava em depressão, pela forma que falava, já entrava antes, já falava com a assistente social que precisava de um psicólogo, a gente já encaixava numa agenda. Algumas pessoas nem entravam né, já chegavam lá às vezes num tinha, às vezes a agenda não tava aberta, mas eu via o problema sabia que a pessoa tava mesmo precisando e acabava marcando psicólogo mesmo assim. Então acabei me envolvendo mais com o público do que o simples rótulo de recepcionista (FUNCIONÁRIO 3).

A recepcionista fazia a triagem, conhecia o modo de operar dos técnicos, encaminhava de acordo com a demanda e com os conhecimentos de que dispunha. Cabe, porém, questionar se essas demandas eram problematizadas, se o acolhimento se pautava na queixa-conduta e como eram acolhidas essas demandas no CRAS.

Lembremos que essa funcionária é moradora antiga da região. Em muitos casos ela funcionava como uma segunda fonte de consulta. Às vezes explicava o que estava acontecendo em determinada família e que o usuário tinha receio de comentar no atendimento, às vezes relatava condições de vida que desconhecíamos. Institucionalmente tinha o cargo de recepcionista, mas como ela mesma disse, não se restringia a cumprir apenas essa função.

Além disso, tem a questão dos que “sabem mais”, as relações de saber/poder que são estremecidas nesse jogo de forças em conflito no CRAS de Campo Verde. Os ditos técnicos têm uma profissão graças a um curso superior, fizeram faculdade, artigo de extremo luxo naquela região. Por isso, muitas vezes, são considerados os ‘brancos’ que chegam a Campo Verde com o saber.

Eu até brinco e falo assim: poxa, fez curso superior pra poder voltar lá atrás e ser recepcionista, e telefonista e tudo! Mas já, assim, como é que eu diria, já vi psicólogo dando até oficina, exatamente pela falta de oficineiro. Muitas vezes quer dar uma atividade para aqueles atendimentos deles ali, já vi dando oficina, fazendo algum trabalho fora assim. Fazendo almoço muitas vezes, porque eles não têm um café que vem pra eles, sabe? Não tem lanche... Aí dá pra se ver a dificuldade que muitas vezes se tem, né (FUNCIONÁRIO7).

Havia esses deslocamentos que aconteciam de vez em quando, como havia também os dias de evento. Os eventos aconteciam em datas comemorativas como o dia das crianças e o dia da mulher. Nesses eventos o trabalho era de todos: tinha que encher as bolas, arrumar a mesa, organizar as cadeiras no salão, enfim, sobrava pra todo mundo, do coordenador ao vigia. E, muitas vezes, quem organizava o pessoal eram as brinquedistas.

A limpeza no fim do evento também envolvia a todos, era pé no chão, vassoura ou rodo nas mãos e muita lama para retirar. Quem coordenava eram as auxiliares de serviços gerais, que tinham mais experiência em limpeza. Todos participavam, e não raro, saíamos depois do fim do expediente para que o trabalho fosse realizado e o CRAS estivesse em condições de uso no dia seguinte. Os eventos funcionavam como analisadores das relações de poder que produziam o CRAS, ao mesmo tempo em que agenciavam outros modos de construção do trabalho.

ah... sempre que a gente que não tem estudo é a limpeza mesmo né...(risos) é geralmente é isso né? A pessoa que não tem estudo vai pensar o que? Vou trabalhar atendendo na recepção? Ou em outro recanto, em outra sala por aí, né? Então meu destino é a limpeza mesmo, é a faxina né? (FUNCIONÁRIO8).

Como dissemos, os eventos funcionavam como analisadores, colocando em análise a instituição administração e a instituição saber, por exemplo. A mesma pessoa que não via outra possibilidade de trabalho no CRAS que não a limpeza, coordenava a equipe toda após os eventos. As pessoas 'com mais estudo', os técnicos, enfim, todos os envolvidos na limpeza e organização do CRAS após o evento. E quando não tinha recepcionista, elas trabalhavam na recepção também. A flexibilidade nas funções funcionava como estratégia para a continuidade dos serviços.

Porque quando a equipe está completa o atendimento é até feito maior. Às vezes quando ela vai pra lá, pedindo psicólogo, a gente já faz um cadastro, conversa com ela, pra ver mesmo o que está acontecendo, e aí oferece até uma outra atividade. Às vezes, a gente vê senhoras que estão dentro de casa, mas sabe que talvez não seja só o psicólogo, se elas viessem para uma oficina para estar conversando, vai diminuir a demanda do psicólogo, e dá para a gente trabalhar dentro. Igual esse grupinho da 2ª feira, que é das idosas, tem gente mais nova, e aí, com ele, o que a gente consegue fazer? Você puxa ali, que elas trazem mil comentários, e, às vezes, coisas que estão acontecendo com elas também. Então fica muito mais rico do que: 'ah, hoje vou falar sobre o estatuto do idoso, hoje vou falar sobre a lei Maria da Penha'. E aí você trabalha aquela lei ali, mas depois que você tira delas: você sabe que você pode fazer isso não é? Não pode ficar calada [...]

(FUNCIONÁRIO4).

O modo de construir os trabalhos nos grupos também buscava acompanhar as questões relativas ao cotidiano das pessoas, e dessa forma, os usuários tornavam-se atores na construção do trabalho. Mais uma vez observamos que os lugares não eram tão fixos, e que as propostas dos grupos tinham como vetor fundamental as questões que emergiam no seu fazer, sempre que isso era possível. Pois, quando a equipe estava muito desfalcada, como aconteceu durante o trabalho de campo, mesmo a realização dos grupos ficava comprometida.

O CRAS, de certa forma, vai experimentando a escassez de recursos que os usuários vivenciam em seu cotidiano, vai se tornando uma casa sem arrimo, um lar sem família, sem água potável, sem gente para atender os usuários, sem o 'mínimo do mínimo'. Como já foi dito, trabalhei naquele território por cerca de um ano e meio, e foi no encontro com esse território que surgiu a necessidade de realizar esta

pesquisa. Havia algo que me inquietava, mas, não ganhava forma. Lembro-me de uma orientação em que uma companheira de mestrado falava de suas inquietações como se pudesse aplacá-las, “quietá-las”. Nessa época discutíamos sobre a inquietação como vetor subjetivo e pensamos que ela (a inquietação) cumpria bem sua tarefa: a inquietação nos inquieta!

Então, que fique claro, não é para aplacar a inquietude que fazemos esse trabalho, mas antes, a inquietude nos perturba para fazê-lo, e certamente não nos deixará quietos, como na música do Rappa: “porque paz sem voz é medo”. Dizíamos no nosso primeiro trajeto ‘do Mestre ao Lenço’, parafraseando Kafka, que queríamos escutar as vozes acotoveladas. Dentre as múltiplas vozes que ouvimos na confecção deste trabalho, as que pareciam inaudíveis eram justamente aquelas que faziam com que continuássemos.

Lembro-me de uma pessoa acompanhada no CRAS, uma mulher, mãe de 3 filhos, cujo marido recebia uma aposentadoria por invalidez (de um salário mínimo) e pagava pensão para um filho de seu primeiro casamento. Ela vivia um certo dilema em relação à sua casa, que era alugada e cujo aluguel, não raro, ela atrasava meses para pagar. Ela contava como fazia para alimentar as crianças. Ela descobriu em uma feira alguns feirantes que jogavam fora o que sobrava no fim da manhã, tomate, chuchu, batata, cebola, o que sobrasse ela pegava.

Além da feira, havia uma peixaria que fazia o mesmo. Se até certa hora do dia não vendesse, eles dispensavam. Ela ia à peixaria e pegava as sobras. Nesses dias era mais difícil, pois muita gente nos ônibus reclamava do cheiro de peixe, nem sempre em bom estado de conservação. Ela levava para a comunidade e vendia, logicamente a um preço muito inferior ao que seria comprado na peixaria. Mas, a partir de certo momento ela percebeu que não estava dando certo vender. A maioria comprava “fiado” e muitas pessoas não pagavam, ela então resolveu doar, já que o peixe deveria ser consumido logo, e a quantidade que ela trazia era muito grande para uma família só. Alimentavam-se de boas sobras.

Foi interessante o percurso que ela fez para chegar a ser acompanhada no CRAS. Ela foi em busca da cesta básica, mas tinha 23 anos, saúde, e o número de cestas era limitado. Ela então começou a participar de um grupo de mulheres. Tempos depois ela ligou para o CRAS, pediu para falar conosco, e avisou que levaria uma amiga. Geralmente, havia um percurso: da recepção, à entrevista psicossocial, ao grupo. E quem disse que o percurso dessa mulher era o mesmo do CRAS? É claro que ficamos exultantes com a intervenção que ela produzia no nosso modo de operar, porque além de tudo a pessoa que ela trouxe era alcoolista, um público que dificilmente conseguíamos atingir, mas principalmente, as linhas que conduziam a nossa pescadora começavam a ganhar espaço na “casa da família”. Rompendo alguns funcionamentos mais rígidos, desestabilizando alguns especialismos, e fazendo com que ouvíssemos um pouco mais claramente: nós não desistimos.

Quando eu estava começando o trabalho de campo, primeira visita, eu conversava com uma ex-colega de CRAS e ela dizia que estava sobre sua mesa mais um daqueles casos:

Hoje eu vou à casa de uma mulher que tem 5 filhos e está grávida de mais um. Ela disse que seu marido jogou todos os seus remédios fora, e que ele deve gostar muito de ter filhos. É... gosta mais ou menos, porque quando ele enche a cara, bate nela e nas crianças. Ele falou até que pediu contas na Lavrita (empresa onde trabalhava) para poder ficar mais com ela e com as crianças. Vou lá pra ver miséria, não sei o que fazer... às vezes, penso em aconselhá-la a dar os filhos mais novos. A filha mais velha, que tem uns 15 anos, fugiu pela 3ª vez. O conselho quis levá-la para a casa de passagem, mas a coordenadora de lá não quis. Disse que ela tem casa e família, por que separá-la da família? Se ela fugiu de casa 3 vezes, por que não fugiria da casa de passagem? Eu não tenho o que fazer, mas vou (FUNCIONÁRIO4).

Essa linha de produção de vida que atravessa tanto a comunidade como o CRAS tem como efeito um certo tipo de aposta: a aposta em possíveis⁶¹ mesmo quando estes parecem distantes. Não é um “saber o que fazer” que move os sujeitos, é talvez um pulso de vida, a resistência como força afirmativa de luta. Em muitas situações, para não dizer em quase todas, não sabíamos o que fazer, mas, sem perceber o que se dava em nós, essas lutas cotidianas se atualizavam em nosso

⁶¹ Possível aqui não diz respeito a possibilidades, tampouco, a um campo previamente delimitado. Heckert e Neves (2010) tomam de Zourabchivli a noção de possível e afirmam que os possíveis só existem quando são criados. São produções que desestabilizam as fronteiras dos determinismos.

fazer movendo-nos em uma direção que desconhecíamos. O que sentíamos, possivelmente, era o cheiro vivaz da batalha, ou talvez, esperássemos outro encontro com as vozes acotoveladas, vozes silenciadas pelo modo hegemônico de subjetivação capitalístico.

Quando dizemos resistência como força afirmativa, nos referimos à capacidade de insistir, de incomodar, ainda que sejam acotovelados, ainda que os deixem morrer, ou os façam viver precariamente. É um pulso de vida que não se esgota e que muitas vezes encontra na solidariedade seu substrato de persistência, como nossa pescadora de fim de feira, como tantos outros com os quais convivemos nesses breves meses de atuação como psicólogo e como pesquisador.

3.7 HISTÓRIAS E VIDAS

Se fosse imprescindível dizer um motivo para estar fazendo esta pesquisa, eu diria que foi pelo que o CRAS produziu em mim. Recém formado eu cheguei ao CRAS para atuar como psicólogo, imaginando o que eu poderia fazer. Eu sabia que teria que trabalhar com grupos, algo que eu já havia feito na graduação, e que realmente me encanta. Entretanto, desconhecia os meandros da Assistência Social, achava que já conhecia a miséria, devido à minha própria história de vida. Sempre estudei em escola pública e minha família nunca foi abastada.

Além disso, estudei e trabalhei no Projeto Universidade Para Todos (PUPT) e lá tive contato com muitas vidas gestadas em meio à precariedade de recursos e de políticas públicas, notadamente, de educação. Fiz questão de estudar no PUPT mesmo tendo conseguido uma bolsa de estudos em um colégio particular da Grande Vitória. Lá, no PUPT, eu me sentia à vontade.

Quando fiz o pré-vestibular eu pude perceber que a competição imposta pelo nosso atual sistema de acesso às Universidades Públicas não era o único modo de acessar uma vaga. Muitas vezes, fizemos rifas para comprar uma cartela de passes escolares para que alguns colegas não tivessem que se afastar durante todo o mês.

Outras tantas, formávamos grupos de estudo porque alguns não tinham como comprar as apostilas. A solidariedade foi um dos vetores que nos constituíram, nos permitiram, a mim, e a tantos outros, estudar em uma universidade pública.

Em muitos momentos no CRAS eu senti esse cheiro conhecido, cheiro de coletividade e de solidariedade. Senti também o cheiro das misérias que o capitalismo produz incessantemente, e aquilo que eu pensava conhecer, revelava-se muito pior. Conviver em meio a tudo isso me desfez, me reconfigurou e me permitiu perceber que uma luta me produzia constantemente. Fazendo-me aliado, sem me consultar, dos movimentos de coletivização e solidariedade.

Deixar de fazer parte da equipe do CRAS como psicólogo foi extremamente difícil, pois o cheiro dessa batalha que produz alianças em meio ao individualismo, solidariedade em meio à competição, vida em meio à miséria, é o meu perfume favorito. No CRAS, essas lutas se atualizavam e nos fortaleciam quando faltavam os recursos, ou mesmo quando faltavam forças para enfrentar tanta iniquidade.

Os casos que eu citei foram alguns entre tantos que chegavam todos os dias naquele CRAS, alguns fragmentos de histórias que se compuseram naquele território, e que, certamente, me compuseram também. Eu também cheguei como branco em Cariacica, mas as vidas que ali se constroem me mestiçaram. Não é o branco da chegada que se tornou pesquisador para relatar a outros brancos o que acontece sob o lenço do Moxuara, mas o mestiço que se forjou sob a sombra do gigante de pedra.

Essa história engendrada nos encontros no CRAS de Campo Verde não é a única, também é uma entre outras tantas.

Da minha casa para cá? Eu venho de ônibus, venho de Jardim da Penha, passo ali pela beira mar, a beira mar todinha, pelo Centro da Cidade, Estação Pedro Nolasco, e terminal, e venho para cá. (...) Eu fico comparando coisas assim, que eu não me dava conta, coisas que eu achava muito normal, de calçamento, de lugar assim, mais estruturado, pra vender as coisas e tudo. É tudo muito improvisado. Aqui principalmente, um lugar com uma coisinha assim, com uma barraquinha eles já consideram uma lojinha, uma casa com um lugar que a pessoa separa no fundo, que eu até já fui na casa de uma senhora que ela vende Jeans, vende as coisas,

ela colocou umas prateleiras, e ali já é a loja dela. Para mim, eu fiquei meio em choque com essas coisas, não tinha visto de perto, claro que eu sei, não sou alienada da vida de não saber que existe, eu sempre soube que existe, só que outra coisa é quando eu fui pessoalmente (FUNCIONÁRIO1).

Essas histórias de que ouvimos falar ganham forma, nome, cheiro, etc. no CRAS, comprometendo-nos os horizontes, dando outras dimensões para o que pensávamos ser dificuldade, miséria, fome, etc. Viver ganha dimensão de luta cotidiana para garantir o mínimo necessário à sobrevivência. Uma luta para não deixar escapar os fios que sustentam a vida.

Eu já fui pra visita domiciliar. E aí eu entendi que quando a pessoa fala que não tem nada, é nada mesmo! Às vezes, não tem nem um colchãozinho pra deitar, um lugar direito pra sentar, às vezes, não ter nada é nada mesmo! Eu não imaginava assim. (...) é um nada bem diferente do nada de Jardim da penha, Praia do Canto, é um nada, nada mesmo! É uma situação que você sai e imagina: eu não tenho problemas, eu acho que eu não tenho problemas (FUNCIONÁRIO1).

A fragilidade e ao mesmo tempo a força que essas vidas expressam produzem deslocamentos em nós, desterritorializam-nos. Como brancos que chegam àquelas terras, somos despossuídos de nossa brancura, nossos corpos são marcados pelas lutas e pelas vidas que produzem aquele território. Mas podemos também fazer essas histórias sumirem sem deixar vestígio, como diz Luis Antonio Baptista (1999). Este é o fio da navalha das/nas práticas de assistência e em quaisquer outras no campo das políticas públicas.

Essas histórias não se separam da história que se produz no CRAS, e da história do próprio CRAS, já que o CRAS também é produzido nesse território. Ele é criado com uma proposta, porém, essa proposta também se cruza com as linhas de composição das vidas que produzem o território.

Bom, o CRAS ele foi implantado em Julho, começou em julho de 2004 no Bubu. Era um bar chamado bar do Chiquin, e depois mais no final de... foi dividido, o CRAS foi dividido entre o PETI, e esse mesmo bar, uma parte funcionava o PETI e duas salas eram do CRAS. Isso ficou até outubro quando inaugurou aqui em Campo Verde. Em outubro nós fizemos a mudança pra Campo Verde, que aqui seria o Centro de Múltiplo Uso, também do governo federal. Cariacica foi contemplada com dois, um aqui e outro em Padre Gabriel, só que não tinha lógica um Centro de Múltiplo Uso que ofereceria para a comunidade cursos, e logo no outro bairro ao lado, vizinho, coladinho ali, um CRAS sem ter estrutura nenhuma, nenhuma (FUNCIONÁRIO4).

O CRAS começa a funcionar em um bar, os usuários até evitavam ir ao CRAS porque se ouvia o que era conversado do lado de fora. As paredes eram divisórias que não chegavam até o teto. Um lugar que a pessoa separa no fundo da casa torna-se uma lojinha, uma barraquinha é considerada uma lojinha.

Não, a gente já tinha falado, é gato! É gato! Mas, ninguém fazia nada. Só fizeram a partir do momento... porque quando a excelsa veio ligar, olhou que o padrão não era compatível, alguma coisa assim, e tinha que mudar não sei o quê, aí por isso que demorou mais um pouco, mas só a partir daí. Foram, assim, muitas emoções (risos). Lá no bar do Chiquin não tinha ninguém para limpar, quem limpava era a equipe técnica. Assim, no início tinha, aí quando chegou agosto... de agosto não, de janeiro quando assumiu o outro prefeito não mandou ninguém. Aí ficou por nossa conta a limpeza até outubro quando a gente veio pra cá. Aqui tivemos que acionar a comunidade para poder limpar, porque a empresa deixou assim de poeira... era muita! (FUNCIONÁRIO4).

Não tem como limpar o CRAS, a comunidade é acionada. As duas auxiliares de serviços gerais que trabalhavam no CRAS, quando eu era um dos psicólogos, participaram desse mutirão. 'Eu tive que vir porque ela já veio três vezes aqui e ela não sabe dizer o que ela está querendo, então eu vim acompanhando'.

Algumas vezes essas histórias escritas a tantas mãos ganham também seus donos nas falas dos funcionários. A história e as conquistas são também privatizadas no CRAS, assim como na reunião com a comunidade e nas disputas político/eleitorais da região.

Não, porque a comunidade até então nem sabia direito o que seria isso aqui. O prédio foi uma conquista de *uma liderança comunitária*, que na época era do AMUCABULI⁶², e que pediu para essa região. E o outro seria em Nova Rosa da Penha, mas, eu não sei por que cargas d'água levaram para Padre Gabriel. Eu acredito também que é porque tem muitas coisas dentro de N. Rosa da Penha, tem alguns projetos que funcionam lá. Padre Gabriel, na realidade, não tinha nada (FUNCIONÁRIO4).

Histórias de lutas que, certamente não foram solitárias, mas, solidárias e compostas de muitas pedras duras, de rejunte e de argamassa. Essa não é a história dos vencedores ou dos vencidos, é a história das lutas e dos lutadores, que seguem lutando e produzindo histórias. Privatizar essas histórias é expropriá-las de sua

⁶² Associação de Mulheres Unidas de Cariacica Buscando Libertação.

impessoalidade, é roubá-la em sua potência desestabilizadora dos modos hegemônicos de gerir a vida.

Se no CRAS III atualizam-se movimentos de coletivização e solidariedade, em muitos momentos, as linhas duras de constituição do território atualizam um modo de funcionar privatizante e individualizante. O coletivo se esvazia dando lugar a nomes e pessoas que se tornam donos das lutas, dos embates, da história. Histórias em que eles mesmos são forjados, que os objetivam e produzem o território e seus usos.

Lembro-me de uma pequena usuária de aproximadamente oito anos. Em nosso primeiro encontro ela falava de sua indignação em relação à grafia do nome Moxuara. Ela dizia que era com “x”, e não com “ch” como as professoras da escola pretendiam que ela escrevesse. Segundo ela, sua família morava ali, naquela região, há muitas gerações, e o nome sempre foi escrito com “x”, então, as professoras, que não moravam ali queriam dizer a ela que era com “ch”.

Entendemos esse movimento de indignação como uma recusa a “branquear” a história forjada por tantas mãos mestiças. Quem disse que Moxuara se escreve com “x”? Segundo ela, era escrito com “x”, e ponto. Essas histórias forjadas no tempo e nos corpos das pessoas não precisam de dono. Dono da história é coisa de branco, do capitalismo, das sobrecodificações capitalísticas, do modo indivíduo que se atualiza inclusive no cotidiano do CRAS de Campo Verde.

4 COMO SE FOSSE POSSÍVEL CONCLUIR, OU, APENAS MEIO PÃO

Era uma quarta-feira, às nove e trinta como de costume. Aquela mulher, cujos suspiros curtos desafiavam os melhores prognósticos, já esperava. Parecia uma quarta como outras, não fosse meu corpo alquebrado e dolorido. Recentes acontecimentos haviam me retirado as forças.

Apesar de ter sido dispensado, eu fui trabalhar, justamente por causa dela. Aquela mulher, que se movia lentamente, me impedia de desmarcar o atendimento. Ela tinha um gravíssimo problema congênito de coluna, uma deformação que comprimia os órgãos internos, inclusive os pulmões e o coração. Ela relatava respirar com trinta por cento da capacidade de um único pulmão adulto.

Em virtude desse problema ela foi afastada do trabalho como cobradora em uma empresa local de ônibus. Constantemente ela realizava consultas periciais para avaliar a possibilidade de retomar o trabalho. Porém, os médicos eram enfáticos em recomendar que ela deveria permanecer em casa, não deveria sair se não fosse um caso de extrema necessidade e em hipótese alguma poderia trabalhar em um coletivo. Pois o balanço do ônibus desgastava ainda mais sua coluna e poderia até causar sua morte subitamente.

Ela tomava um coletivo para ir ao CRAS, além disso, o trajeto do ponto de ônibus até o Centro de Referência era uma caminhada longa e perigosa para ela. Como desmarcar? O que eu não sabia, é o que aquele encontro produziria em mim. Vez que outra, ela se referia ao filho nos nossos encontros.

Essa mulher nunca teve um relacionamento estável, mas tinha relações eventuais. Ela queria muito ter um filho, e conseguiu com um de seus parceiros. Sua gravidez, obviamente, foi de extremo risco, mas contrariando seus familiares e todas as expectativas, ela levou a gestação a termo. Seu filho, à época do acompanhamento, contava onze anos.

Sua grande preocupação era a morte iminente. A falta de ar, o coração frágil e a coluna curvada insistiam em avisá-la que a qualquer momento seu corpo poderia deixar de funcionar definitivamente. O que seria de seu filho? Pensava ela. Como ficaria sua educação? Ela respirava tão fundo quanto podia e não se deixava paralisar. Semanalmente, às quartas-feiras, ela ia ao CRAS e falava dos cursos que estava pensando em fazer. Lembro-me bem do curso de corte e costura.

Ela fazia as contas de quanto deveria cortar em suas despesas para comprar a máquina, o que deveria deixar de comprar, em que seria possível economizar, mas todos os cursos que encontrou tinham uma escada para subir, um ônibus para pegar e eram caros para suas possibilidades.

Naquela quarta-feira ela me contava sobre o filho. Falava de como ele estava crescendo e se tornando um homem, e pensava em estratégias para deixar algum patrimônio para ele. Ela tinha urgência em fazer por ele, no tempo que ela dispunha, tempo indeterminado e fugaz, o que ela julgava fundamental para que ele prosseguisse na vida com dignidade. Dava-lhe escola, carinho, atenção, e, às vezes, meio pão.

Meu corpo alquebrado ouvia sem se dar conta do que ela enunciava. Nas palavras dela, pelo menos, como elas ficaram em mim:

Eu me preocupo com ele, sabe? Eu sei que ele está na adolescência, em fase de crescimento, e que adolescente come muito mesmo. Mas, às vezes, ele acaba de lancher e me pede outro pão. Às vezes, eu até tenho um pão pra dar, mas eu dou só meio pão, porque não se pode ter tudo o que se quer nessa vida. (COSTUREIRA DE SONHOS, 16 de abril de 2008)

Essas palavras, vindas daquela mulher, fizeram vibrar meu corpo, que, de alquebrado que estava passou a experimentar um certo viço. Se o brilho não retornou imediatamente aos olhos, meu corpo pôde perceber que nada mais havia acontecido que não a vida me concedendo meio pão. E que isso não era para me enfraquecer, mas, para forjar um modo de vida capaz de continuar respirando mesmo quando só resta trinta por cento de um pulmão. Continuar lutando sem nunca se conformar com as impossibilidades que a vida nos impõe. Continuar

afirmando a vida como criação de possíveis mesmo que todos digam que o melhor é ficar quieto em casa.

Por que falar dessa história neste momento do trabalho? Esta pesquisa de mestrado ganhou, como dissemos anteriormente, contornos pintados por muitas mãos aliadas. Mãos que também desfizeram contornos e ensinaram seu fazer desta e não de outra forma. As questões que me tomavam fizeram-se outras em mim, junto daqueles que me fizeram outro de mim mesmo.

O trabalho dos psicólogos nos CRAS de Cariacica fez-se práticas *psi* no CRAS de Campo Verde; o CRAS deixou de ser um ponto de partida para constituir-se em um efeito entrecortado por artes de governar; os usuários empobrecidos tornaram-se um “povo miséria necessária”; e o CRAS pôde deixar de ser centro para tornar-se um ponto de conexão em uma rede.

Fazer este trabalho foi caminhar por entre nuvens e lenços que, apesar de frágeis, encobriam as paisagens deslumbrantes de vida abundante. Foi desfazer o caminho percorrido tantas vezes como trabalhador para fazê-lo como pesquisador. Foi desfazer-me dos modos endurecidos de analisar a Assistência Social para encontrar práticas e regimes de verdade que a objetivam.

Mas, foi um caminho, um pesquisador, uma pesquisa. Não se pode ter tudo o que se quer nessa vida, este trabalho não analisou todas as questões que se colocam de forma premente no CRAS de Campo Verde, e isso não se dá em uma via de enfraquecimento, perda, ou falta, é antes força que nos move em determinadas direções inesperadas, nos faz produzir caminhos ao caminhar.

O caminho não existia antes de nos aventurarmos. O Campo Verde produzido aqui já não está lá. Ele é, como sinalizamos ao falar do território, produzido cotidianamente. Realizamos uma pesquisa que expressou movimentos na Assistência Social que desconhecíamos. A Assistência, campo de saber e práticas, revelou-se marcada por linhas heterogêneas de construção que apontam as artes de governar como um vetor fundamental em sua constituição. Diríamos mesmo que a

assistência se mostrou, neste trabalho, um aspecto das artes de governar os homens. Uma construção indissociável da produção do próprio social.

Social, artes de governar e assistência são efeitos dos embates de forças que se produzem na história dando emergência a modos de vida e gestão. O CRAS, aparelho da Assistência Social, é também um efeito desses embates de forças. Constitui-se, marcado pela bio-política, como um aparelho/dispositivo de gestão e controle – a céu aberto – dos modos de vida mais pauperizados. Modos de vida espúrios produzidos em massa pelo capitalismo.

A lógica perversa das desigualdades necessárias ao modo econômico de governo dos homens produz, como um de seus efeitos mais cruéis, um povo objetivado como ‘miséria necessária’. Essas vidas, produzidas para cumprir a desigualdade necessária ao desenvolvimento econômico, devem ser geridas cuidadosamente, e o CRAS é um dos modos através do qual essa gestão ocorre.

Por outro lado, essas vidas segmentadas como miseráveis produzem cotidianamente modos de vida potentes que, não raro, encontram na solidariedade uma saída para a mortificação dos corpos. O coletivo, como potência desestabilizadora, encontra nesses modos de vida um campo vasto de expressão que também se atualiza no CRAS, produzindo-o. Se por um lado o CRAS é controle a céu aberto, por outro os movimentos de resistência que se atualizam nos modos de vida que o procuram, compõem também sua modulação, fazendo-o, igualmente, espaço de produção de desvios no campo assistencial.

As práticas psi, que nos inquietaram a ponto de começar esta empreitada, compõem também o substrato onde emergem os CRAS. Essas práticas, mescladas a outros ingredientes, tais como, o modo biopolítico de governar a vida, práticas de assistência forjadas na primeira, segunda e terceira configurações do social, os modos de funcionar das sociedades disciplinares e de controle, entre outros.

A proposta da PNAS de cuidar das famílias em sua **singularidade** e considerando suas **particularidades**, objetivando, entre outras coisas, o fortalecimento dos

vínculos afetivos, convida as práticas *psi*, que em muitos momentos tornam-se intimistas e individualizantes, a comparecer ao CRAS compondo seu modo de cuidado. Em muitas conversas essas práticas constituem um campo à parte. Apontando para processos que separam o subjetivo do social. O CRAS cuida do social e do subjetivo, por isso tem assistente social e psicólogo.

Entretanto, processos que desmancham essas separações ocorrem no modo como essas práticas se atualizam nesse território. Como quando destacamos a construção de um certo hibridismo, o surgimento do termo assistólogo e os movimentos de coletivização em curso. O surgimento dos CRAS, com sua equipe básica composta por psicólogos inclusive, perturba também a academia e os conselhos de psicologia, fazendo-os compor movimentos. As práticas *psi* perturbam e são perturbadas nesse processo.

Em nós, o psicólogo do CRAS de Campo Verde, que chegou como branco às terras de Carijacica, saiu como mestiço rumo ao mestrado e atualmente escreve estas páginas, perdeu-se um pouco dos seus horizontes. Uma perda, ou um desmanche, que produziu novos contornos, outros horizontes, e uma amizade gostosa com a inquietação. Foucault (2004) uma vez perguntou se era inútil revoltar-se, certamente, aprendemos com ele que não.

Após esse breve percurso, gostaríamos de deixar aos aventureiros que pretendam trilhar os caminhos que levam do Mestre ao Lenço, algumas informações úteis. Primeiramente, coloquem em seu embornal alguma capacidade de indignar-se. Pode ser muito útil para não acharem naturais as produções do caminho. Desliguem qualquer aparelho de som de branco, pois existem vozes compondo a paisagem que precisam de ouvidos **abertos** para escutá-las. Finalmente, leve apenas meio pão, e não pense que está faltando um pedaço, não se pode ter tudo o que se quer nessa vida. E como não se pode ter tudo que se quer, é possível reinventá-la a cada instante.

REFERÊNCIAS

Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAPTISTA, L. **A Fábrica de Interiores: A formação do *psi* em questão**. EdUFF, Niterói, RJ, 2000.

_____. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

BENEVIDES, Regina. **Grupo: A afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BENEVIDES, R. PASSOS, E. **Clínica, política e as modulações do capitalismo**. Revista Lugar Comum, RJ, ISSN 14158604, n. 19-20, jan-jun de 2004, pp. 159-171. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto28.htm&codtexto=28&cod=28&nome_autor=&tp=>>

BARROS, M. **Modos de gestão e produção de subjetividade**. Revista do Departamento de Psicologia UFF, RJ, V 14, n. 2, jul-dez de 2002: pp. 93-114.

_____. **Desafios ético-políticos para a formação dos profissionais de saúde: transdisciplinaridade e integralidade**. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben; CECCIM, Ricardo. (Org.). Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde. 1 ed. Rio de Janeiro: ABRASCO; IMS/UERJ, 2006, v. 1, p. 131-151.

BEZERRA, O. **Cariacica**. Espírito Santo, 1951.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARNEIRO, P. **Justiça Capixaba Assume Culpa: Assassinato Do Padre Gabriel Foi Crime De Mando**. Jornal O Rebate, Macaé, 25 mar. 2007. Disponível em: <http://www.jornalorebate.com.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=417>. Acesso em 10 mar. 2009.

CASTEL, R. **A Gestão dos Riscos: da Antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

_____. **As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Públicas (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2007. Documento disponível *on-line* nos sites do CFP, CREPOP e MDS.

COIMBRA, C. **Guardiões da Ordem**: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. **Ser Jovem, ser Pobre é ser Perigoso?** Revista de Estudios sobre Juventud. Edição: ano 9, núm. 22. México, DF, janeiro-junho 2005, pp. 338-355.

DELEUZE, G. **A imanência: uma vida...** . In: Gilles Deleuze: imagens de um filósofo da imanência. Londrina: Editora UEL, 1997

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil Platôs Vol. 1**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo, Editora 34, 1995.

_____. **Mil Platôs Vol. 3**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **O sujeito e o poder.** In Dreyfuss, H. ; Rabinow, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P.240-249.

_____. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1991.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Subjetividade e História.** In Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986: p. 25-126.

HECKERT, A. **A Produção dos Latifúndios do Saber:** a formação do psicólogo em questão. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 1992.

_____. **Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta?** In: PINHEIRO, Roseny; MATTOS, Ruben Araújo de. (Org.). Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor. 1 ed. Rio de Janeiro: ABRASCO/CEPESC, 2007, v. 1, p. 199-212.

_____. **Narrativas de resistência: educação e políticas.** Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2004.

KAFKA, F. **Narrativas do Espólio.** São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo:** uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte : Autêntica, 2007.

_____. **A rede: uma figura empírica da ontologia do presente.** In: PARENTE, A. Tramas da rede. Porto Alegre: Sulina, 2004.

KOOGAN A.; HOUAISS, A. **Enciclopédia e dicionário.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1994.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1997.

LUZ, L. **Acidente de trabalho típico : uma análise da binarização da culpa**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2009.

MACHADO, L. **Subjetividades Contemporâneas**. In: Barros, M. E. B. (org.). Psicologia: Questões contemporâneas. Vitória : EDUFES, 1999: p. 211-229.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, C. **Interferir ente desejo e capital**. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2002.

_____. **Sociedade de controle, neoliberalismo e os efeitos de subjetivação**. In: Questões Contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1997.

PELBART, P. Império e biopotência. In: _____ **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003. P. 81-89.

PINTO, S. **Micropolítica do Fracasso escolar**: Uma tentativa de aliança com o invisível. Dissertação de Mestrado em Educação. PPGE-UFES, 2001.

PRYSTHON A. Margens do mundo: a periferia nas teorias do contemporâneo. Revista FAMECOS, nº 21, agosto 2003, Porto Alegre, p. 43-50.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SCHWARTZ, Y. **Trabalho e gestão**: níveis, critérios e instâncias. In Figueiredo et Al. **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 23–33.

SEABRA, O. CARVALHO, M. LEITE, J. **Território e Sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2ª ed. 2001.

SIQUEIRA, A. **Programa bolsa família: autonomia ou legitimação da pobreza?** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, R. **A Invenção da Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: _____. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. **Trabalho e transtornos mentais graves: breve histórico e questões contemporâneas**. *Psicol. cienc. prof.*, mar. 2006, vol.26, no.1, p.154-167. ISSN 1414-9893.

<http://www.cst.com.br/empresa/perfil/relatorio/relatorioanual_2004/portugues/perfil/perfil.htm>. Acesso em: 10 mar. 2009.

<<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

<<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica>>. Acesso em 10 mar. 2009.

<http://www.serra.es.gov.br/portal_pms/site.do?evento=x&lang=&idConteudo=5638&chPlc=5638&pg=5001&taxp=0&lang=pt_BR>. Acesso em 10 mar. 2009.

<<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=10>>. Acesso em 21 nov. 2008.

<<http://www.valedomoxuara.com.br/oVale.asp>>. Acesso em 06 fev. 2009.

APÊNDICES

A – LISTA DE SIGLAS

ADRA: Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

AMUCABULI: Associação de Mulheres Unidas de Cariacica Buscando Libertação

ASGs: Auxiliares de Serviços Gerais

CADÚNICO: Cadastro Único dos Programas Sociais

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CMEI: Cento Municipal de Educação Infantil

CMI: Capitalismo Mundial Integrado

CRAS: Centro de Referência da Assistência Social

CREAS: Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CREPOP: Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Públicas

CVRD: Companhia Vale do Rio Doce

EMEF: Escola Municipal de Ensino Fundamental

ES: Espírito Santo

FAPES: Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNLM: Movimento Nacional de Luta pela Moradia

PAIF: Programa de Atenção Integral à Família

PMC: Prefeitura Municipal de Cariacica

PMS: Prefeitura Municipal de Serra

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PSF: Programa de Saúde da Família

PUPT: Projeto Universidade Para Todos

SEMAS: Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMAST: Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

SUAS: Sistema Único da Assistência Social

UBS: Unidade Básica de Saúde

B – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo com a participação no projeto de pesquisa abaixo discriminado nos seguintes termos:

Projeto: Atuação Política Popular e a Construção da Cidadania: Desafios e Potencialidades

Responsável: Clever Manolo Coimbra de Oliveira

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lucia Coelho Heckert

Identificação do sujeito:

Nome: _____

Idade: _____

R.G. n.º: _____

End.: _____

Justificativa e objetivo da pesquisa

Temos como campo problemático os processos de trabalho dos psicólogos nos CRAS de Cariacica. Espaço de atuação recente na história da Assistência Social, que tem abrigado muitos profissionais de psicologia. Pretendemos acompanhar as formas de atuar produzidas nesse cotidiano, considerando-as em seus aspectos de gestão, criação e produção de subjetividade. Esperamos com esse trabalho contribuir para a produção de formas de atuar implicadas com os processos de autonomia e singularidade das comunidades que fazem uso dos CRAS.

Descrição dos procedimentos a que o sujeito será submetido:

Numa primeira etapa, serão realizados com 7 psicólogos que atuam nos CRAS de Cariacica. Na segunda etapa serão realizados grupos de discussão compostos pelos mesmos 7 psicólogos. Nesses encontros coletivos, serão abordados diferentes temas de discussão. Os grupos serão mediados pelo pesquisador e terão a duração média de uma hora e meia. Os grupos serão gravados e, posteriormente, transcritos. Após a transcrição, o pesquisador se compromete a apresentar aos participantes do grupo o material resultante dessa transcrição, para observações e conferências quanto aos dados construídos.

Benefícios esperados:

Por meio de sua divulgação em periódicos e congressos, esta pesquisa poderá fornecer informações acerca de como tem se dado o trabalho dos psicólogos nos CRAS, enriquecendo os debates sobre essa área de atuação recentemente configurada no Brasil. Além disso, contribuir para a análise do trabalho desses psicólogos e possivelmente produzindo desvios que potencializem suas atuações. De forma geral, poderá cooperar para o conhecimento acerca das estratégias forjadas no cotidiano por esses atores.

Estando assim de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias.

Vitória, _____ de _____ de 2008.

Representante Legal

Responsável pelo projeto

Prova documental:

R.G.: _____

Certidão de nascimento: _____